

QUINTA-FEIRA, 17 DE SETEMBRO DE 2009

PRESIDÊNCIA: DURANT

Vice-presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 09H00)

2. Crise no sector leiteiro (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0085/2009) apresentada pelo deputado Paolo de Castro, em nome da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, à Comissão, sobre a crise no sector leiteiro (B7-0208/2009).

Paolo De Castro, autor. – (IT) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhores e Senhores Deputados, o sector leiteiro está a atravessar uma das mais profundas e graves crises das últimas décadas: a baixa dos preços do leite e a crise mais geral do mercado do leite e dos produtos lácteos são hoje uma fonte de preocupação em toda a Europa. Trata-se de uma crise cíclica, causada pela difícil situação económica, que fez diminuir o consumo de leite e gerou uma estagnação dos mercados, com os preços pagos à produção em queda livre.

Os preços pagos aos produtores de leite baixaram em toda a parte, atingindo uma média de 24 centimos por litro na União Europeia. A situação de muitos operadores económicos é ainda mais grave, com preços inferiores a 20-21 centimos, quando os seus custos de produção não são inferiores a 40 centimos por litro.

Outros mercados, como o dos cereais, do azeite e dos frutos e produtos hortícolas, estão também a dar sinais de alarme. Nesta frente, em primeiro lugar, é necessário continuar a utilizar todas as medidas à disposição para estabilizar o mercado e estimular a retoma do consumo, mas, ao mesmo tempo, precisamos de saber encarar o futuro com políticas de médio e de longo prazo e de fazer tudo o que for possível para identificar soluções aceitáveis e duradouras tendentes a minimizar o risco de flutuações dos preços.

Neste contexto, as propostas da Comissão que prorrogam o período de intervenção para a manteiga e o leite em pó desnatado foram bem recebidas e aceites na Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural, como demonstra a votação unânime do passado dia 2 de Setembro. Consideramos, porém, que estas propostas não são suficientes para mitigar as graves consequências da crise no sector. Foi por isso que, ainda no âmbito da adopção da proposta da Comissão Europeia, a Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural aprovou uma alteração à minha proposta que reintroduz também a ajuda para a armazenagem privada de queijo, que fora abolida no âmbito do "exame de saúde" da política agrícola comum em Novembro de 2008.

Foi uma decisão tomada por unanimidade, Senhora Presidente, Senhora Comissária, revelando uma significativa convergência de pontos de vista dos membros da Comissão da Agricultura, a que tenho a honra de presidir, e manifestando a nossa vontade de enviar um sinal forte ao Conselho e à Comissão num momento delicado de um sector importantíssimo para a agricultura europeia.

Ao mesmo tempo que constitui uma primeira e importante demonstração do protagonismo positivo que o Parlamento Europeu quer assumir com vista à co-decisão também em matéria agrícola, esta medida pode dar igualmente respostas imediatas aos problemas dos produtores do sector leiteiro, confrontados com um mercado cada vez mais difícil e com uma quebra evidente e dramática nas vendas.

Todavia, estas medidas iniciais, sobre as quais nos vamos hoje pronunciar, não são suficientes para apoiar os produtores em crise, e é por isso que a Comissão da Agricultura, através de uma pergunta oral e de uma resolução que nos preparamos para votar, pede à Comissão Europeia novas medidas eficazes de combate à crise e de apoio ao sector.

Queremos incentivar e ao mesmo tempo apoiar a Comissão Europeia no processo de decisão quanto ao que se deve fazer para pôr definitivamente termo à crise no sector europeu da exploração leiteira. Nesse sentido, esperamos que a Comissão responda cabalmente às nossas perguntas e tenha em devida consideração as nossas propostas, para que a cooperação interinstitucional dê os frutos que a agricultura europeia merece e mostre a sua solidariedade apoiando concretamente os agricultores europeus em crise, que precisam hoje da nossa ajuda.

Mariann Fischer Boel, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, vou ter de exceder um pouco os três minutos de tempo de uso da palavra que me foram concedidos, pois creio que, para um assunto com a importância e a gravidade do que hoje nos ocupa, três minutos não seriam suficientes.

Começarei por dizer que me congratulo com as questões levantadas pela Comissão da Agricultura, na medida em que me proporcionam uma excelente oportunidade para vos esclarecer sobre as medidas que já foram tomadas.

Também desejo agradecer ao Parlamento o trabalho que vem realizando permanentemente neste domínio. Todos estamos empenhados em encontrar soluções: estão V. Exas. e estou eu própria.

Nem todos estão de acordo com as soluções que eu privilegio, mas creio firmemente que essas soluções estão a resultar e que continuarão a surtir resultados positivos. Além disso, são soluções defensáveis do ponto de vista político.

O senhor deputado Paolo De Castro, falando em nome da comissão, pediu que indicássemos o que estamos efectivamente a fazer. Começo por uma boa notícia: os preços estão a melhorar. Por exemplo, no decurso de um mês, os preços da manteiga aumentaram 4% em França, 8% na Alemanha e ainda mais no Reino Unido.

Os do leite em pó desnatado também registaram um aumento de 4% em França e na Alemanha, e de 2-3%, em média, no conjunto da União Europeia.

Os preços do leite, em média, têm subido, e ainda esta manhã o senhor deputado Albert Dess me disse que, em algumas regiões, os preços do mercado à vista se situam actualmente nos 30 centimos por litro.

Verificamos que as compras de intervenção relativas aos produtos de queijaria quase cessaram, pois o preço de mercado é superior ao preço de intervenção, o que constitui igualmente um sinal positivo.

Ainda não chegámos onde queremos chegar, mas estamos no bom caminho. Mais do que nunca, isto reforça a minha confiança em que a abordagem estratégica que temos vindo a adoptar desde o início é a abordagem correcta.

Os senhores conhecem os pontos principais da política que temos vindo a seguir. Temos recorrido a todas as medidas de mercado de que podemos dispor e, neste caso, prevemos despende aproximadamente 600 milhões de euros durante um período de 12 meses.

Concedemos aos Estados-Membros a possibilidade de, no âmbito do regime de pagamento único por exploração, efectuarem os pagamentos directos aos agricultores a partir de 16 de Outubro em vez de 1 de Dezembro, e decidimos, ao abrigo da reforma de 2003, dissociar o prémio aos produtos lácteos – 5 mil milhões de euros anuais – e transferi-lo directamente para o regime de pagamento único.

Temos o Plano de Relançamento e as decisões tomadas no âmbito do exame de saúde da PAC, que se traduziram num aumento de 4,2 mil milhões de euros para responder aos novos desafios, entre os quais a reestruturação do sector leiteiro. Tudo isto acresce, obviamente, ao que podemos fazer a coberto da política de desenvolvimento rural.

Para que fique claro, gostaria de dizer ao senhor deputado Paolo De Castro que a intervenção relativa aos produtos de queijaria foi abolida, efectivamente, em 1994. Penso que haverá alguma confusão entre a intervenção e a armazenagem privada, pois a armazenagem privada foi abolida com base nas decisões tomadas no âmbito do exame de saúde.

Como disse, a nossa actual abordagem parece estar a resultar. Por conseguinte, estou mais determinada do que nunca a não adoptar, no futuro, moldes de actuação que prejudicariam a longo prazo o nosso sector dos lacticínios e deixariam os nossos agricultores sem qualquer tipo de previsibilidade.

Por outras palavras, voltar atrás nas decisões emanadas do exame de saúde não constitui uma opção e é algo, aliás, que o Conselho Europeu, os Chefes de Estado e de Governo, me pediram explicitamente que não fizesse.

Assim, a ideia de manter o sistema de quotas após 2013 não está em discussão, da mesma forma que o congelamento das quotas também não está, nem tão-pouco o retorno à utilização de determinados instrumentos de mercado dispendiosos e ineficazes, pertencentes ao passado. Pura e simplesmente, não estão em discussão.

Isto não significa, obviamente, que o nosso trabalho em termos de estratégia esteja concluído. Pelo contrário, penso que é altura de emprendermos novas acções. Temos de dar seguimento ao relatório do passado mês de Julho sobre o sector dos produtos lácteos, levar à prática as medidas aí preconizadas e, seguidamente, definir outras medidas aplicáveis a longo prazo.

Se me permitem, começarei pelo relatório e abordarei, em primeiro lugar, a questão dos auxílios estatais. O relatório alvitrou que os Estados-Membros poderiam, provisoriamente, oferecer aos agricultores ajudas de até 15 000 euros a coberto do actual quadro temporário de auxílios estatais em tempo de crise. A Comissão, efectivamente, já lançou a ideia e prevê alterar as regras nas próximas semanas.

O segundo ponto que gostaria de abordar é o da simplificação dos procedimentos para dar resposta ao comportamento dos preços no sector dos lacticínios. A verdade é que, de momento, o leite não está incluído no artigo 186.º da Organização Comum de Mercado única, o qual permite à Comissão usar dos seus poderes para tomar medidas provisórias com carácter imediato em alturas de perturbação no mercado. A minha proposta, por conseguinte, é que se inclua o sector dos lacticínios no artigo 186.º, o que nos permitirá, de futuro, actuar de imediato caso nos deparemos com problemas sérios no sector.

Veja-se o exemplo do recente alargamento da intervenção por nós introduzido: teve de ser aprovado pelo Conselho, e o próprio Parlamento também foi chamado a votar sobre a questão, mas, se o sector dos lacticínios estivesse incluído no artigo 186.º, poderíamos ter tomado medidas imediatamente.

Em termos mais genéricos, poderíamos, com efeitos quase imediatos, mobilizar medidas de estímulo à procura e/ou limitar a comercialização do leite, e estas medidas seriam introduzidas apenas numa base provisória e na condição de dispormos do financiamento necessário para as levar por diante.

O terceiro ponto do relatório que aqui quero focar prende-se com os regimes de resgate por parte dos Estados-Membros. Uma das formas de reestruturação consiste no facto de os Estados-Membros poderem efectivamente comprar quotas aos agricultores e colocar essas quotas na reserva nacional.

Como sabem, a reserva nacional conta em certo sentido como parte da quota total do Estado-Membro, de modo que, se os produtores excederem individualmente a sua quota, mas o Estado-Membro globalmente não exceder a sua, incluindo a reserva nacional, então não há lugar ao pagamento da imposição suplementar.

O que tenciono propor é que as quotas resgatadas e mantidas na reserva nacional não contem como parte da quota nacional quando se trate de decidir se temos de acrescentar ou pedir aos agricultores que paguem a imposição adicional, ou não.

Se, em todo o caso, a imposição adicional tiver de ser cobrada, então a parte correspondente às quotas resgatadas poderia ser utilizada para efeitos de reestruturação. Pode soar um pouco complicado, mas a verdade é que se trata de um instrumento muito eficaz.

Todas estas são medidas que estamos a tomar agora e que têm um impacto quase imediato nos mercados, mas também temos de nos debruçar sobre as medidas a tomar a médio e longo prazo. Neste aspecto, gostaria de agradecer à França e à Alemanha as suas ideias e os seus contributos em relação às diferentes possibilidades que se nos oferecem.

A primeira questão a longo prazo que se impõe analisar é a da utilização das relações contratuais entre os produtores de leite e a indústria dos lacticínios para reequilibrar a oferta e a procura no mercado do leite e dos produtos lácteos.

Estou convicta de que esta é uma abordagem muito melhor do que o sistema de quotas, e já está a funcionar em algumas partes da Europa.

Os produtores de leite e a indústria têm acordos claros entre si que retiram uma grande parte da incerteza. É verdade que alguns Estados-Membros simplesmente não utilizam esta possibilidade, mas essa situação pode ser alterada procurando estabelecer um quadro legal para essas relações contratuais, salvaguardando ao mesmo tempo a lealdade da concorrência.

A segunda questão a longo prazo prende-se com o equilíbrio de poder e, como sabem, este é um assunto que já discutimos muitas vezes. Teremos de analisar toda a cadeia de abastecimento, desde o produtor inicial até às cadeias de supermercados, para verificar onde é que o valor acrescentado está a desaparecer.

Analisaremos os mercados numa perspectiva de futuro e, por último, creio que se poderá fazer muito ao nível dos custos de produção e no capítulo da inovação.

A fim de assegurar que todas estas ideias para o médio e o longo prazo sejam adequadamente levadas a efeito, pretendo instituir um grupo de trabalho, formado por especialistas dos Estados-Membros e da Comissão, que se irá debruçar sobre todas estas questões.

A meu ver, o problema no sector dos lacticínios não é apenas uma questão para a Comissão e os Estados-Membros. Também o Parlamento tem um papel de relevo a desempenhar a este respeito, e vou assistir com o maior interesse ao debate que hoje aqui se vai realizar sobre este importante assunto.

Obrigada pela vossa paciência.

Albert Deß, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, é obviamente muito difícil sintetizar este problema em dois minutos, mas tentarei fazê-lo de uma forma esquemática.

O sector leiteiro atravessa dificuldades. Muitos produtores de leite e de produtos lácteos vêem a sua sobrevivência ameaçada, devido fundamentalmente a uma enorme redução registada a nível das vendas dos produtos lácteos. A Comissão deveria ter, com efeito, actuado mais rapidamente a este respeito.

Preferia ter assistido a acções mais enérgicas de escoamento dos produtos em vez de muitas intervenções, como a utilização, de novo, de manteiga concentrada na produção de gelados. No ano passado, quando o preço da manteiga superou os 4 euros durante um breve período, uma grande parte da indústria de gelados deixou de produzir manteiga concentrada. Conheço os números relativos à Alemanha, que demonstram que cerca de 100 000 toneladas deixaram de ser produzidas pelo sector alimentar, o que corresponde a um milhão de toneladas de leite. Devemos tentar estimular as vendas novamente, para escoar estas quantidades do mercado.

Desejo agradecer aos grupos que contribuíram na elaboração da nossa proposta de resolução conjunta. Lamentavelmente, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia não participou neste debate.

Senhora Comissária, como medida a curto prazo, solicitamos um aumento dos pagamentos das ajudas estatais *de minimis* na proposta adicional que reuniu 40 assinaturas, porque essa seria uma oportunidade para ajudar em particular os pequenos produtores de leite. Faria igualmente sentido introduzir um regime de reforma antecipada. Conheço muitos agricultores que têm 58 anos de idade e que gostariam de deixar de trabalhar a curto prazo, o que só seria possível com legislação adequada.

Senhora Comissária, gostaria de lhe agradecer sinceramente o trabalho que desenvolveu. Solicito-lhe que implemente regulamentação adequada a fim de melhorar a situação dos nossos produtores de leite e de produtos lácteos. Talvez ainda tenha oportunidade de remediar esta situação num futuro próximo.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Luis Manuel Capoulas Santos, em nome do Grupo S&D. – Senhora Comissária, a Comissão e o Conselho têm tardado em reagir à profunda crise que atinge o sector. Todos estamos de acordo com isso. A dramática situação que se vive exige uma acção rápida e decidida, sob pena de assistirmos à ruína de muitos milhares de agricultores por toda a Europa.

O meu grupo político fez um grande esforço para que fosse possível chegar ao compromisso contido na resolução que estamos aqui hoje a discutir. Espero que as propostas mereçam a sua atenção, Senhora Comissária, porque só actuando simultaneamente para reduzir a oferta e estimular a procura é possível reequilibrar o mercado e colocar os preços a níveis remuneradores para os produtores.

Lamento que o compromisso não tenha incluído a suspensão temporária do aumento de quotas ou a introdução de um prémio também temporário para a redução da produção. Contudo, as medidas que propomos constituem um bom contributo para superar a crise mais depressa. Cabe-lhe, Senhora Comissária, dar-lhe o devido seguimento.

George Lyon, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, como já aqui o afirmaram outros oradores, existe uma crise no sector leiteiro. Não há dúvida de que temos de tomar medidas para atenuar as dificuldades que os produtores de leite atravessam, mas quero deixar bem claro que esta é uma crise a curto prazo que exige a tomada de medidas de mercado a curto prazo por parte da Comissão, como se salienta na proposta de resolução.

Que fique claro, também, que durante demasiado tempo os consumidores europeus pagaram por uma política agrícola disfuncional que não serviu os interesses nem dos agricultores, nem dos consumidores. A

actual crise não deve, por conseguinte, ser utilizada como uma desculpa para arrear caminho e não avançar na via das reformas e da liberalização da PAC. Foi esse o sentido das alterações que apresentámos, e agradeço as garantias dadas pela Senhora Comissária a este respeito.

Também queremos que a Comissão concentre a sua atenção no mercado, que está claramente a falhar. Os consumidores estão a ser prejudicados ao não usufruírem dos benefícios da descida dos preços do leite. E os produtores também estão a ser prejudicados, pois não recebem uma proporção justa do preço de venda a retalho do leite. Senhora Comissária, saudamos as investigações da Comissão no que respeita à cadeia de abastecimento, mas queremos que vá mais longe.

A Senhora Comissária compromete-se a tomar medidas que acabem de vez com a utilização abusiva da posição de monopólio por parte das cadeias de supermercados? Compromete-se com um mercado competitivo que proporcione aos produtores uma fatia do bolo que seja justa, e compromete-se com um mercado do leite que seja funcional e garanta aos agricultores um negócio justo e aos consumidores um preço justo?

Aguardo com interesse as suas respostas, Senhora Comissária.

José Bové, em nome do grupo Verts/ALE. – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, há meses que os criadores vêm alertando a Comissão e o Conselho para a gravidade da crise. Dezenas de milhares de empregos estão a ser destruídos nas zonas rurais. A União Europeia tinha apostado num crescimento da procura mundial. Os seus peritos enganaram-se redondamente. A crise financeira e económica que atravessamos tem repercussões directas sobre a agricultura e o consumo.

A decisão da Senhora Comissária responsável pela agricultura de manter o aumento das quotas, e a vontade do Conselho de as desmantelar em 2015, constituem uma provocação para os produtores de leite. Os tempos mudaram. A política europeia tem de adaptar-se a um novo contexto global. Os preços do leite impostos aos produtores não cobrem os custos de produção. Por cada litro de leite, alguns criadores chegam a perder 30 cêntimos. Muitos deles, no final do ano, não terão ganho um euro, ou terão mesmo perdido dinheiro. E alguns – quem o diz são os responsáveis regionais – chegam mesmo a suicidar-se.

Perante esta crise sem precedentes, a União Europeia tem de tomar rapidamente medidas importantes. Instamos os Chefes de Estado ou de Governo que vão reunir-se esta noite para preparar o G20 a inscreverem a questão da crise leiteira na ordem do dia da sua reunião, a fim de tomarem medidas que dêem resposta aos produtores.

A União Europeia tem de reforçar as capacidades de negociação dos produtores de vacas de leite, de modo a que estes deixem de estar sujeitos às imposições do sector agro-alimentar. Tem também de criar uma rede de segurança que garanta um preço remunerador, para que o preço nunca desça abaixo dos custos de produção. A União Europeia tem de acabar com o seu programa de restituições à exportação. Acaba de autorizar a soma faraónica de 480 milhões de euros, adoptada por diferentes grupos parlamentares de direita e de esquerda de mãos dadas, para vender ao desbarato os seus excedentes nos mercados mundiais. Arruína centenas de milhares de empregos de camponeses do Sul e empurra-os cinicamente para o êxodo e a imigração.

Sobretudo, a União Europeia tem imediatamente de reduzir de forma draconiana, em 5%, as quotas leiteiras europeias, de forma inversamente proporcional ao volume entregue pelos produtores, restabelecendo assim rapidamente um equilíbrio entre a oferta e a procura. A política do deixar andar é insustentável. Tem consequências terríveis em termos de emprego e de ocupação do território.

Não haverá Europa sem camponeses!

James Nicholson, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhora Presidente, tenho a firme convicção de que a Comissão tardou deveras a actuar em relação a este problema. Ficaram de braços cruzados durante demasiado tempo, e em consequência disso muitos agricultores sofreram pesados prejuízos. Poderemos tomar uma de duas decisões: ou ajudamos o sector ou, em última análise, deixaremos os nossos agricultores encerrar a sua actividade, após o que poderemos importar os produtos do exterior, com todos os problemas que isso nos trará.

Senhora Comissária, saúdo as suas observações em relação ao futuro, mas não estou contente com as suas observações no que respeita ao curto prazo. Penso que, a curto prazo, teremos de fazer mais para ajudar o sector leiteiro a superar a crise actual. E essas medidas a curto prazo exigem acções imediatas.

Obviamente que tenho presentes os tempos dos "lagos de leite" e das "montanhas de manteiga" e que não quero voltar a esse passado. Penso que ninguém no sector deseja voltar a essa situação: nem o produtor, nem

a indústria transformadora, nem a Comissão, nem nós neste Parlamento. Não queremos voltar a isso mas um dos principais problemas que se regista neste momento é que, enquanto os produtores viram drasticamente reduzidos os preços que recebem pelo leite que produzem, os consumidores continuam a pagar por esse leite quase o mesmo que pagavam antes.

Enquanto não fizermos frente ao poder das grandes superfícies neste domínio, não resolveremos a situação. As cadeias de supermercados têm de ser controladas. Precisamos de um provedor de justiça, de alguém que diga aos supermercados que estão a ultrapassar a sua esfera de competências, que estão a ir aos bolsos dos consumidores e aos dos produtores, e que, nesse processo, estão a obrigar estes últimos a abandonar a sua actividade.

Ilda Figueiredo, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – Senhora Presidente, mais uma vez só posso lamentar as posições do Conselho e o que aqui acaba de ser dito pela Sra. Comissária, que persiste em não ir ao fundo da questão, em não reconhecer a necessidade de rever as decisões tomadas sobre o desmantelamento das quotas do leite e, pelo contrário, quer prosseguir na desregulamentação do sector contra os agricultores.

Por isso, insistimos na defesa da necessidade da manutenção do sistema de quotas, embora com reajustamentos, adaptadas às necessidades de cada país, incluindo a anulação do aumento anual de 1% até 2015. Não acha que, num momento de crise tão grave do sector leiteiro, mais importante do que a desregulamentação do sector e a liberalização do comércio internacional, é a defesa da agricultura e da fileira do leite nos Estados-Membros, visando a promoção do mundo rural e do emprego com direitos? Não considera essencial criar, ao nível comunitário, um fundo extraordinário de apoio ao sector leiteiro, com incidência sobre os produtores e países mais afectados, e definir novas ajudas para a produção do leite e da carne? Eu considero que é necessário.

Giancarlo Scotta', *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de salientar as minhas dúvidas acerca da proposta de prorrogação do período de intervenção 2009-2010 para a manteiga e o leite em pó desnatado, pois tal proposta corre o risco de transformar medidas de curto prazo projectadas para a actual crise no mercado em medidas estruturais que reconduziriam, de facto, o sector da produção de leite à situação em que se encontrava antes da introdução das quotas.

Para que seja introduzido maior equilíbrio nas medidas de mercado, sem que os benefícios sejam atribuídos exclusivamente aos Estados-Membros envolvidos na produção de manteiga e de leite em pó desnatado, proponho a reintrodução da ajuda comunitária para a armazenagem privada dos queijos de longa maturação.

Finalmente, gostaria de chamar a vossa atenção para a questão da indicação de origem no rótulo dos produtos lácteos e para a rastreabilidade dos produtos: trata-se de uma exigência que nos chega directamente dos consumidores europeus – em números cada vez mais expressivos – e que nos pode ajudar a fazer face à crise no sector leiteiro. Espero que também os colegas dos outros Grupos possam apoiar esta proposta.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer à Senhora Comissária as palavras que hoje nos dirigiu. No meu país, a Irlanda do Norte, o sector dos lacticínios tem uma importância vital. Quando o sector dos lacticínios está em dificuldades, o resto da economia rural ressenete-se. Presentemente, os produtores de leite recebem pouco mais de 20 cêntimos por cada litro de leite, por entre uma escalada dos custos de produção. Na Irlanda do Norte, não só os produtores tiveram de fazer face aos baixos preços do leite e aos elevados custos como também tivemos, pelo terceiro ano consecutivo, um Verão chuvoso, o que teve efeitos devastadores no sector dos lacticínios na Irlanda do Norte.

Foi triste, ontem à noite, ver os produtores belgas que, movidos pelo desespero e por um sentimento de impotência, estão a derramar leite nos campos em sinal de protesto pelo baixo preço do leite e pelas dificuldades com que, também eles, estão confrontados. A Comissão tomou medidas positivas para estabelecer um preço-base no mercado, mas não podemos sustentar os preços a um nível tão baixo que nem sequer é economicamente viável.

Exorto a Comissão a tomar medidas de ajuda a curto prazo: medidas que aumentem a procura de leite; medidas que reduzam os custos de produção; medidas que combatam as deficiências a nível da cadeia de abastecimento, com os seus preços no produtor cada vez mais baixos e os seus elevados preços no consumidor; e medidas que, a longo prazo, permitam criar um sector sustentável e um futuro para os jovens produtores, que, neste momento, atravessam sérias dificuldades, causadas pelos baixos preços do leite e os pesados encargos bancários.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhora Presidente, quando as mulheres que se dedicam à agricultura começam a protestar, é sinal de que existe um problema sério. No fim-de-semana, avistei-me com um grupo de mulheres irlandesas denominado "Farm Women for a Fair Price", ou "Agricultoras em defesa de um Preço Justo", e penso que devemos ter em atenção as palavras "preço justo", pois a verdade é que os produtores não estão a receber um preço decente nem justo – e é disso que trata este debate.

Seria incorrecto não saudar as observações da Senhora Comissária sobre a melhoria da estabilidade que se perfila no mercado, se bem que a um nível muito baixo, e reconheço que a Comissão tomou medidas e gastou dinheiro para trazer estabilidade ao mercado. Acontece, porém, que essas medidas não são suficientes nem chegaram suficientemente depressa, e neste momento temos uma crise grave.

Quero dizer, Senhora Comissária, que as suas observações em relação ao futuro são particularmente bem-vindas. Preocupa-me que esta Assembleia esteja dividida em relação à questão das quotas leiteiras, pois quando tivermos a co-decisão, se o Tratado de Lisboa entrar em vigor, vamos ter de pensar de forma mais coesa enquanto grupo e enviar aos produtores sinais inequívocos, em lugar de mensagens divididas. Permita-me, pois, repetir que as suas observações sobre as ligações que se impõe estabelecer entre produtores e transformadores, sobre os níveis de produção, são algo que teremos de analisar, algo que deverá ser objecto de um debate mais aprofundado neste Parlamento.

Temos porém de a interpelar, Senhora Comissária, sobre qual o tipo de medidas de apoio ao mercado que prevê irão existir na ausência das quotas e que serão susceptíveis de garantir um preço justo e decente aos nossos produtores. Além disso, por favor, investigue a situação do mercado, que simplesmente não está a funcionar. Todos dizem que não estão a obter lucros com o leite, incluindo as grandes superfícies – do que duvido seriamente –, mas necessitamos de maior clareza, e de mais justiça para os nossos produtores.

Stéphane Le Foll (S&D). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, vou ser muito rápido.

Penso que há dois elementos em causa neste debate. A questão conjuntural: como sair desta crise? Todas as medidas são absolutamente necessárias, desde a ajuda aos agricultores até às medidas de intervenção. Há que apoiá-las e mesmo que ponderar a hipótese de serem mais importantes. É isso que propomos com um certo número de colegas, aqui no Parlamento.

Depois, em segundo lugar, há uma questão colocada de forma estrutural sobre a gestão do mercado do leite, e é aqui que divergimos, Senhora Comissária. A senhora propõe que se avance no sentido de uma formalização contratual. Aviso-a desde já: formalizar contratos entre industriais e agricultores gerará, a prazo – sendo as indústrias concorrenciais entre si –, uma concorrência à escala europeia.

Precisamos, para regular o mercado, de uma regulação pública. Não há outra solução. É por aí que deve seguir o debate depois desta crise. Penso que, relativamente a esse debate, há que respeitar todas as opiniões e todas as opções, e temo que tenhamos avançado demasiado depressa, na altura do exame de saúde, para resolver uma questão como a das quotas, que, até ao momento – recorde a todos os que intervieram –, permitiram manter uma produção de leite na Europa, garantir uma indústria leiteira extremamente desenvolvida e, simultaneamente, preservar um preço para os consumidores que, até agora, era suportável.

Liam Aylward (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, nos últimos doze meses, a maioria dos produtores de leite na Irlanda e em toda a União Europeia têm vendido o seu leite a um preço inferior ao custo de produção. A subsistência dos produtores de leite está seriamente ameaçada.

Embora a proposta da Comissão de prolongar a intervenção pública para o leite em pó desnatado e a manteiga até 2010 seja mais que bem-vinda, o facto é que as medidas a curto prazo não poderão atenuar a pressão sobre os produtores a longo prazo. Impõe-se, hoje, a tomada de medidas susceptíveis não apenas de solucionar as dificuldades actuais mas também de assegurar a sustentabilidade e o bom funcionamento do sector do leite e dos produtos lácteos no futuro. Os produtores de leite carecem de apoio financeiro no imediato. A criação do fundo da UE para o sector do leite, no montante de 600 milhões de euros, preconizada pelo Parlamento no processo orçamental relativo a 2009, é desesperadamente necessária. Os produtores de leite têm direito a preços justos, pelo que se impõe a introdução de um sistema adequado de apoio aos preços que lhes garanta um preço mínimo razoável por litro e um rendimento razoável que lhes permita sobreviver. Não podemos permitir que os produtores de leite irlandeses e europeus sejam obrigados a abandonar a sua actividade, e nesse sentido exorto a Comissão e o Conselho a empreender medidas imediatas e eficazes.

Senhora Comissária, se me permite, gostaria de lhe dizer que tem sido muito bem-sucedida nas suas funções e quero felicitá-la pelo trabalho imenso que tem realizado. Sei que anunciou recentemente que irá cessar

funções, mas peço-lhe encarecidamente que resolva este problema, ou que faça tudo o que estiver ao seu alcance para o resolver, antes da sua partida.

Oriol Junqueras Vies (Verts/ALE). – (ES) Bom dia! Dirijo-me a este Parlamento sem contudo o poder fazer na minha própria língua, o catalão, uma língua falada por mais de dez milhões de cidadãos europeus.

Hoje, em nome do meu grupo, quero exprimir a nossa solidariedade para com todo o sector agrícola e, em particular, com a greve dos produtores de leite e as suas acções em toda a Europa. A situação actual é insustentável e exige uma solução política. É evidente que as medidas até agora adoptadas pela Comissão não conseguiram aliviar a crise nem oferecem uma alternativa viável ao sistema de substituição de quotas previsto para 2015. Assim, em Espanha, por exemplo – mais precisamente na Galiza –, 14 000 produtores de leite tiveram de enfrentar uma reestruturação profunda para poderem continuar a viver e trabalhar na terra, mas ainda hoje estão à beira de uma iminente desapareição.

Por todas estas razões, do mesmo modo que interveio noutros sectores, a Comissão tem também de intervir no mercado do leite, regulando a produção, redistribuindo as quotas, oferecendo medidas de compensação temporárias, fomentando a rastreabilidade dos produtos e contribuindo para aproximar os produtores dos consumidores, corrigindo as disfunções provocadas pelo oligopólio da distribuição.

Por que não interveio a Comissão, de forma enérgica, para evitar as consequências negativas deste oligopólio estabelecido pelos grandes distribuidores?

Por que não garantimos a sobrevivência rural dos nossos produtores de leite – e dos agricultores em geral –, que geram efeitos económicos, sociais e ambientais extremamente positivos?

Hynek Fajmon (ECR). – (CS) Senhora Presidente, a crise no sector leiteiro mostra que todo o sistema europeu de regulação baseada em quotas é deficiente e ineficaz. Nós não precisamos de mais regulação e manipulação das quotas, mas sim da eliminação total de quotas leiteiras. A oportunidade para produzir leite deveria ser dada principalmente a produtores que têm baixos custos e que obtêm lucro. O caminho para ultrapassar a crise no sector leiteiro consiste em eliminar as quotas leiteiras tão rapidamente quanto possível. Apoio a tentativa da senhora Comissária de eliminar as quotas até 2015, mas não me importaria que tal acontecesse ainda mais cedo.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, caros colegas, ao ouvir a sua comunicação fiquei ainda mais preocupado. Ela não responde à gravidade dos sofrimentos sociais que sentem os produtores de leite e todos os agricultores.

Trata-se de uma crise estrutural e não conjuntural, como afirmou, que se deve às sucessivas desregulamentações. Eis a razão por que solicitamos uma reunião excepcional do Conselho Europeu para salvar a agricultura dos nossos campos.

Este deveria decidir, em primeiro lugar, a criação de um fundo excepcional de ajuda à produção leiteira não industrial; em segundo lugar, a fixação imediata de um preço mínimo intra-europeu que as centrais de compras seriam obrigadas a respeitar sem aumentar os preços ao consumidor; e, em terceiro lugar, bloqueio das quotas de produção nacionais e das importações extracomunitárias abusivas.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhora Presidente, tenho grandes preocupações em relação ao sector dos lacticínios no Reino Unido. Considero que o maior problema reside no segmento de retalho, que está a granjear lucros chorudos nas costas dos nossos produtores de leite. Quando vemos o que os supermercados cobram aos consumidores pelo leite, comparado com o que os produtores efectivamente recebem, a diferença é simplesmente incrível.

O trabalho e a maior parte dos custos de produção do leite são suportados pelo produtor, mas são as grandes superfícies que arrecadam lucros exorbitantes. A margem que os produtores recebem é deveras injusta. Temos de exercer pressão sobre as cadeias de supermercados para que paguem um preço decente aos produtores, e em minha opinião o preço do leite nos supermercados não deve sofrer qualquer aumento por essa razão. O consumidor não deve ter de pagar mais pelo leite que consome. As cadeias de supermercados têm de reduzir as suas margens de lucro. É escandaloso ver os lucros chorudos que estas realizam todos os anos enquanto, pelo seu lado, o sector dos lacticínios se debate com enormes dificuldades financeiras. Se não forem tomadas a muito breve trecho medidas para resolver esta situação, então creio mesmo que muitos dos nossos produtores de leite no País de Gales e no resto do Reino Unido terão de abandonar a sua actividade.

Muito rapidamente, em relação às observações aqui proferidas esta manhã pela Senhora Comissária acerca da imposição suplementar, devo dizer que fiquei preocupado com o que ouvi. Creio que os principais afectados vão ser os nossos produtores mais eficientes – os que estiveram à altura do desafio, que responderam ao mercado e investiram fortemente nas suas explorações, na sequência da indicação por parte da Comissão de que as quotas serão abolidas. A aplicação de uma imposição suplementar vai contra as alterações estruturais que tanto a UE como o Governo britânico afirmam defender.

Dimitar Stoyanov (NI). – (BG) Senhora Presidente, a Comissão mostra-se de novo bastante optimista, trazendo-nos boas notícias, mas não consigo compreender nem vejo nada de positivo nos milhares de toneladas de leite despejados em protesto contra a política que está a ser seguida.

A verdade é que o senhor deputado De Castro e os oradores anteriores têm muita razão quando afirmam que a Comissão e o Conselho não fizeram o suficiente para prevenir esta crise durante o exame de saúde. Aliás, dado o voto decisivo do Conselho em quaisquer reformas, onde estão os representantes do Conselho e a sua posição nesta matéria?

Os meus colegas da Europa Oriental e eu, na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, alertámos, em várias ocasiões, para a necessidade de aumentarmos substancialmente, ou até suprimirmos por completo, as quotas, visto que os nossos países, recém-integrados nos sistemas da União Europeia, eram os primeiros a sentir o impacto da crise. Infelizmente, o nosso aviso revelou-se uma voz a clamar no deserto, e a culpa desta situação é do Parlamento.

Lamento profundamente que nós, pró-reformistas, que queríamos realmente reformar a política agrícola, tenhamos acabado por fazer o papel de profetas da desgraça. Espero que tenham tirado as devidas lições para o futuro.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE). – (RO) Desde o início da crise, foram muitas as vozes que, durante este período, se levantaram a pedir que se congelasse o aumento das quotas leiteiras. Este tipo de medida não só não proporcionaria qualquer solução para os problemas, como seria um erro, pelo menos, dos seguintes pontos de vista.

Antes de mais, não existe qualquer relação económica de base entre o aumento das quotas leiteiras e a queda dos preços de mercado. As quotas aumentaram, enquanto a produção decresceu. Não consigo ver qual será a ligação. O próprio mercado oferece a explicação para a queda dos preços. Estou convicto de que o estabelecimento de quotas fixas conduziria a uma subida dos preços ao longo do tempo. No entanto, mais uma vez, os beneficiários não seriam os produtores, mas sim a indústria de transformação e os retalhistas. Se quisermos limitar a produção, então talvez devêssemos encorajar os produtores a travarem voluntariamente a criação de gado, proporcionando-lhes incentivos, em vez de tomarmos medidas que poderão distorcer o mercado. Admitamos que as quotas são congeladas, que acontecerá, então, se, por exemplo, a procura no mercado mundial voltar a atingir novos picos? Que fariam os produtores europeus? Porque a produção no sector do leite não possui uma tampa que se pode retirar e voltar a colocar...

(A Presidente interrompe o orador)

Como dizia, que fariam os produtores europeus caso a procura nos mercados mundiais voltasse a subir acentuadamente? Porque a produção leiteira no sector do leite não possui uma tampa que se pode retirar e voltar a colocar ao sabor da nossa vontade. Se viéssemos a cortar, agora, a produção, os agricultores abandonariam obviamente a criação de vacas, porém, seria muito difícil voltar a repor os efectivos assim que chegássemos à conclusão de que as medidas que alguns agora nos apresentam como boas não passavam, afinal, de um grande erro.

Ulrike Rodust (S&D). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhor Presidente em exercício do Conselho, desejo iniciar a minha intervenção agradecendo ao meu colega, senhor deputado Capoulas Santos, que tornou possível esta proposta de resolução.

Debatemos hoje os nossos produtores de leite e de produtos lácteos e se os vamos abandonar ou abordar a sua situação de uma forma honesta. Não sou de opinião que os devemos abandonar, mas sim que devemos ser honestos na abordagem que fizermos dos seus problemas. Sim, são extremamente necessárias medidas a curto prazo para ultrapassar a crise. Sim, a intervenção é perfeitamente admissível durante um curto período, se o preço do leite bateu no fundo, tal como são justificáveis ajudas estatais adicionais, empréstimos e fundos para combater a crise. Todavia, o que é totalmente inadmissível é, em primeiro lugar, reabrir debates sobre as quotas de leite e, em segundo lugar, reintroduzir restituições à exportação financiadas pelos impostos

para os produtos fornecidos a países em desenvolvimento. Abandonámos esta via em 2003, e apelo a que não voltemos a ela, em benefício dos nossos produtores de leite e de produtos lácteos.

Britta Reimers (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, a crise económica mundial veio desequilibrar o mercado global. Os produtores de leite e de produtos lácteos estão a sofrer os efeitos da maior descida de sempre dos preços. Insiste-se sistematicamente numa alteração dos regulamentos adoptados relativos às quotas de leite. Em relação a isto, apenas posso, na qualidade de produtora de leite, adverti-los.

As medidas de intervenção da Comissão conseguiram evitar que os preços do leite caíssem ainda mais, e o mercado parece não estar sob tanta tensão. Todavia, não creio que esta intervenção constitua um meio eficaz para o conseguir, porque conduzirá ao não escoamento de leite, o que poderia dificultar a recuperação do mercado mais tarde. Por conseguinte, exorto a Comissão a explicar como vai dar resposta a este problema.

Richard Ashworth (ECR). – (EN) Senhora Presidente, permita-me que felicite a Senhora Comissária pela sua visão relativamente ao futuro do sector, e gostaria também de dizer que apoio vigorosamente a sua intenção de abolir as quotas leiteiras. Penso que é a decisão correcta a tomar. Saúdo também as propostas apresentadas pela Senhora Comissária para fazer face à actual crise, as quais me parecem ser a via mais sensata e adequada para ajudar os produtores nos tempos difíceis que atravessam.

Há, contudo, dois pontos que gostaria de levantar. Em primeiro lugar, sou de opinião que a aplicação da imposição suplementar nesta altura seria inadequada. Trata-se de uma reacção defensiva, a curto prazo. Enviaré todas as mensagens erradas e só penalizará, efectivamente, os produtores eficientes e que planeiam permanecer no sector a longo prazo.

Em segundo lugar, temos de reconhecer que pouca ou nenhuma relação existe entre o preço no segmento de retalho e o preço da matéria-prima recebido pelo produtor. É o que designo por mecanismo de cadeia de preços disfuncional.

Será sempre o mercado global que exercerá a principal influência, e temos de reconhecer que o mercado global será sempre volátil. Exorto, pois, a Comissão a apresentar planos a longo prazo susceptíveis de assegurar a existência de um qualquer tipo de mecanismo de estabilidade, em benefício não apenas dos produtores mas também, claro está, dos consumidores.

Esther Herranz García (PPE). – (ES) Senhora Presidente, Senhora Comissária, V. Exa. terminou a sua intervenção dizendo que há uma crise no sector do leiteiro, mas começou dizendo que já tinham sido tomadas todas as medidas possíveis e que a situação está em vias de ser resolvida.

A Senhora Comissária saberá que é preciso ser-se uma mulher sensata para reconhecer que errou. Este é um adágio espanhol que poderia muito bem aplicar-se a esta situação. Há meses que o sector do leiteiro vive uma das piores crises da sua história. Apesar disso, em virtude de a Comissão Europeia e certos governos – entre os quais, segundo parece, também se conta o meu, o Governo espanhol – não quererem dar o braço a torcer, recusam-se a rever as decisões relacionadas com o exame de saúde da política agrícola comum.

Tais decisões foram tomadas sem ter em linha de conta a fragilidade deste sector e num contexto de mercado muito diferente do que o que surgiu depois de esse compromisso ter sido acordado. Isto leva-nos a crer que, na altura, os Estados-Membros não quiseram ou não puderam ver a tempestade que se aproximava. A reforma depressa se tornou irrelevante devido à grande reviravolta que se registou no mercado, uma reviravolta que demonstra que o sector se encontra inteiramente à mercê da volatilidade dos preços.

O facto de grandes produtores como a França e a Alemanha – países que, em termos absolutos, obtiveram o maior aumento das suas quotas de produção nacionais neste acordo – serem agora os que pedem uma revisão das decisões do exame de saúde, dá realmente muito que pensar.

Do meu ponto de vista, os Estados-Membros enganaram-se e deveriam ter escutado com mais atenção as vozes, entre as quais a minha, que pediam que qualquer decisão definitiva sobre o futuro do sector fosse adiada para 2011.

Pena é que, então, ninguém nos tenha dado ouvidos. Talvez devam fazê-lo agora.

Iratxe García Pérez (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Senhora Comissária; o debate de hoje constitui um ensejo vital de manifestarmos a preocupação que nos inspira a crise no sector leiteiro. Temos de resolver este problema, que está a ameaçar o futuro de um grande número de produtores de leite da União Europeia.

Esta é uma crise europeia, que tem de ser abordada numa óptica europeia, com ambição e recorrendo a todos os instrumentos comunitários disponíveis, coisa que a Comissão de momento parece ser incapaz de fazer.

Senhora Comissária, V. Ex.^a não deve sacudir as responsabilidades para cima dos Estados-Membros, para que eles auxiliem quem puderem. Temos de encontrar soluções comuns.

Assim, a este Parlamento cabe a importante responsabilidade de exigir que sejam tomadas medidas tendentes a reanimar a procura, e não apenas as que constam da proposta de resolução, mas também as disponíveis no quadro da organização comum do mercado.

Outra questão relevante é a da enorme discrepância que existe entre os preços pagos à produção e o preço final que é pago pelos consumidores, fenómeno que não é exclusivo do sector leiteiro, atingindo todos os produtos agrícolas e da pecuária.

Há muitos homens e mulheres que, no actual clima de incerteza, precisam de um sinal claro e firme da nossa parte de que a sobrevivência desta actividade será garantida.

Marc Tarabella (S&D). – (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária, ontem na Valónia foram derramados 3 milhões de litros de leite por agricultores desiludidos com a mais grave crise que se conheceu no sector. Eles, pelo seu lado, só recebem 19 cêntimos por litro. A crise deve-se a uma oferta de leite demasiado abundante, que faz cair os preços. A desregulação provoca a volatilidade, e a realidade do mercado de ontem é completamente inversa da de hoje.

Senhora Comissária, pare de teimar e de se esconder atrás de opções tomadas no ano passado, e tenha em conta a realidade no terreno de hoje!

O Conselho também tem culpa, em primeiro lugar por não estar presente para ouvir este debate, mas também por não decidir, pois é mais movido por interesses puramente nacionais do que por uma visão europeia da agricultura.

O mercado não funciona. Há sobreprodução. Seria tão simples congelar o aumento de 1% das quotas, ou mesmo reduzir já 3% a 5% dessas mesmas quotas, pois é urgente pensar em soluções a curto prazo. Ao adoptar esta medida, mataria dois coelhos de uma cajadada: restauraria um preço decente para os produtores e, ao reduzir a produção, reduziria a factura europeia de centenas de milhões de euros de intervenções diversas, como, por exemplo, as restituições à exportação.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D). – (PL) A acção empreendida – falei hoje com agricultores e industriais polacos – indica que se verificou uma melhoria, embora ainda não significativa, da situação que se vive no sector do leite, mas que não se registou qualquer modificação na situação, extremamente difícil, dos agricultores polacos e europeus. Estes continuam a receber muito pouco pelos seus produtos, abaixo do limiar da viabilidade. O mesmo se aplica aos agricultores que fizeram investimentos avultados, inclusivamente graças a financiamentos e empréstimos da UE. Esta situação mergulha-os em novas dificuldades, deixando-os sem capacidade para cumprir as respectivas obrigações.

Face a estes problemas, gostaria de me deter sobre o futuro. Hoje, temos de reagir de imediato aos acontecimentos, temos, porém, igualmente, de analisar o que se nos apresenta pela frente e de planear a nossa política comum a fim a ter também em conta os agricultores. Chegado aqui, gostaria de reiterar o seguinte: é preciso que a política agrícola comum, no que se refere aos agricultores do sector do leite, inclua planos para investimentos sensatos neste sector, de molde a que possamos evitar despende dinheiro que, como resultado de um acréscimo de produção, volte a colocar-nos numa situação difícil como a que hoje enfrentamos. Confio igualmente que os poderes políticos chegarão a acordo no que refere às futuras quotas.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Os oradores que me precederam referiram-se, com toda a razão, ao facto de que não deveríamos regressar ao sistema de quotas e de subsídios às exportações. Todavia, a política que tem sido seguida pela Comissão falhou completamente. A crise não tem afrouxado. É por esse motivo que o senhor deputado Le Foll e eu propomos o congelamento temporário das quotas, mas apenas temporariamente.

Os novos Estados-Membros ainda se encontram com uma especial desvantagem por causa da entrada faseada, uma vez que, este ano, estamos a receber apenas 60% dos subsídios do envelope de Bruxelas. Para contrabalançar, o Governo húngaro propôs aumentar os subsídios baseados em quotas. A Comissão, porém, não respondeu positivamente a esta sugestão, nem à de França, especificamente do Ministro francês. Finalmente, convido os meus colegas parlamentares a apoiarem as alterações propostas pelo senhor deputado

Le Foll e pelos seus colegas. Apoiamos também a proposta da senhora deputada Elisabeth Jeggle a favor da criação de um fundo de 600 milhões de euros para os lacticínios e o alargamento do programa do leite escolar.

Christel Schaldemose (S&D). - (DA) Senhora Presidente, quero agradecer à Senhora Comissária o bom início e a sua boa introdução ao debate! Reconheço que os produtores de leite europeus enfrentam uma crise de grandes proporções, mas não consigo perceber por que é que os meus colegas deputados pensam que a Comissão não fez o suficiente. Deste modo, apelar-lhe-ia, Senhora Comissária Fischer Boel, que reiterasse aqui aquilo que a Comissão fez. Parece-me que a lista de iniciativas tomadas pela Comissão é bastante longa, de facto, quase chega a ser longa de mais. É quase como se estivéssemos a destruir os progressos obtidos no âmbito do exame de saúde. Gostaria igualmente de referir que os esforços até aqui envidados em prol dos produtores leiteiros não foram um mero reflexo das medidas tomadas em prol dos trabalhadores das indústrias automóvel e da construção naval que perderam os seus postos de trabalho devido à presente crise económica.

Deste modo, peço apenas que sejamos prudentes na forma como lidamos com esta crise e que façamos também por não destruir os bons progressos que, apesar de tudo, obtivemos com o exame de saúde. A ideia de congelar as quotas leiteiras é, na minha opinião, perfeitamente inútil! De igual modo, não podemos voltar aos velhos modelos com a concessão de restituições à exportação, que mais não fariam do que arruinar o mercado de alguém no mundo. Temos de agir com cautela. Senhora Comissária, gostaria, não obstante, e mais uma vez, de lhe pedir que repetisse a longa lista de acções já empreendidas pela Comissão, para que os meus colegas deputados percebam que não há necessidade nenhuma de nos precipitarmos e começarmos a promulgar muitas medidas suplementares, sob pena de destruímos os progressos positivos já obtidos.

Georgios Papastamkos (PPE). - (EL) Senhora Presidente, Senhora Comissária, não há dúvida de que as medidas são insuficientes. Nós propomos outras intervenções, mais direccionadas, especialmente para as regiões de montanha e desfavorecidas da União Europeia, para que todos os Estados-Membros sejam igualmente beneficiados. Essas intervenções incluem o reforço da protecção das designações de origem, não apenas na União Europeia, mas nos mercados internacionais, uma rotulagem clara e a obrigatoriedade da indicação da origem dos produtos lácteos, a reactivação – por que não? – do armazenamento privado de produtos lácteos e a previsão de ajuda satisfatória, bem como um aumento dos destinos elegíveis para restituições à exportação, a transparência total na cadeia de abastecimento e uma diminuição da diferença entre os preços no produtor e no consumidor.

Nós não somos porta-vozes dos interesses dos agricultores. Estamos aqui para transmitir a ansiedade, o grito de sobrevivência das forças criativas do mundo rural europeu, e esse grito de sobrevivência da gente que vive no mundo rural europeu constitui para nós um mandato permanente para agirmos.

Michel Dantin (PPE). - (FR) Senhora Presidente, Senhora Comissária – tenho pena de não saudar também a Presidência do Conselho –, caros colegas, a senhora mesma reconheceu, Senhora Comissária, perante a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, no outro dia, que o preço pago aos produtores de leite já não cobria, actualmente, os custos de produção. O que quer dizer, portanto, que os nossos produtores estão a descapitalizar.

Há pouco, estabeleceu a lista das medidas que tomou nestes últimos nove meses. São reais, e a si as devemos. Mas não produziram os efeitos esperados porque nos parecem insuficientes em volume, e o seu alvo é sem dúvida demasiado incerto em termos de eficácia.

A senhora constata, esta manhã, uma recuperação do mercado, mas os produtores só tirarão benefício dela nos pagamentos do início do próximo ano. O mercado dos produtos agrícolas não é como o dos metais ou o da energia. Exige instrumentos de regulação, pois os ciclos das estações e os elementos naturais ditam, também eles, as condições do mercado.

A sua interpretação do exame de saúde, concluído durante a Presidência francesa, causa-nos surpresa, pois os balanços intermédios que ele previu em matéria leiteira deixam abertas todas as portas, incluindo decisões novas sobre os instrumentos de regulação dos mercados.

A delegação francesa a que pertença está convencida de que será necessário um sistema de quotas renovado a partir de 2013. A tensão que existiu no mercado dos produtos alimentares antes da actual crise económica demonstrou a fragilidade do equilíbrio mundial entre produção e consumo.

Após termos desmantelado parcialmente os instrumentos de intervenção, não possuímos nem o direito, nem a legitimidade, para desmantelar hoje os instrumentos de produção de que precisaremos a curto prazo.

Senhora Comissária, temos de devolver a dignidade aos agricultores, a esses homens e essas mulheres a quem a palavra "trabalho" não mete medo.

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ

Vice-presidente

Antolín Sánchez Presedo (S&D). – (ES) Não podemos deixar que o sector do leite entre em queda. É um sector vital para o nosso mundo rural, e para a segurança e a qualidade alimentares.

Os mercados de futuros e as perspectivas a médio e longo prazo do mercado do leite e dos produtos lácteos na União Europeia estão a evidenciar sinais positivos. Há que impedir que uma conjuntura negativa inverta esta tendência. Precisamos de acções anticíclicas e de iniciativas conjuntas.

O colapso dos preços põe claramente em evidência o carácter insuficiente das medidas de apoio. As distorções no mercado de produtos lácteos implicam que cada cadeia de abastecimento não pode funcionar com eficácia nem com equidade.

Os produtores estão a ser vítimas de quedas dos preços que desequilibram o mercado, que não são transferidas para os consumidores e que atrasam a recuperação do sector. Há que corrigir esta situação. Impõe-se assegurar a concorrência leal e reforçar a rastreabilidade, também, a nível da comercialização.

Riikka Manner (ALDE). – (FI) Senhora Comissária, referiu que está fora de questão voltarmos ao sistema de quotas. Não viu o que aconteceu na indústria leiteira depois de, na Primavera, a Comissão ter decidido a retirada gradual das quotas? Foi uma decisão extremamente errada e imponderada, já que a retirada total das quotas será um golpe fatal para muitas pequenas explorações. É este tipo de política que a Comissão pretende aplicar? A verdade é que precisamos de um sistema restritivo para a indústria leiteira. Estando as quotas fora de questão, apelo à Senhora Comissária que faça com que a Comissão apresente outras soluções para resolver a crise. Esta é uma crise europeia, pelo que temos de seguir uma política agrícola que garanta pelo menos um nível de vida razoável aos produtores, independentemente do país e da região a que pertencem.

Yannick Jadot (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, sou eleito por uma região do Oeste da França, onde estão concentrados muitos produtores de leite, e penso que a senhora não se apercebeu verdadeiramente do drama social que eles estão a viver neste momento.

Senhora Comissária, quando V. Exa. fala de "produtores", eu ouço "industriais" e "distribuidores". Os produtores de leite não precisam da sua compaixão, Senhora Comissária. Não precisam de teorias liberais ultrapassadas que nos conduziram a uma crise mundial sem precedentes. Os produtores de leite precisam de uma verdadeira política agrícola. Precisam de quotas rígidas. É por isso que pedimos que o Conselho reformule totalmente a nossa política e construa uma verdadeira política de apoio aos produtores de leite, acabando com esta política de destruição maciça desses produtores.

Janusz Wojciechowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, o nosso debate ocorre, efectivamente, num momento ensombrado por acontecimentos dramáticos, a saber, o derrame de leite por parte de agricultores como forma de protesto. Todos nós estamos profundamente abalados com o sucedido.

Gostaria de me deter num problema que foi referido pelo meu colega, o senhor deputado Nicholson, ou seja, a forma abusiva como as grandes cadeias comerciais e os hipermercados têm tratado os respectivos consumidores e, em particular, fornecedores. Gostaria de recordar que o Parlamento Europeu aprovou, em 2008, uma resolução – de que fui um dos co-relatores – sobre a necessidade de pôr fim a esse comportamento e de a Comissão levar a cabo uma investigação exaustiva da situação. De acordo com a informação de que disponho, foram tomadas medidas, porém, o processo parece ser demasiado lento. Gostaria de saber se a Senhora Comissária está atenta a esta questão e, em geral, quais são as perspectivas futuras no que respeita a esse tipo de actividades.

Algo vai efectivamente mal na política económica da União Europeia quando os agricultores recebem menos do que 10% do valor dos seus produtos. Esta situação tem de mudar. Gostaria de exortar a Senhora Comissária a tomar medidas a este respeito.

Jaromír Kohlíček (GUE/NGL). – (CS) Senhora Comissária, V. Exa. considera o aumento de 3 a 8% do preço de produtos acabados, como o leite desnatado e a manteiga, como um avanço. Na minha opinião, isto é um insulto aos nossos agricultores. O principal problema reside no preço a que o leite é comprado aos agricultores. Na República Checa, por exemplo, o preço de compra chega a situar-se 25% abaixo dos custos de produção,

mas o preço do produto acabado, que é depois vendido nos estabelecimentos comerciais, cobriria facilmente todos os custos dos agricultores. Por isso mesmo, o principal problema é que existe algures um grande buraco. Este problema tem de ser resolvido. Na República Checa temos actualmente menos gado do que após as Guerras Napoleónicas. Isto está inclusivamente a colocar em risco a manutenção das zonas rurais. O senhor deputado Bové tem muita razão e o senhor deputado Fajmon ... profundamente...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Senhor Presidente, é evidente a necessidade de adopção de medidas de emergência, uma vez que a situação é desastrosa. Não é possível, no entanto, que o problema resida de certo modo nas questões de base? É claro que existe um problema com o modelo, ou sistema, em que uma enorme quantidade de soja é importada da América Latina, por exemplo, aumentando desse modo os excedentes na Europa, ao mesmo tempo que destrói o ambiente na América Latina. Depois, na consequente crise, damos voltas ao cérebro para sabermos se devíamos exportar, a preços reduzidos, produtos agrícolas para os países em desenvolvimento, arruinando, portanto, os mercados locais, juntamente com a situação dos pequenos empresários e produtores. Não temos necessidade de um novo modelo, como, por exemplo, da soberania alimentar, em vez de impormos à agricultura a lógica do comércio livre ditada pela OMC? A minha segunda pergunta é a seguinte: estamos a pedir um parecer específico ou uma proposta sobre como...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Astrid Lulling (PPE). – (DE) Senhor Presidente, salvámos os bancos, porque tínhamos de o fazer. Perante a situação que se nos depara agora, temos de evitar rapidamente a insolvência de milhares de agricultores porque os preços já não cobrem os custos de produção.

Devemos, no entanto, assegurar a manutenção do nosso potencial de produção a fim de abastecer a população com produtos alimentares de elevada qualidade. Pertencemos a uma geração que viveu épocas de racionamento de alimentos. Lembro-me de ter de percorrer em bicicleta oito quilómetros no Inverno de 1944 para conseguir apenas dois ovos. Espero que não cheguemos a essa situação, mas a segurança do abastecimento – não unicamente no sector energético – é também importante.

Se não estivermos preparados para adoptar as medidas que são solicitadas na nossa proposta de resolução, os custos em termos das consequências das políticas sociais, económicas e ambientais na UE serão muitas vezes o que...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Ricardo Cortés Lastra (S&D). – (ES) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados; conforme afirma a Comissão Europeia na sua comunicação de 22 de Julho, a situação no sector do leite e dos lacticínios deteriorou-se dramaticamente nos últimos 12 meses.

No entanto, tendo em conta o enorme impacto da crise nos preços desses produtos, e em particular nas receitas dos produtores, as medidas propostas pela Comissão Europeia e debatidas pelo Conselho de Ministros até à data não têm sido as adequadas para responder à quebra da procura e suas consequências.

A actual crise, além de nos confrontar com o desafio de inverter a queda da procura, constitui também uma oportunidade de incentivarmos o consumo e a promoção de leite e seus derivados. Cumpre-nos também garantir que a indiscutível qualidade do produto de base seja integralmente preservada até que eles cheguem ao consumidor final.

Neste campo, medidas como a melhoria da qualidade da rotulagem, a promoção do aumento do consumo de leite junto de segmentos específicos da população ou a sua utilização na alimentação dos novilhos podem contribuir, não apenas para mitigar as presentes dificuldades conjunturais, como também para melhorar a situação estrutural do sector no seu conjunto.

Mariann Fischer Boel, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, antes de mais, gostaria de agradecer aos Membros do Parlamento este debate em torno de um problema muito específico. Escutei muito atentamente o que aqui foi dito e, naturalmente, também registei os diferentes pontos de vista aqui defendidos por diferentes deputados a este Parlamento.

No que respeita ao sistema de quotas, creio que está a ser o bode expiatório de toda esta situação em que nos encontramos. Não subestimo – e tenho sido muito precisa neste ponto desde o início das discussões – que o sector dos lacticínios, não apenas na Europa mas a nível global, atravessa uma crise sem precedentes.

Quanto a isto, não há dúvidas. Compreendo, pois, perfeitamente a frustração que vejo entre os agricultores em várias partes da Europa, não em todas, mas em diversas partes.

A abolição do sistema de quotas foi decidida nos idos de 2003, ou seja, não foi uma decisão tomada do dia para a noite, quando ninguém sabia o que se estava a passar. Posteriormente, quando do exame de saúde, discutiu-se a questão do aumento das quotas, no intuito de procurar assegurar uma aterragem suave para os produtores de leite.

Pessoalmente, creio que os que apontam um dedo acusador ao sistema de quotas, como sendo este a causa de todos os problemas com que se deparam os produtores de leite, estão errados. Com efeito, o que se verifica é que, mesmo com um sistema de quotas a funcionar, não nos tem sido possível manter os preços elevados, nem deixaram de ocorrer mudanças estruturais no sector dos lacticínios. Se recuarmos a 1984, quando o sistema de quotas foi introduzido, vemos que existiam 1,6 milhões de produtores de leite na antiga UE-10. Hoje, na UE-10, temos 300 000 produtores de leite: isto é, menos de um quinto dos que existiam em 1984, e isto com um sistema de quotas em vigor.

Não me parece que voltar atrás e cancelar a decisão tomada no âmbito do exame de saúde seja a política acertada, e neste aspecto sou apoiada por todos os Chefes de Estado e de Governo, que, nas conclusões da sua reunião de Junho, afirmaram claramente que me devo manter firme nas decisões emanadas do exame de saúde. Durante as discussões no quadro do exame de saúde, jamais manifestei qualquer abertura para cancelar tais decisões, pois isso iria obviamente pôr em causa a previsibilidade necessária aos produtores de leite da União Europeia.

Creio, porém, que o senhor deputado José Bové terá dito que não tenho actuado com rigor, por outras palavras, que tenho mantido uma atitude de "deixa-andar". Não me parece justo que se diga que não temos feito nada. Não vou voltar a enumerar aqui todas as medidas que temos vindo a tomar. Penso que, se os Estados-Membros quiserem dedicar uma particular atenção ao sector dos lacticínios, dispõem agora da possibilidade, decorrente do exame de saúde, de reafectar os pagamentos directos de modo a dar especial preferência às zonas de pastagem. Existe efectivamente essa possibilidade e sei que, pelo menos, um grande Estado-Membro aproveitou o ensejo para fazer uso dessa possibilidade; para as zonas de montanha, existem também inúmeras e diferentes possibilidades.

A produção de leite na UE situa-se, actualmente, 45% abaixo do total das quotas. O que sucederia, então, se decidíssemos reduzir as quotas em 5%? Prejudicaríamos a situação dos jovens produtores, que investiram fortemente no futuro.

Assim, o que recomendo àqueles países, àqueles Estados-Membros que pretendem verdadeiramente ajudar o seu sector do leite e dos produtos lácteos é que façam uso da possibilidade de resgatar as quotas dos produtores que pretendem abandonar o sector. É uma forma muito melhor de garantir a manutenção dos que investiram, ao mesmo tempo que se dá uma mão aos que pretendem cessar a actividade. Penso que é essa a política correcta.

Se me permitem, gostaria ainda de corrigir o mal-entendido em relação à imposição suplementar. Não estamos a introduzir um novo sistema de imposição suplementar. Estamos apenas a oferecer a possibilidade, concretamente aos Estados-Membros que resgatem quotas aos produtores, de poderem reduzir o número de quilos ou toneladas do seu limite máximo. Não se trata, pois, de uma nova imposição suplementar que vá penalizar quaisquer dos produtores.

Umas breves palavras sobre alguns aspectos da promoção. Já reservámos 14 milhões de euros para promoção para o resto do corrente ano. Acordámos em alargar o programa escolar de consumo de leite; será agora introduzido iogurte com baixo teor de açúcar, isto é, com 7% ou menos de açúcar, no referido programa. Quanto à rotulagem, ouço vários deputados deste Parlamento afirmar que há interesse em introduzir um sistema de rotulagem. Poderemos analisar esse aspecto no contexto do documento sobre qualidade que está presentemente em discussão. Creio, pois, que existem inúmeras possibilidades.

Por último, no que respeita à cadeia de abastecimento, concordo inteiramente com a vossa opinião de que não existe transparência nessa cadeia e que não se consegue entender para onde está a ir o valor acrescentado. Por conseguinte, aguardo com expectativa a apresentação do relatório previsto para antes do final do ano, de modo a podermos realmente entender melhor a situação.

De referir que, se analisarmos a situação das grandes superfícies em toda a Europa, as diferenças são enormes. Na Alemanha, existe a tradição, ou existe um determinado número, de supermercados de desconto. Estes supermercados utilizam o leite e os produtos lácteos, e promovem o consumo de leite, como chamariz para

atrair os consumidores. Praticam preços muito convidativos mas, na realidade, passam a factura para os produtores, a quem pagam um preço muito baixo. Penso, pois, que seria muito interessante e necessário apurar o que está realmente a acontecer na cadeia de abastecimento. Começemos, então, por obter a necessária transparência e façamos, internamente na Comissão mas também a nível das autoridades da concorrência nos Estados-Membros, a análise de mercado que se impõe.

Foi muito interessante o debate hoje aqui travado. Espero que se tenham dado conta das medidas, tanto a curto prazo como a longo prazo, que por nós foram elaboradas juntamente com a França e a Alemanha. Estou certa de que nos aguardam discussões muito interessantes sobre o futuro do sector do leite e dos produtos lácteos na Europa, pois todos desejamos um futuro para esse nosso sector.

Paolo De Castro, autor. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de agradecer à Comissão por ter decidido comparecer hoje aqui no Parlamento para apresentar novas propostas relativas à crise no sector leiteiro. É importante que a legislatura que acaba de se iniciar se caracterize por um diálogo interinstitucional entre a Comissão e o Parlamento, um diálogo positivo, que, na realidade, já iniciou o processo de co-decisão.

Senhora Comissária, vamos estudar atentamente as suas novas propostas e encarregar-me-ei de pedir à Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural que emita o mais rapidamente possível um parecer sobre as suas novas ideias.

Mas permita que conclua recordando que se a alteração aprovada por unanimidade na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural for também aprovada nesta Assembleia plenária, será um problema político se o Conselho, após a ratificação do Tratado de Lisboa, vier a rejeitá-la. Por isso exorto-a, e faço-o também ao Conselho, a tomá-la na devida consideração.

Presidente. - Nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento, declaro que recebi sete propostas de resolução⁽¹⁾ para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar hoje às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Luís Paulo Alves (S&D), por escrito. – Venho de uma RUP, os Açores, onde a produção de leite é o pilar económico, social e ambiental. Nas últimas semanas estivemos com os produtores, com as suas organizações, com as indústrias transformadoras. Todos estão de acordo. É crucial que a Comissão dê uma resposta global mais eficaz, urgente, para fazer face à actual situação.

Os fluxos financeiros estão a parar no sector. É da maior importância, que as RUP sejam objecto de um olhar particularmente atento por parte da UE e sejam incluídas nas suas respostas à mitigação dos efeitos da actual crise.

É da opinião de todos que precisamos de parar com o aumento de quotas. Num mercado desequilibrado com excedentes, qualquer país que aumente a sua produção prejudica todos os outros. São também da opinião que devemos continuar a manter as quotas como mecanismo de regulação da oferta, estabilizador da sua actividade.

No actual cenário de liberalização total, é necessário estudar com urgência os seus efeitos sociais, ambientais e económicos nestas regiões e criar medidas específicas que evitem o colapso desta actividade responsável pelas nossas belas paisagens, pela qualidade do nosso ambiente e dos nossos meios rurais e pelo progresso e convergência económica que temos vindo a realizar.

Béla Glattfelder (PPE), por escrito. – (HU) A actual crise no mercado de lacticínios foi causada sobretudo pelo aumento das quotas leiteiras. A Comissão Europeia e os governos dos Estados-Membros também são responsáveis pela grave situação que actualmente afecta o sector dos lacticínios, uma vez que em 2008 apoiaram o aumento das quotas, o que teve como resultado a criação de excedentes leiteiros e o colapso dos preços.

(1) Ver Acta.

Essa decisão baseou-se nas previsões erradas da Comissão Europeia no domínio do mercado. Não obstante, a Comissão Europeia não abandonou a sua intenção, nem quando se tornou óbvio que o aumento da produção era contrário às tendências do mercado.

É por esse motivo que a União Europeia deve abandonar imediatamente as suas medidas conducentes ao aumento da produção de lacticínios. Além disso, também nos opomos à eliminação permanente das quotas após 2015. A importante lição a ser retirada da actual crise é que é necessário regular o mercado dos lacticínios. Sem isso, os preços tornar-se-ão imprevisíveis. Os produtores europeus de lacticínios não podem suportar as perdas causadas pela volatilidade dos preços em grande escala.

Regozijo-me com o facto de, tendo em vista aliviar a crise, a Comissão da Agricultura e Desenvolvimento Rural ter votado a favor da minha iniciativa, que iria aumentar o montante dos subsídios à exportação de 450 milhões para 600 milhões euros. Sem os subsídios às exportações, alguns dos excedentes permaneceriam no mercado interno da UE, o que iria conduzir a uma maior descida dos preços.

Jim Higgins (PPE), *por escrito*. – (EN) As quotas leiteiras têm de ser reduzidas em 5 a 10%, a fim de repor os preços a um nível sustentável. Mas as quotas, só por si, não vão salvar o sector do leite e dos produtos lácteos. Embora seja acertado a Comissão adoptar uma estratégia a longo prazo, a Comissão não se pode desligar da realidade – e a realidade nua e crua é que o sector agrícola, e em particular o sector leiteiro, estão seriamente ameaçados. Os mais baixos preços do leite desde 1983, a par de elevados custos, condições climáticas desfavoráveis e falta de crédito, deram azo, em 2009, a uma crise sem precedentes em termos de *cash flow* e de rendimento para os produtores de leite e suas famílias. Embora os indícios sejam de que os mercados já atingiram o seu nível mais baixo e que a recuperação já teve início, os aumentos dos preços, tão desesperadamente necessários, tardam em chegar, e é indispensável a UE tomar medidas. Concordo com a afirmação do presidente da Associação dos Agricultores Irlandeses (IFA), Pádraig Walshe, e do presidente do seu Comité dos Lacticínios, Richard Kennedy, de que a forma mais rápida de acelerar a recuperação dos preços é a Comissão Europeia utilizar de forma mais agressiva todos os apoios ao mercado, entre os quais:

- As restituições à exportação;
- As ajudas à transformação;
- Preço de intervenção total alargado;
- Regime de armazenagem privada da manteiga mais longo;
- Cuidadosa manipulação das existências.

Anneli Jäätteenmäki (ALDE), *por escrito*. – (FI) Senhor Presidente, no ano passado, a situação do sector leiteiro conheceu um declínio drástico. O preço no produtor do leite caiu e, presentemente, muitos produtores vêm-se obrigados a vender produtos lácteos a um preço que não reflecte os custos de produção. A sobrevivência dos produtores de leite está hoje fortemente ameaçada. Até agora, não foi possível resolver a crise do sector leiteiro com as medidas adoptadas pela Comissão. É chegada a altura de arregaçar as mangas e encontrar novas soluções. A Comissão tem de estabilizar rapidamente o mercado do leite europeu. Ao mesmo tempo, devia também, juntamente com os actores do sector e os Estados-Membros, proceder a uma avaliação exaustiva do futuro da indústria leiteira. Muito obrigada.

Véronique Mathieu (PPE), *por escrito*. – (FR) Para fazer face à conjuntura particularmente desfavorável com que se defronta o sector leiteiro, é urgente uma intervenção forte da parte da União Europeia. Tal como a maioria dos Estados-Membros, considero que as soluções propostas pela Comissão não são satisfatórias. Evidentemente que saúdo a flexibilidade por ela autorizada, e que permitirá aumentar o limite máximo das ajudas nacionais de 7 500 euros para 15 000 euros para os produtores em dificuldades. Todavia, é indispensável adoptar instrumentos de intervenção mais eficazes. Para fazer face à volatilidade dos preços, os nossos mercados têm de ser mais regulados. A declaração comum apresentada por dezasseis Estados-Membros sobre a situação do mercado europeu do leite fornece à Comissão sugestões preciosas para estabelecer uma melhor regulação dos mercados leiteiros. Além disso, parece-me necessário ponderar, como pedem sete Estados-Membros, uma suspensão temporária do aumento das quotas. Reafirmo também o meu apoio à criação de um "Fundo do leite" destinado a ajudar as organizações de produtores e as cooperativas, assim como para apoiar os investimentos agrícolas, a modernização, uma diversificação da produção leiteira, as medidas ligadas à localização geográfica e as medidas de comercialização dos produtos lácteos.

Ivari Padar (S&D), por escrito. – (ET) Da observação da actual situação no mercado do leite e dos produtos lácteos, facilmente se deduz que o nosso sector está longe de estar preparado para fazer face às consequências da crise económica mundial. Por conseguinte, o desenvolvimento da política agrícola comum deve continuar a visar o aumento da competitividade e, a longo prazo, a redução da gestão do mercado. O "check-up" feito à política agrícola comum foi um passo na direcção certa, e manter essa direcção nas discussões sobre o futuro da política agrícola comum pós-2013 é a única forma de reforçar o sector.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), por escrito. – (RO) O sector do leite atravessa actualmente a sua crise mais profunda de sempre, despoletada pela crise mundial, e que é, fundamentalmente, o resultado de uma discrepância entre a procura e a oferta. A queda dos preços do leite e dos produtos lácteos afecta sobretudo os agricultores de baixos rendimentos. Por essa razão, penso que o sistema de quotas não deverá ser congelado em todos os Estados-Membros, devendo cada um dos países decidir da fixação das respectivas quotas. O problema é que, comparativamente a 1983-84, apenas um quinto dos produtores se mantém no mercado, e corremos o risco de um número maior de explorações vir a encerrar. Precisamos, por isso, de adoptar medidas urgentes para evitar que isso aconteça. Para pôr fim à actual crise no sector do leite, deveríamos tomar as seguintes medidas: estender as medidas previstas para o armazenamento de manteiga, leite em pó e queijo; acelerar a criação de um fundo para os produtos lácteos com vista a dar resposta às necessidades dos pequenos produtores e dos jovens agricultores; e a chegar a acordo com os supermercados no que respeita à fixação de um preço justo para os produtores agrícolas e os retalhistas.

3. Segurança energética (Nabucco e Desertec) (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre segurança energética (Nabucco e Desertec).

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a energia irá indiscutivelmente continuar a ser uma preocupação prioritária deste Parlamento nos próximos cinco anos. Por outro lado, nos últimos cinco anos fizemos bons avanços na instituição de uma política energética comum robusta, norteada por três objectivos: segurança do aprovisionamento, sustentabilidade e competitividade.

Particularmente importante para a consecução destes objectivos é a dimensão externa dessa política comum europeia no domínio da energia, e isto por duas razões. A primeira é a dependência da UE das importações de energia – actualmente, 50% dos recursos energéticos provêm de fontes externas à União Europeia, e a tendência é para aumentar.

Em segundo lugar, as questões relacionadas com a sustentabilidade. As metas definidas no domínio da luta contra as alterações climáticas não poderão ser alcançadas em parte alguma do mundo se a energia não for produzida com recurso a tecnologias mais limpas e utilizada em moldes mais eficientes. Por esta razão, é crucial o diálogo com os países produtores, de trânsito e consumidores.

Os dois projectos mencionados na plenária de hoje são, de certa forma, complementares e, ao mesmo tempo, enquadram-se bem na estratégia geral.

Para começar, o projecto Nabucco. Cheguei ontem de Baku, e posso afirmar que continuamos decididamente no bom caminho rumo à realização deste projecto. Fizemos um grande avanço no passado mês de Julho. Foi assinado um acordo intergovernamental entre quatro países europeus e a Turquia, o que significa que, no próximo ano, já poderemos tomar uma decisão definitiva em matéria de investimento, tendo em vista o início do abastecimento de gás em 2014.

Identificámos três fontes que estão dispostas a assumir compromissos em relação a volumes de gás a fornecer. Em primeiro lugar, temos o Azerbaijão, em relação ao qual a decisão de investimento relativa a Shah Deniz 2 deverá ser definitivamente tomada num futuro muito próximo, e depois existem outros campos, no Turquemenistão e no Iraque, que neste momento constituem as maiores fontes de abastecimento.

Onde estão as dificuldades? Há sempre dificuldades relacionadas com a forma especial como funcionamos no domínio da energia e como muitos dos países produtores estão organizados. Na União Europeia, os projectos são liderados pela indústria, o que significa que todos os riscos comerciais são sempre cuidadosamente ponderados. Os países que possuem os recursos gostariam que as decisões da UE correspondessem a avanços concretos. Por exemplo, a UE decide construir um gasoduto, constrói o gasoduto, e depois eles comprometem-se em relação ao fornecimento de gás. As filosofias são diferentes. Por outro

lado, existe o claro entendimento de que as empresas da UE estão dispostas a comprar o gás, e vamos avançando nessa base.

Creio que a questão do trânsito está mais ou menos resolvida. Continuamos a aguardar a ratificação do acordo intergovernamental, mas não prevejo grandes dificuldades. Além disso, para facilitar a compra de gás a regiões que têm formas particulares de vender o gás, estamos a desenvolver o conceito de uma "Corporação para o Desenvolvimento do Cáspio", cujo objectivo seria permitir reduzir os riscos para as empresas que comprem o gás, por exemplo, na fronteira do Turquemenistão, ou que invistam em zonas em que os riscos políticos e económicos são substanciais.

Estamos a avançar a bom ritmo, e creio que este é um bom exemplo de cooperação entre a indústria, que lidera o projecto, e as instituições da UE, que o apoiam politicamente.

Também nós atribuímos alguns recursos financeiros ao corredor Sul, sobretudo para o projecto Nabucco. Lançámos um convite à apresentação de propostas. Nesta fase, não sei dizer se o processo foi bem-sucedido ou se esteve à altura das exigências mas, pelo menos, o convite foi lançado.

Também o projecto Desertec constitui uma iniciativa impulsionada pela indústria, a qual se encontra presentemente na sua fase inicial. Afigura-se deveras interessante a ideia de aproveitar o potencial da energia solar em África e de a transportar para a União Europeia, mas necessitamos de algumas medidas de acompanhamento para poder levar a cabo este projecto.

Em primeiro lugar, impõe-se o desenvolvimento tecnológico, que vimos apoiando há muitos anos. Será inaugurada este mês, em Sevilha, uma central de energia solar concentrada. Trata-se de uma tecnologia que poderá eventualmente ser utilizada no projecto Desertec, e creio que não teria sido possível esta tecnologia avançar até onde avançou sem o apoio da UE.

Em segundo lugar, teremos de trabalhar com os países nossos parceiros, pois obviamente que não poderemos simplesmente participar-lhes que utilizaremos o seu território para instalar uns painéis solares e depois transportar a electricidade para a União Europeia. Se se pretende que estes projectos venham sequer a existir, terá de haver uma apropriação comum dos mesmos. Esta a razão por que iremos realizar, em Outubro, uma conferência sobre a utilização das energias renováveis juntamente com os países do Mediterrâneo e do Golfo. É evidente que, para o projecto Desertec ser bem-sucedido, terá de haver uma apropriação comum destes projectos, caso contrário não se conseguirá bons resultados.

Por último, mas não menos importante, coloca-se indiscutivelmente a questão da interligação. Há dois tipos de interligação e importa distingui-los. Um tem a ver com a filosofia e os mercados. De há uns tempos a esta parte que apoiamos a integração dos mercados no Norte de África. Registaram-se progressos mas há que reforçar essas medidas. O segundo tipo é a interligação física com a União Europeia, mediante a utilização de cabos.

Penso que o projecto Desertec evoluirá passo a passo. Não será um grande projecto mas creio que haverá aspectos que, em última análise, irão ao encontro dos nossos objectivos: energia limpa para os países em questão e mais exportações para a União Europeia.

A UE também tem oferecido incentivos comerciais. Com a Directiva "Energias Renováveis", estabelecemos a possibilidade de os países da UE investirem em países terceiros e transportarem electricidade para a União Europeia, sendo assim possível concretizar aquele objectivo através da energia produzida no país terceiro.

Dito isto, é deveras difícil nesta fase estabelecer um calendário para o Desertec. Trata-se de uma iniciativa nova, que ainda está a dar os primeiros passos, e não se pode dizer que o Desertec faça parte da nossa estratégia em matéria de segurança de aprovisionamento. É uma medida promissora rumo a uma estratégia de luta contra as alterações climáticas, que se impõe promover, mas, enquanto o Nabucco é um projecto que irá efectivamente reforçar a segurança do aprovisionamento, no caso do Desertec é demasiado cedo para fazermos previsões.

Gostaria de terminar sublinhando que as melhores medidas que podemos tomar em prol da segurança do aprovisionamento estão ao nosso alcance, na União Europeia. Este Parlamento tem sido um acérrimo defensor da eficiência energética. A eficiência energética não tem a ver apenas com as alterações climáticas. Constitui um elemento extremamente importante da segurança de aprovisionamento. Diria mesmo que é mais importante que o Desertec e o Nabucco, e ainda o South Stream e o Nord Stream, todos juntos. É realmente o maior elemento. Estão a ser discutidos com o Conselho três instrumentos jurídicos nesta matéria, e quero frisar que teremos de ser ambiciosos e bem-sucedidos em relação aos mesmos.

No que respeita às fontes de energia renováveis, agradeço sinceramente ao Parlamento o apoio que tem dado ao plano de relançamento e, pelo que tenho ouvido, as perspectivas no que respeita às aplicações para a energia eólica offshore são bastante positivas. Ao que parece, todas as verbas reservadas para apoiar projectos de energia eólica offshore serão autorizadas. Não se trata aqui apenas de dinheiro da UE: o envelope financeiro da União ronda os 600 milhões de euros, mas o projecto na sua globalidade ascende a 4 mil milhões de euros, o que significa que é a indústria o principal investidor. Creio que estamos perante uma excelente combinação, até porque as energias renováveis também contribuem para a segurança do aprovisionamento.

Por último, mas não menos importante, sei que por vezes a questão da captura e armazenamento de CO₂ (CAC) suscita problemas. A CAC é geralmente necessária por duas razões. A primeira é como resposta geral às alterações climáticas; a segunda, que obedece a outra óptica, é que também iremos utilizar carvão e lignito para a nossa segurança de aprovisionamento. Têm-se registado bons progressos, também, no tocante às aplicações para o financiamento previsto no plano de relançamento, o que, em minha opinião, mostra que o plano de relançamento tem sido coroado de êxito. Depois de anunciarmos os resultados, nós – Comissão, Conselho e Parlamento – necessitaremos indiscutivelmente de analisar qual a melhor forma de canalizar os fundos da UE, de modo a reforçar a segurança de aprovisionamento da União Europeia.

Ioannis Kasoulides, *em nome do Grupo PPE*. – (EN) Senhor Presidente, todos concordamos em falar a uma só voz e ter uma política externa comum no domínio da segurança do aprovisionamento energético.

É sabido que o cabaz energético e o aprovisionamento de energia diferem de Estado-Membro para Estado-Membro, em função de factores geográficos e não só. Por conseguinte, o objectivo da diversificação também abrange o aprovisionamento.

Uma rede diversificada e interligada poderá, se adequadamente redireccionada, tornar-se um dia a segurança de aprovisionamento de todos. Apoiamos a necessidade de um corredor Sul, e o Nabucco é um projecto europeu comum.

Contudo, há questões que ficaram por responder no que respeita ao acordo recentemente celebrado entre o Sr. Putin e a Turquia, à quantidade de gás a fornecer pelo Azerbaijão tendo em conta o investimento, à proposta da Gazprom de comprar todas as exportações do Azerbaijão, à estabilidade dos fornecimentos do Iraque, e à promessa da Rússia de bombear o dobro da quantidade através do South Stream.

O diálogo com a Rússia sobre as questões energéticas constitui uma necessidade assente no princípio pragmático e equitativo da segurança de aprovisionamento e da segurança da procura. Todas as outras considerações geopolíticas devem ser postas de lado.

No capítulo da solidariedade, necessitamos de planos tangíveis para as situações de emergência, nomeadamente, nos domínios da armazenagem e da nova tecnologia de produção de GNL. Chipre, por exemplo, investe 500 milhões de euros em GNL e o apoio da UE resume-se a 10 milhões de euros, o que considero lamentável.

Hannes Swoboda, *em nome do Grupo S&D*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, agradeço o seu relatório. A questão da segurança do aprovisionamento para os nossos cidadãos adquire uma importância cada vez maior. Particularmente neste contexto, as suas competências desempenharão um papel ainda maior no futuro – o que será igualmente importante para a identidade europeia.

Como correctamente afirmou, a diversificação é também necessária. Concordo plenamente com o senhor deputado Kasoulides em que a cooperação com a Rússia será sempre importante, dado tratar-se de um parceiro importante no que diz respeito ao abastecimento de gás. Todavia, não devemos depender demasiado de um país, qualquer que ele seja, devendo antes diversificar, e Nabucco é uma boa forma de o fazermos.

O terceiro ponto que desejo suscitar diz respeito à solidariedade que é necessária na União Europeia. Apresentou várias propostas relativamente à forma como devemos intensificar a nossa solidariedade e também sobre como podemos reforçar o papel da UE enquanto mediador nos conflitos que nos afectam, em particular entre a Rússia e a Ucrânia. Referiu-se igualmente ao projecto Desertec. Penso que os dois projectos são importantes, dado divergirem em termos de calendário.

Devemos considerar também – e isso será uma tarefa para o seu sucessor, tanto se for o Senhor Comissário ou outra pessoa – como é que nós, na Europa, por um lado, podemos promover uma série de grandes projectos, como o Nabucco e o Desertec, defendendo ao mesmo tempo a descentralização de parte da nossa produção de electricidade e de energia.

Actualmente estão a ser desenvolvidos vários projectos industriais – que são também projectos liderados pela indústria – que permitem aos consumidores e inclusivamente às famílias participar mais activamente num tipo de produção de energia que proporciona segurança energética. São medidas que vão desde contadores inteligentes, por um lado, até à produção efectiva pelas famílias individualmente. A este respeito, a abordagem da Europa poderia ser dizer “sim, claro que necessitamos de abastecimento externo, necessitamos de segurança de aprovisionamento e de grandes projectos inovadores como o Desertec, mas devemos também assegurar que os cidadãos, as empresas, bem como as famílias, podem ter um maior controlo sobre os seus orçamentos energéticos e sobre o seu consumo de energia em termos de preços, da economia e do ambiente”.

Johannes Cornelis van Baalen, em nome do Grupo ALDE. – (NL) Senhor Presidente, é para mim uma honra, enquanto deputado recém-eleito a este Parlamento, dirigir-me pela primeira vez ao plenário. Faço-o igualmente nas qualidades de antigo deputado à Câmara Baixa do Parlamento neerlandês e de Vice-Presidente da Internacional Liberal, uma vez que procuro encarar as políticas europeia, nacional e internacional como uma realidade única. Na área da energia, em particular, há, naturalmente, uma conexão directa entre essas diferentes vertentes da actividade política.

Senhor Presidente, no que se refere à nossa posição, a posição da Europa, no mundo, estamos presentemente vulneráveis a chantagens. Dependemos de regiões instáveis e de países de regimes não democráticos. Isso tem de acabar. É por esse motivo que o meu grupo, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, apoia o Nabucco e a Desertec, e eu queria chamar a atenção da Assembleia para o papel de vulto que o antigo líder parlamentar do meu partido nacional, senhor Van Aartsen, teve neste projecto.

Senhor Presidente, tenho duas observações a fazer. Folgo com o facto de a Comissão reconhecer que as empresas têm um papel importante a desempenhar. A área da energia não pode ser um domínio reservado às autoridades – governos nacionais e instituições europeias ou organismos internacionais. As empresas têm, decididamente, um papel a desempenhar nela. Em segundo lugar, Senhor Presidente, nós nesta Câmara não devemos aceitar tabus, como o que, pretensamente, nos impediria de voltar a considerar a energia nuclear como uma componente do nosso cabaz energético. Isto vale também para as relações internacionais da Europa. A energia nuclear, a fusão nuclear e a fissão nuclear têm uma importância vital. Apresentam graves pechas no plano dos resíduos, mas cumpre-nos a nós assegurar as condições necessárias para que a investigação e o desenvolvimento e o intercâmbio de conhecimentos possam ter uma palavra a dizer nessa matéria. A energia nuclear tem um papel de primeiro plano a desempenhar, porque contribuirá para o combate às emissões de gases com efeito de estufa. Também aqui, nesta questão, o meu grupo não tem uma posição definitiva. Necessitamos, também, de reabrir esta discussão, mas não devemos declarar a energia nuclear tabu nesta Câmara. Gostaria, por conseguinte, de ouvir a opinião da Comissão sobre o assunto.

Reinhard Bütikofer, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, dado estarmos hoje a debater a política externa de segurança energética, estamos, naturalmente, conscientes de uma verdade crucial concreta, que foi já mencionada pelo Senhor Comissário Piebalgs, a saber, que a vanguarda fundamental em termos de independência energética encontra-se na União Europeia. Ou seja, mais concretamente, se conseguirmos introduzir normas de potência energética menos rígidas ou normas de potência energética zero para os nossos edifícios, pouparíamos mais gás natural do que os projectos Nabucco, South Stream e Nord Stream em conjunto poderiam importar. É importante que na nossa resolução se afirme que as opções por energias renováveis eficazes em termos de custos, a estratégia de eficiência energética e as poupanças energéticas em particular devem constituir uma parte central desta política. Se assim for, não será necessária, em nosso entender, energia nuclear adicional.

Em segundo lugar, esta resolução contém uma mensagem importante, a saber, a União Europeia precisa de uma política externa comum da energia, de que não dispomos actualmente. Esta política deveria incluir a promoção da eficiência energética e de energias renováveis no quadro de uma política de vizinhança e prever que a UE adote uma posição comum nas negociações com os países de trânsito. A Comissão deveria assegurar-se de que tem capacidade suficiente para o fazer, como solicitou o Parlamento há dois anos na sua resolução sobre este tema.

Na nossa opinião, o Nabucco é um projecto de alta prioridade, porque permitiria reforçar a nossa independência em matéria energética, em particular em relação à Rússia, embora concorde com o senhor deputado Kasoulides quando diz que subsistem ainda muitas perguntas a este respeito que necessitam de resposta. Todavia, é lamentável que alguns Estados-Membros, através da sua promoção do projecto South Stream, que concorre abertamente com o projecto Nabucco, tenham minado a política de independência energética.

No que respeita à política energética, o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia também considera que é importante não esquecer os direitos humanos e não negligenciar o diálogo sobre os direitos humanos quando abordamos o tema da energia. Quando alargamos a nossa perspectiva para incluir Desertec ou inclusivamente a região do Ártico – como fazemos na nossa proposta de resolução – é igualmente importante que o façamos num espírito de parceria e não de neo-colonialismo.

Geoffrey Van Orden, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, há três pontos que gostaria de abordar sucintamente.

Em primeiro lugar, a complacência no domínio da política energética está a tornar-nos cada vez mais dependentes da Rússia, e essa é uma situação perigosa. Sempre que possível, faz todo o sentido que a nossa resposta seja uma resposta coordenada, se bem que qualquer política unificada da UE tenda inevitavelmente a ser enviesada por aqueles países que já estão feitos com a Gazprom e com interesses conexos. Também não devemos entregar outra área de interesse nacional vital à Comissão Europeia, que vê em toda e qualquer crise uma oportunidade para alargar o seu leque de competências. Escusado será dizer que muitos de nós votaremos contra a aprovação do Tratado de Lisboa e contra quaisquer outros esforços que visem levar por diante a integração política, ao arrepio dos interesses dos nossos países no domínio da energia.

Em segundo lugar, a diversificação das fontes de abastecimento exige um maior compromisso com o projecto Nabucco. Para que este gasoduto seja um projecto bem-sucedido, a cooperação com a Turquia é fundamental. Contudo, a abertura do capítulo da energia nas negociações da UE com a Turquia tem sido bloqueada. O que estão o Conselho e a Comissão a fazer para resolver esta situação contraproducente?

Em terceiro lugar, constato que a palavra "nuclear" não consta na proposta de resolução. Como é evidente, uma aposta em fontes de energia sustentáveis e diversificadas exige um maior compromisso com a energia nuclear, e nesse aspecto faço minhas as palavras do nosso colega van Baalen.

Helmut Scholz, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a segurança energética figura, com razão, na agenda de política externa de hoje. Todavia, em vez de assegurar o poder e a influência e as últimas reservas de combustíveis fósseis, em vez de insistir em atribuir a prioridade à dependência, estamos, em meu entender, a enfrentar desafios completamente diferentes no que diz respeito ao estabelecimento de uma política energética sustentável.

Em primeiro lugar, é necessária uma mudança global em direcção a mais fontes de energia renováveis, mais eficiência energética e mais poupança energética. Ou seja, não precisamos de discussões sobre a política externa da energia – sobretudo se for só isso que fizermos –, mas sim de energia que seja fornecida de forma inteligente e acessível a todos.

Em segundo lugar, a segurança energética deve ser parte integrante de uma política responsável de paz e de desenvolvimento da União Europeia. O acesso à energia é crucial para todos os cidadãos, para o desenvolvimento económico e para o combate à pobreza. Um projecto como o Desertec não deve, por conseguinte, constituir uma forma de utilizar a política energética como um instrumento para perpetuar o colonialismo. O que ganharão com isto os cidadãos dos países africanos, cuja população regista um crescimento e que têm cada vez mais exigências a nível energético? Porque não foram até agora associados, em pé de igualdade, aos processos de planificação e de tomada de decisões?

O aprovisionamento energético global constitui também parte integrante da prevenção de crises e das políticas para a paz. Esta abordagem também não figura nas relações da União Europeia com o Sul do Cáucaso e com a Ásia Central. Na qualidade de fornecedores de energia – por exemplo, no caso do projecto Nabucco –, estes países adquirem um interesse cada vez maior para a UE, mas não detecto qualquer conceito de prevenção de conflitos nem de desenvolvimento sustentável a nível local nesses países. É chegado o momento de a União Europeia pôr termo a uma política energética externa que unicamente aumenta a corrida a reservas de petróleo e de gás ou que aumenta a tecnologia nuclear. Do que agora necessitamos é de criar verdadeiras parcerias em matéria de energia renovável e de descentralizar o fornecimento.

Fiorello Provera, em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sabemos com segurança que a procura de energia irá aumentar e que a produção europeia de gás está em constante declínio. É fundamental que os Estados-Membros, e, consequentemente, a Europa, levem a cabo políticas que garantam um aprovisionamento abundante e seguro. A diversificação das fontes e das redes de transporte vai ao encontro deste requisito.

Dito isto, não há qualquer concorrência entre os vários projectos em curso, como, por exemplo, o Nabucco e o South Stream. Estas políticas de diferenciação tiveram, aliás, como consequência o facto de, nos últimos anos, a Europa se ter tornado menos dependente dos principais fornecedores. Por exemplo, o fornecimento de gás russo à Europa desceu de 75% em 1990 para 45% na actualidade. O projecto Nabucco é, pois, positivo, e o South Stream também o é.

Enquanto a Europa não tiver uma política energética comum e única, a Itália tem não só o direito, mas também o dever de agir de todos os modos possíveis, desde a poupança energética até ao nuclear ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Zoltán Balczó (NI). – (HU) No dia 13 de Julho, em Ancara, no momento de assinar o acordo Nabucco, José Manuel Barroso afirmou que os gasodutos eram feitos de aço. Todavia, o Nabucco está a "cimentar" relações entre os povos envolvidos nesta aventura, estabelecendo um elo estratégico entre a União Europeia e a Turquia. O Primeiro-Ministro Putin declarou que quem quer que o deseje pode assentar nos terrenos a quantidade de tubos de ferro enferrujado que quiser, mas que deverá ter qualquer coisa com que os encher. É precisamente a incerteza das fontes o que constitui a maior preocupação com este projecto. A única certeza é que o investimento de 8 mil milhões de euros será muito para os que nele estão envolvidos.

Na verdade, tal como as preocupações causadas pela Ucrânia, o país de trânsito para a distribuição russa, também a Turquia pode causar problemas semelhantes. Muitos de nós também não estão de acordo em estabelecer uma ligação concreta entre a Turquia e a União Europeia. Do que trata o Desertec? África Setentrional, espelhos giratórios, células solares, transmissão em corrente contínua e a satisfação de 15% das necessidades energéticas. Neste momento, é muito mais uma miragem do que um plano realista. O Desertec não irá ser o prato principal do menu dos consumidores da União Europeia. Muito mais provável é que seja apenas uma sobremesa muito cara. É por essa razão que sugiro que nos envolvamos em investigações tendentes a aumentar a segurança da energia nuclear, dado que este tipo de energia, além de ser limpa, também é barata. Trata-se de uma consideração séria, porque a segurança energética detém-se com o consumidor, ou antes, com a conta e com ele ter, ou não, possibilidade de a pagar.

Elmar Brok (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a energia é vital para toda a sociedade, para os cidadãos e para a economia. É, por conseguinte, importante que a Europa encontre soluções comuns, embora seja sem dúvida positivo para o cabaz energético que continue a inscrever-se nas competências nacionais. Isto significa que não necessitamos, quando tomamos as nossas deliberações conjuntas, de nos confrontar por causa da energia nuclear, da energia com reduzidas emissões de carbono e outros tipos de energia, em relação às quais tenho uma opinião diferente, por exemplo, da do senhor deputado Bütikofer.

Todavia, devemos tentar alcançar uma posição comum em relação aos aspectos externos da segurança energética. No que diz respeito à política interna, concordo plenamente com o Senhor Comissário em que as questões relativas à energia renovável e à poupança energética, por exemplo, são mais importantes, como o é a investigação de novas possibilidades.

Para reduzir a nossa dependência de fornecedores externos, precisamos, no entanto, de diversificar. Os projectos Desertec e Nabucco são, a este respeito, instrumentos importantes. Precisamos também de negociar com a Rússia as questões relativas aos acordos de parceria e cooperação e à segurança energética, agora que a Rússia – erradamente – rejeitou a Carta da Energia. Trata-se de uma importante tarefa que nos incumbe. Devemos, porém, reconhecer que estamos a negociar com países que não são necessariamente confiáveis e, lamentavelmente, não podemos fazer uma distinção entre países confiáveis e países não confiáveis.

Devemos, por conseguinte, opor o aprovisionamento energético ao consumo energético da União Europeia. A interconectividade, a questão do armazenamento de gás comum – estes aspectos são importantes para assegurar que o aprovisionamento de todos os países não pode ser suspenso. Se nos ajudarmos mutuamente, seremos tão fortes que ninguém poderá desligar-nos. Este é o ponto crucial aqui.

A este respeito, devemos também deixar claro que os investimentos privados são necessários, porque são imprescindíveis. Muito já foi feito, mas o nosso interesse geral comum em relação à segurança deve ser nivelado com os interesses económicos para alcançarmos a melhor solução possível. Isto não deve ser entendido como uma contradição. Penso que encontraremos então, de facto, uma solução adequada. Isto significa que é preciso ter também aqui em consideração as questões relativas às regras da concorrência, e com isso quero dizer que não deve ser o poder dos grandes fornecedores, por exemplo a Gazprom ou inclusivamente outras empresas...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Teresa Riera Madurell (S&D). – (ES) Senhor Presidente, quero destacar a grande oportunidade de que se reveste esta proposta de resolução e saúdo também o esforço envidado por todos os grupos para chegarem a uma proposta comum.

Senhoras e Senhores Deputados, para evitar a reedição da situação de desespero que muitos dos nossos concidadãos viveram quando a Rússia decidiu cortar o fornecimento de gás através da Ucrânia, é manifestamente vital diversificarmos ao máximo as fontes de abastecimento e as vias de transporte de gás. Nesse campo, precisamos urgentemente de construir novos gasodutos, que, como o Nabucco e outros projectos, contribuam para reforçar a segurança do aprovisionamento na Europa Central. Contudo, para assegurarmos o abastecimento de todos os países da União Europeia, esses esforços têm de ser complementados por fornecimentos a partir da região meridional do continente.

Posto isto, quero salientar, à semelhança do que já fez o Senhor Comissário, outra dimensão deste problema. A recente crise mostrou-nos que a UE não tem falta de reservas de gás, mas sim de capacidade de transporte. É por isso que é importante centrarmos os nossos esforços na melhoria das interconexões no interior da UE. As senhoras e os senhores deputados devem acreditar em mim, quando afirmo que há muita margem para se melhorar esta situação.

Vou dar-vos o exemplo do meu país. Como sabem, a Espanha poderá tornar-se um importante eixo de tráfego para a Europa, graças à sua conexão à Argélia através do gasoduto Medgaz, cuja construção se encontra já em fase adiantada, e às suas seis centrais de gás natural liquefeito, cuja capacidade pode ser duplicada em caso de ocorrência de uma nova situação de emergência. No entanto, para tal, a Espanha terá de reforçar a capacidade da interconexão dos dois lados dos Pirenéus.

Por fim, devemos estar cientes de que a construção de grandes infra-estruturas é apenas uma parte, importante embora, da política de segurança do aprovisionamento energético da UE. Essa segurança depende também, particularmente, da poupança de energia e da utilização de energia proveniente de fontes renováveis. É neste contexto que reputamos vital a nossa cooperação com os países do Norte de África no domínio do desenvolvimento das energias renováveis. Isto liga-se com o meu apelo ao reforço do aprovisionamento a partir da Europa meridional.

Isso faz do Plano Solar do Mediterrâneo, da iniciativa da União para o Mediterrâneo, Senhor Comissário, uma ideia atractiva, que nós neste Parlamento queremos apoiar.

Graham Watson (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, temos três grandes desafios neste domínio – a segurança do aprovisionamento energético, a ineficiência do nosso mercado interno da energia e o imperativo da luta contra as alterações climáticas. Os projectos Desertec e Nabucco são fundamentais para responder a estes desafios.

Se conseguirmos desenvolver a produção de energia solar térmica de alta voltagem no Norte de África, poderemos dar um sentido e uma finalidade à União para o Mediterrâneo, ajudar no abastecimento de água aos países da orla Sul do Mediterrâneo, e desenvolver tecnologias de produção de electricidade, para as quais existe um mercado mundial gigantesco. Se conseguirmos convencer os Estados-Membros da necessidade política de uma maior independência no plano da energia, e impedir Berlim e Paris de minarem os nossos esforços a cada passo, o Nabucco poderá ajudar-nos a diversificar as nossas fontes de abastecimento de petróleo e gás.

A proposta de resolução que hoje temos diante de nós pouco diz acerca do que necessitamos de fazer aqui, na União Europeia. Precisamos de desenvolver a produção de energias renováveis – da energia solar térmica e de outras. Precisamos de construir capacidade de distribuição de electricidade em corrente directa de alta voltagem através de uma rede inteligente – um investimento que rondará os 50 mil milhões de euros mas que permitirá criar muitos postos de trabalho –, e precisamos de meios de armazenagem de petróleo e gás e, mais ainda, de uma política de armazenagem para reduzir a nossa perigosa dependência da Rússia.

O nosso aprovisionamento energético continuará a depender do petróleo e da energia nuclear mas, neste momento, em que nos preparamos para a Conferência Mundial sobre as Alterações Climáticas, a realizar em Copenhaga, a única grande ideia sobre a mesa é a mudança para as renováveis. A energia eólica poderá satisfazer toda a nova procura de electricidade na China nos próximos 20 anos e substituir 23% da produção de carvão naquele país. Os desertos recebem mais energia do sol em seis horas do que a humanidade consome

num ano. Senhor Comissário, o senhor disse que isto não faz parte da nossa estratégia em matéria de segurança do aprovisionamento energético. Ora bem, deveria fazer, e tem de fazer.

Franziska Katharina Brantner (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, a segurança energética é, para nós, em larga medida, uma questão de independência no domínio da energia, como muitos aqui afirmaram. E como também o afirmou, e com razão, o Senhor Comissário Piebalgs, a estratégia mais eficaz é a da eficiência energética, da poupança e das energias renováveis.

Mas nós, os Verdes, também somos realistas e também temos consciência de que, a médio prazo, necessitaremos do abastecimento de gás. Como tal, somos favoráveis à diversificação e consideramos, também nós, o Nabucco como um projecto europeu prioritário.

Todavia, não consideramos que a estratégia nuclear seja uma estratégia de independência, e muito menos de independência energética, e passo a explicar porquê. Afinal, o urânio é importado, e não apenas de países de que gostamos. Além disso, se falamos de segurança, temos de referir as implicações da energia nuclear em matéria de segurança, nomeadamente a proliferação nuclear, e estão à vista os problemas que temos a esse nível com outras questões de segurança deveras notórias. Não podemos ignorar este aspecto, nem podemos afirmar que a energia nuclear é um assunto completamente à parte da questão da proliferação nuclear.

Além disso, é firme convicção do nosso grupo que todos os projectos devem levar em conta as preocupações em matéria de transparência e corrupção, não interferir num diálogo franco e rigoroso em matéria de direitos humanos com os países da cooperação, e contemplar uma abordagem holística e política em relação a estes países.

PRESIDÊNCIA: PÁL SCHMITT

Vice-presidente

Konrad Szymański (ECR). – (PL) A partir do momento em que os acordos para a construção dos projectos Nabucco e South Stream foram assinados, começou uma grande corrida. O tempo dirá se o projecto Nabucco desempenhará o seu papel na política externa e de segurança da União Europeia. Razão pela qual me surpreende a política da Comissão Europeia nesta matéria relativamente à Rússia.

A Comissão está perigosamente enganada ao pensar que o projecto South Stream não rivaliza com projecto Nabucco. A Comissão está errada em não reagir à penetração da Gazprom no mercado europeu de energia. Para além disso, a Comissão está errada ao concordar tacitamente com a realização dos projectos da Gazprom nos Mares Báltico e Negro.

O projecto Nabucco só será um êxito se receber garantias políticas de longo prazo. Razão pela qual precisamos de políticas activas na Ásia Central, na região do Mar Negro. A criação de laços, no que respeita ao sector da energia, entre esses países e a Europa reforçará a soberania destes, melhorará a segurança europeia e abrirá mesmo, talvez, a porta às reformas que, segundo antecipamos, terão lugar.

Se o Afeganistão constitui um teste à NATO, então a segurança energética constitui certamente um teste à coragem e à maturidade da União Europeia. O êxito destes planos depende exclusivamente da nossa vontade política. As alterações aos Tratados são questões menores.

Jacky Hénin (GUE/NGL). – (FR) Senhor Presidente, a independência energética do nosso território e a segurança das instalações e dos consumidores não podem ser acompanhadas pelo desprezo pelos interesses dos povos dos países produtores de gás e das nações de trânsito, correndo o risco de conflitos. A concorrência entre projectos de gasodutos surge não só como uma fonte de desperdício, mas também como um factor de tensões na Europa de Leste, no Cáucaso e na Ásia Central. Subtrair o gás e as outras fontes de energia das razias dos mercados especulativos através de acordos tarifários respeitadores dos países produtores e dos países de trânsito e securizantes para os consumidores europeus permitiria garantir todas as seguranças.

Tal poderia ser a missão de uma agência europeia da energia sob o controlo do Parlamento e do Conselho, cuja linha de conduta seria exclusivamente a da cooperação e do interesse público. Então, porque é que temos, neste caso, a sensação de que os interesses mercantis prevalecem sobre o interesse dos povos europeus?

Além disso, chamo solenemente a atenção da Comissão para a tentativa de utilizar o projecto Nabucco como cavalo de Tróia, para fazer entrar disfarçadamente a Turquia na União. O respeito da laicidade, dos direitos

das mulheres e dos direitos do povo curdo, assim como o reconhecimento do genocídio arménio, devem permanecer os critérios decisivos para uma eventual adesão da Turquia.

Niki Tzavela (EFD). - (EL) Senhor Presidente, o Senhor Comissário é conhecido pelo seu pragmatismo e realismo, mas eu diria com todo o respeito que não vejo o gasoduto Nabucco como um dado definitivo. Depois de examinarmos a sua capacidade, constatámos que, para ser viável e eficaz, tem de transportar 31 mil milhões de metros cúbicos de gás por ano.

O Senhor Comissário acaba de regressar do Azerbaijão e considera que este é seguramente um país abastecedor. O Azerbaijão promete dar gás a toda a gente. Onde vai arranjar gás para encher o gasoduto é uma questão que continua a preocupar os países que participam no projecto Nabucco. Até este momento, Baku tem dito que vai dar gás a todos, mas não está em condições de garantir sequer o seu transporte em segurança. Quanto ao Irão, a que o Senhor Comissário fez referência, as suas relações com a União Europeia vão continuar a ser tempestuosas e eventualmente explosivas durante muito tempo até se tornar nosso fornecedor de gás.

O mercado internacional da energia diz que a Rússia está por detrás dos azeris e que vamos acabar por nos encontrar face a face com eles. A minha pergunta é esta: antes de se comprometer financeiramente, pode fazer o favor de assegurar o nosso fornecedor?

Martin Ehrenhauser (NI). - (DE) Senhor Presidente, *Nabucco* foi a primeira ópera de Giuseppe Verdi que granjeou um estrondoso êxito. Em sintonia com a nova produção italo-russa, o South Stream, o projecto no domínio da energia com o mesmo nome corre, porém, o risco de ser um fracasso. Quando pensamos que um alegado membro do Partido dos Verdes como Joschka Fischer assinou um contrato de *lobbying* por um valor de seis dígitos, toda a composição soa mais como uma canção *pop* sem sentido dirigida a um mercado limitado do que a uma sinfonia de sustentabilidade e economia.

Nos próximos anos, a electricidade produzida através da energia solar tornar-se-á significativamente mais barata. Todo o investimento poderia ser utilizado para a geração de um total de 8000 megawatts de energia eólica. Se os campos de gás natural no Irão e no Iraque também se fecharem à Europa, talvez tenhamos o mesmo destino do próprio Verdi, que também não teve paz nos anos que se seguiram ao seu projecto *Nabucco*.

Pilar del Castillo Vera (PPE). - (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, obrigada por terem explicado de forma tão clara em que situação se encontra actualmente o Nabucco e o seu potencial e viabilidade – a curto prazo, aparentemente, ajuizando pelas palavras de V. Exas. –, e pela informação referente ao projecto Desertec.

É indubitável que o Sol é uma extraordinária fonte de energia. A conversão dessa energia em energia susceptível de ser usada pelas pessoas é uma actividade que conheceu grandes desenvolvimentos nos últimos 20 anos. Contudo, é igualmente indubitável que ainda temos algum caminho a percorrer até sermos capazes de assegurar a viabilidade tecnológica do seu aproveitamento e de a explorar em pleno, particularmente em projectos como o projecto Desertec ora em apreço. Esse projecto é muito bem-vindo e, por conseguinte, temos o dever de apoiá-lo e de continuar a avançar para resolvermos os problemas tecnológicos existentes.

Porém, não posso deixar de chamar a vossa atenção para o facto de, quando falamos de eficiência energética, e em particular de segurança do aprovisionamento e, conseqüentemente, de diversificação das fontes de energia, estarmos em certa medida a ignorar uma fonte de energia específica. Refiro-me, é claro, à energia nuclear. Essa fonte de energia é sistematicamente marginalizada, por não se ajustar ao que está a ocorrer em muitos países da UE ou às tendências globais ou ainda às actuais necessidades de energia da Humanidade.

Esta situação tem de ser radicalmente alterada. Temos de nos dispor a ter em conta o contributo que cada fonte de energia pode dar, sem excluir nenhuma. Não podemos virar costas a esta realidade de forma tão flagrante, neste Parlamento.

Kristian Vigenin (S&D). - (BG) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, não é por acaso que a questão da política energética e da segurança energética é recorrentemente discutida nesta Câmara, em especial depois de, no início deste ano, vários Estados-Membros da União Europeia terem ficado praticamente sem abastecimento de gás. Esta situação terá constituído o ponto de ruptura nas relações entre a Comissão Europeia e a globalidade dos Estados-Membros nesta matéria.

O que está hoje em discussão não são tanto questões e pormenores técnicos do desenvolvimento de uma política energética no seio da União Europeia, tais como os aspectos externos da segurança energética e o

desenvolvimento da União Europeia neste domínio, pois, no fim de contas, esta é uma matéria com duas vertentes. Trata-se, em última análise, de uma questão importante, que pesa na vida de todos os cidadãos.

Temos de ter isso bem presente ao discutirmos o projecto Nabucco, que, a par do projecto Desertec, representa um dos projectos prioritários neste domínio. Temos também de ter bem presente que há países da União Europeia que dependem não só de um único fornecedor, mas também de uma única rota de abastecimento.

Posto isto, não posso concordar com o argumento de que o projecto Nabucco vem pôr em causa projectos como o South Stream e, em certa medida, o Nord Stream, cujo objectivo é o abastecimento directo de gás da Rússia para um Estado-Membro da União Europeia, garantindo assim que a União Europeia não fique dependente do trânsito de abastecimentos através de países política e economicamente instáveis.

Neste contexto, a Comissão Europeia tem razão ao declarar que o projecto Nabucco não conflitua com os outros dois e que tentámos integrar os diferentes projectos numa estratégia comum em que, sublinho, o projecto Nabucco é, naturalmente, uma das primeiras prioridades.

Esperamos que a Comissão apresente a sua própria proposta com vista ao aumento das reservas de gás na União Europeia, que é deveras importante, e ao desenvolvimento de um sistema de interligação de maior capacidade entre os Estados-Membros, que é igualmente um elemento muito importante para garantir a segurança dos cidadãos e das empresas da União Europeia.

Não devemos, obviamente, subestimar a questão da eficiência energética, outro elemento importante da nossa política de garantia da segurança energética da União Europeia.

Fiona Hall (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, quero agradecer ao Senhor Comissário o facto de ter lembrado a esta Assembleia que da segurança energética também faz parte a vertente da procura. A decisão de retirar as lâmpadas incandescentes do mercado da UE permitirá poupar o equivalente à produção anual de electricidade na Finlândia.

Este Outono, estamos a procurar chegar a acordo com o Conselho em relação a um conjunto de medidas que visam melhorar o rendimento energético. 40% da energia que utilizamos é consumida em edifícios, daí ser muito importante para o futuro da segurança energética fixarmos elevadas normas de eficiência energética, quer para os novos edifícios quer para os já existentes. Faço votos de que os Estados-Membros, reunidos no seio do Conselho, apoiem as propostas do Parlamento que visam pôr termo ao absoluto desperdício de energia que actualmente se verifica ao nível do aquecimento, da refrigeração e da iluminação. Quanto mais não seja, os Ministros devem apoiar estas propostas no seu próprio interesse, pois elas facilitarão consideravelmente o seu trabalho e a sua responsabilidade de manter as luzes acesas e assegurar o abastecimento de gás.

Indrek Tarand (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, há três aspectos que nos preocupam de modo especial em relação ao Nabucco. Primeiro, o projecto está a ser desenvolvido a um ritmo demasiado lento e desprovido de dinâmica, e não nos agrada a posição da Comissão, reiterada há uma semana atrás pelo Sr. Eneko Landaburu, que afirmou que a Comissão tem uma posição neutral entre o South Stream e o Nabucco. A Comissão deve privilegiar o Nabucco.

Em segundo lugar, gostaríamos que a Comissão fosse mais actuante em relação aos governos daqueles Estados-Membros que, uma e outra vez, procuram ganhar vantagens competitivas, e não só, à custa de outros Estados-Membros. Não vou hoje aqui mencionar os nomes desses países, limitando-me a dizer que a capital de um deles é Roma.

Se não avançarmos rapidamente com o Nabucco, seremos confrontados com ocorrências desagradáveis, à semelhança do que se verificou na Hungria, onde a companhia russa Surgutneftegas adquiriu uma posição accionista importante na empresa húngara MOL. Idêntica situação se está a passar em Baumgarten, na Áustria.

Senhor Comissário, à parte estas considerações, desejamos-lhe boa sorte na criação da política energética comum de que a UE tanto necessita.

Sajjad Karim (ECR). – (EN) Senhor Presidente, o futuro da Europa depende da sua capacidade de garantir a sua segurança energética. Como o demonstram tanto o acordo sobre o projecto Nabucco como a iniciativa Desertec, a Turquia é um ponto de entrada fundamental, e nesse aspecto faço minhas as palavras do senhor deputado Van Orden. É crucial, nesta altura, reforçar a confiança e aprofundar os laços com os países que serão os nossos parceiros no domínio da energia, incluindo Estados do Médio Oriente e do Norte de África. Em relação a muitos destes países, há uma vertente de desenvolvimento associada aos projectos no plano

da energia. No caso do Desertec, a produção maciça de electricidade a partir da energia solar constitui uma oportunidade única para gerar receitas, e estas deverão ser utilizadas também em benefício das populações locais. É uma oportunidade que não pode ser malbaratada.

Lamentavelmente, alguns Estados-Membros – e o meu não é excepção – não aproveitaram o passado recente para preparar uma estratégia coerente no domínio da energia. A minha própria circunscrição eleitoral, o Noroeste de Inglaterra, foi identificada como zona de eleição para a produção de energia eólica, mas as leis do ordenamento britânicas constituem uma obstrução ao progresso nesta matéria. Embora tenhamos de procurar fora da UE os nossos futuros fornecedores de energia, os Estados-Membros também têm de fazer o melhor aproveitamento possível dos recursos e das potencialidades de que já dispõem.

Marisa Matias (GUE/NGL). - Senhor Presidente, tenho estado a ouvir-vos com atenção e gostaria apenas de levantar três questões: a primeira é de que é que falamos, afinal, quando falamos de segurança energética e quando falamos de energia? Estamos a falar das pessoas, das pessoas a quem temos de garantir o acesso igual à energia e garantir a segurança para que não fiquem sem energia durante o Inverno, estamos a falar das relações de força entre grandes potências, afinal, ou, pior do que isso, estamos a usar a segurança energética e estes projectos, como o Nabucco ou o Desertec, enquanto pretextos para enviar recados a outras regiões do mundo ou a outros países? Se é para enviar recados, com que autoridade moral é que o fazemos?

O segundo ponto que quero deixar é que, sempre que falamos contra movimentações não transparentes de entidades estrangeiras dentro do mercado europeu, pedimos uma acção imediata à Comissão. Gostaria de saber em que medida é que fica esse nosso pedido em relação às movimentações não transparentes dentro do mercado europeu pelos próprios europeus e, para terminar, Senhor Presidente, uma terceira nota, só acho que nós perdemos todos uma grande oportunidade de ter uma política a médio e a longo prazo, ficámos pelo curto prazo e ficámos, mais uma vez, com o reforço dos interesses do mercado interno e das grandes indústrias.

Herbert Reul (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, já era tempo de a segurança do aprovisionamento ser reconhecida como um aspecto chave da política energética. Lamentavelmente, não é tão simples como por vezes se faz crer em debates políticos. Debruçamo-nos hoje sobre dois projectos: o projecto Nabucco, um projecto muito exequível que podemos desenvolver, e o projecto Desertec, um projecto interessante ou uma ideia interessante ou uma visão, que ninguém consegue ainda julgar com exactidão se, onde e como pode ser concretizado.

Devemos concentrar-nos em questões concretas e trabalhar sobre as mesmas. Devemos igualmente promover projectos visionários, mas não devemos ser levados a pensar que existe uma única solução para um problema concreto ou uma única estratégia para resolver os problemas. Por conseguinte, o que muitos dos senhores deputados aqui defendem está totalmente correcto: não existe uma única resposta, existem muitas soluções para estes problemas.

Estas incluem, por exemplo, o facto de que não devemos permitir que um debate muito exaustivo sobre o problema do CO₂ aumente a nossa dependência do gás, que, por seu turno, nos trará novos problemas por necessitarmos de mais gasodutos. Devemos dizer "Sim" à política carbonífera, e é por esta razão que precisamos de novas técnicas de produção de energia. Devemos dizer "Sim" ao CAC, "Sim" à energia nuclear e à energia renovável e "Sim" à poupança energética. A questão não se põe em termos de optar entre uma coisa ou outra, mas sim de optarmos por todas elas ao mesmo tempo. O contrário, em minha opinião, seria imoral e irresponsável e penso que não estaríamos a fazer um grande favor a nós próprios.

Isto está relacionado com a questão da fonte de abastecimento e das rotas de transporte. Também aqui não há uma única resposta. Quem pensar que pode simplesmente depender de um debate sobre gasodutos está equivocado, naturalmente, porque se pretendemos um menor nível de dependência temos de manter uma série de opções em aberto, incluindo o GNL, e analisá-las. Subsiste então a questão – e é uma questão muito importante – de como assegurar que o capital necessário seja disponibilizado para a implementação dos projectos pretendidos. Para que servem planos magníficos se ninguém estiver disposto a investir neles?

Por conseguinte, é importante a forma como aplicamos a nossa política da energia e como abordamos aqueles que esperamos que invistam nos projectos. As empresas devem ser incentivadas. Devemos evitar pensar que podemos forçar as coisas a acontecerem e predeterminar todos os pormenores. No Inverno passado houve muitas soluções que funcionaram sem que tivessem sido tomadas decisões políticas, porque houve pessoas inteligentes que cooperaram de uma forma sábia em diferentes locais e porque a Comissão foi um mediador útil.

Marita Ulvskog (S&D). - (SV) Senhor Presidente, como é óbvio, é inaceitável que os Europeus fiquem sem energia eléctrica no meio do Inverno ou que as pessoas caiam no desemprego pelo facto de as indústrias em que trabalham não conseguirem pagar os elevados preços da energia e, por via disso, se verem forçadas a proceder a despedimentos, quando não a encerrar as suas operações. Assim sendo, é extremamente importante que tomemos decisões sensatas para salvaguardar o nosso abastecimento energético.

Simultaneamente, os requisitos inerentes aos grandes projectos de infra-estruturas necessários têm de ser claros em matéria de impacto ambiental e quanto à independência dos países envolvidos. Os Estados-Membros não podem correr o risco de ficar à mercê de outro Estado. As análises de impacto ambiental têm de ser levadas a cabo por organismos fiáveis e independentes, antes de os grandes projectos terem autorização para ser postos em marcha.

Naturalmente, isto aplica-se a todos os grandes projectos identificados, mas gostaria de fazer uma menção especial ao Mar Báltico, que é um grande e sensível mar interior. Precisamos de análises e decisões que garantam que o Mar Báltico não será transformado num mar morto pelo facto de nós, aqui no Parlamento Europeu, não termos tido uma visão suficientemente a longo prazo nem termos imposto as exigências necessárias ao tomarmos as nossas decisões. Devemo-lo aos nossos filhos e aos nossos netos.

Adina-Ioana Vălean (ALDE). - (EN) Senhor Presidente, se todos querem segurança energética, por que razão não a temos? Talvez porque existem 27 interpretações diferentes do significado de segurança energética.

Para mim, pessoalmente, a segurança energética significa, entre outras coisas, diversificar as fontes de aprovisionamento e reduzir a nossa dependência do gás da Rússia. Não temos de ir muito longe para encontrar a prova disto: basta olhar para alguns dos nossos Estados-Membros que, estando demasiado afastados da Rússia para possuírem um gasoduto, não têm todos os problemas decorrentes da dependência.

Penso que a nossa aposta deveria ser no GNL, no desenvolvimento de novas tecnologias, na construção de terminais de GNL e na importação de gás de todo o mundo. Também deveríamos contribuir para a criação de um mercado mundial de GNL, à semelhança do que existe para o petróleo e outras matérias-primas.

No que respeita ao gasoduto Nabucco, a minha opinião é que o projecto deveria ser rapidamente redefinido de modo a ter em consideração o gás de outras fontes, havendo que ponderar um traçado mais curto, por exemplo, que ligasse a Geórgia à Ucrânia e daí seguisse, através do fundo do Mar Negro, em direcção à Roménia. Basta olhar para o mapa.

Prova das diferentes interpretações, ou interesses, dos Estados-Membros em relação à segurança energética é também o facto de alguns países envolvidos no projecto Nabucco terem igualmente aderido à iniciativa do gasoduto South Stream, reduzindo assim a credibilidade do Nabucco e comprometendo a criação de uma política energética europeia comum. O projecto South Stream implica decididamente aumentar a nossa dependência do gás da Rússia.

Paweł Robert Kowal (ECR). - (PL) Ao ouvir os meus colegas oradores, pergunto-me se os cidadãos da União Europeia estão condenados a ouvir meramente as nossas palavras. É algo que poderíamos ter testado em Janeiro deste ano, durante a crise energética. Bem vistas as coisas, estamos todos a aprovar resoluções por sentirmos que a União não está a saber dar resposta à questão da segurança energética. Registamos igualmente, Senhor Comissário, que há um menor interesse no projecto Nabucco entre os Estados-Membros da UE, embora não seja esse o caso de todos os projectos no sector da energia. No Norte, existe o projecto Nord Stream, que representa um passo muito grave, prejudicial à política externa comum. A Sul, temos o projecto South Stream. Também neste caso, os Estados-Membros da UE se mostram desejosos de envolvimento. Em contrapartida, no que se refere ao projecto Nabucco, só ouvimos promessas, porém, não existe financiamento nem apoio políticos suficientes.

Enquanto nos detemos a debater o assunto em Estrasburgo, as betoneiras já chegaram ao litoral do Mar Báltico para os trabalhos do projecto Nord Stream. Gostaria de saber se posso confiar na palavra dada pelo os apoiantes do Tratado de Lisboa, a saber, que, uma vez ratificado o Tratado, deixariam de apoiar os projectos Nord Stream e South Stream. O Nabucco poderá provar ser um excelente passo em frente na garantia da segurança dos abastecimentos. Se continuarmos a ficar apenas pelas declarações, então quando, em futuras crises energéticas, enviarmos aos cidadãos da UE os nossos panfletos contendo as nossas resoluções, estes queimá-los-ão.

Gabriele Albertini (PPE). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, concordo com o Senhor Comissário Piebalgs. As suas declarações de há pouco confirmam que o projecto South Stream não é

concorrente do projecto Nabucco, sendo antes mais um contributo para a diversificação das fontes de aprovisionamento energético da Europa. A segurança energética europeia assenta numa variedade de fontes, de rotas e de países fornecedores.

A crescimento zero, a procura futura de gás está estimada entre 100 e 150 mil milhões de m³ até 2020. Com base neste pressuposto, é imperativo o desenvolvimento de diferentes opções, e o South Stream não é uma alternativa ao Nabucco, mas sim um complemento. A Comissão encara o corredor sul como um conjunto de projectos que incluem o Nabucco, o South Stream e a interconexão Turquia-Grécia-Itália (ITG). O debate anti-Rússia está, pois, em contradição com aquilo que testemunharemos nos próximos anos.

O Parlamento Europeu deve apelar ao pragmatismo e, sobretudo, à coerência nas decisões que a União Europeia já tomou no essencial: com o plano europeu para a retoma económica, com a Decisão n.º 1364/2006/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelece orientações para as redes transeuropeias de energia, e com a segunda estratégia de segurança energética.

A diversificação das fontes, das rotas e dos países fornecedores é o verdadeiro pilar da política europeia de segurança energética e, abstraindo dos interesses políticos e económicos dos vários países mais directamente envolvidos, o desafio South Stream-Nabucco deve ser analisado com realismo, não através do prisma deformador da ideologia, mas antes com uma visão clara daquilo que tem de ser feito.

Anni Podimata (S&D). - (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, se queremos resolver o problema da nossa segurança energética de forma fiável e viável, precisamos de uma estratégia global que responda à necessidade de diversificação das fontes de energia e temos de adoptar regras comuns relativamente aos países de trânsito, porque a nossa dependência de uma única fonte de energia é tão perniciosa quanto a nossa dependência de um único país de trânsito.

Precisamos, por conseguinte, de um equilíbrio não conseguiremos alcançar se adoptarmos um tom de voz de guerra fria quando falamos com a Rússia, da qual de qualquer forma somos ou seremos dependentes para o abastecimento de energia, nem se apoiarmos um único gasoduto alternativo, o Nabucco, numa altura em que subsistem dúvidas quanto à sua capacidade de abastecimento e quanto às condições políticas e económicas nos países do Cáspio e do Cáucaso.

No que toca ao Desertec, concordo com muitas das objecções formuladas e desejo acrescentar o seguinte: o objectivo estratégico da União Europeia deve ser no sentido de nos tornarmos gradualmente independentes das importações de energia e não a substituição das importações de gás natural por importações de electricidade proveniente de fontes de energia renováveis.

Se queremos mesmo tornar-nos energeticamente auto-suficientes e independentes a longo prazo, temos de promover a eficiência energética e fazer o maior e melhor uso possível das fontes nacionais de energia renovável.

Toine Manders (ALDE). - (NL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados; gostaria de vos congratular pela abordagem integrada seguida nesta proposta. A diversificação é muito importante e eu queria também manifestar o meu acordo com o que foi dito pelo meu colega van Baalen, a saber, que temos de considerar todas as formas de energia, incluindo a energia nuclear. No entanto – e isso é uma coisa que eu aprendi na escola primária – o Sol é a fonte de toda a energia e eu sou de opinião que nos temos de concentrar no Sol, de futuro.

Quanto à diversificação, não pode confinar-se aos tipos de energia, tem de se estender aos fornecedores. Muitos dos oradores falaram da Rússia. Até aqui, a Rússia satisfaz todos os nossos pedidos de abastecimento, mas futuramente será importante dispormos de outros fornecedores. Depois, como podemos garantir a nossa segurança energética? Só podemos garanti-la se estivermos em condições de transportar os fluxos de abastecimento através da infra-estrutura e penso que a vossa missão mais importante nos próximos anos – já superaram uma série de obstáculos, Nabucco, Desertec – consistirá em criar uma rede integrada em que os países, a totalidade dos Estados-Membros da UE, puxem todos no mesmo sentido e estejam dispostos também a executar a política de energia de modo integrado. Podem tratar de angariar fundos junto das instituições de financiamento e de investidores privados, mas creio que precisam de começar já a trabalhar numa rede integrada, uma espécie de super-rede, um sistema de distribuição europeu que chegue a todos os consumidores finais.

Jean-Pierre Audy (PPE). - (FR) Senhor Presidente, a energia não é da competência da União Europeia. Parabéns, Senhor Comissário Piebalgs, por tudo o que está a fazer.

A energia e o acesso significam guerra, por vezes militar, por vezes política, por vezes económica. Relativamente ao gás, teremos a guerra do gás. Aliás, não chegaremos a saber se o gás vai ser a causa da guerra ou a sua consequência, mas tê-la-emos na mesma.

Conhecemos os números: nos países do Cáucaso, dois séculos de reservas; na Rússia, um século; no Norte de África, meio século; no Báltico, meio século; na Europa, cerca de vinte anos. Assim, temos de preparar as nossas importações.

Sim, Senhor Comissário, o Nabucco é um bom projecto e devemos apoiá-lo, mas temos de apoiar financeira e politicamente todas as diversificações de fontes de aprovisionamento de energia, quer se trate do *Nord Stream* quer se trate do *South Stream*, do Norte como do Sul.

Temos também de nos apoiar nas nossas indústrias, que são competentes, leais, e que possuem uma ética, mas não são ingénuas. Senhor Comissário, peço-lhe que analise urgentemente as propostas de alguns Estados-Membros, que manifestam o desejo de dispormos de um instrumento europeu operacional para actuar no mercado do gás, ou seja, de criarmos uma central europeia de compra de gás, como aliás acontece relativamente ao Cáucaso com a *Caspian Development Corporation*.

Quanto à Desertec, parabéns. Conhecemos os números: 1 km² de deserto recebe o equivalente a 1,5 milhões de barris de petróleo. Trata-se de um excelente projecto para o Euromediterrâneo. Sabemos que 0,3% dos desertos do planeta poderiam alimentar o mundo inteiro em energia.

Sabemos que resolveremos os nossos problemas da energia graças ao génio humano e à ciência, mas com ética e consciência.

O senhor está a fazer um bom trabalho, Senhor Comissário, pois estamos perante a Europa dos resultados, uma Europa protectora, uma Europa actuante. Parabéns, e continue, terá o apoio do Parlamento Europeu.

Justas Vincas Paleckis (S&D). – (LT) O gasoduto Nabucco permitiria à Europa sentir-se forte e segura. Todavia, nem todos os países da região do Cáspio estão a seguir o caminho para a democracia, nem todos são dignos de confiança. Muito depende das relações com a Turquia. Mesmo que de momento não haja probabilidades de abrir a porta à adesão desse país à UE, não devemos repeli-lo, nem ali provocar sentimentos anti-europeus. O projecto Desertec é particularmente importante pelo facto de apontar para o futuro. Ao discutir a segurança energética, presta-se demasiado pouca atenção às fontes de energias renováveis e, em particular, à eficiência energética. Estou satisfeito com o facto de ter sido isto exactamente o que o Senhor Comissário sublinhou hoje. Cumpriria estabelecer, a nível da UE, mecanismos financeiros e económicos que encorajassem os Estados-Membros da UE e empresas individuais a pouparem energia e a mudarem para tecnologias mais limpas e mais recentes, o que constituiria uma séria contribuição para a segurança energética e para combater as alterações climáticas.

Arturs Krišjānis Kariņš (PPE). – (LV) Senhor Presidente, Senhor Comissário, na qualidade de político lituano, sei muito bem o que significa para um Estado ser dependente da energia. Muito embora a Lituânia produza cerca de um terço da energia de que necessita a partir dos seus próprios recursos renováveis, os restantes dois terços do nosso balanço no domínio da energia provêm predominantemente de um país fornecedor – a Rússia. Na qualidade de país pequeno profundamente dependente dos abastecimentos de energia, compreendemos muito bem quão cara pode ser essa dependência, quer para o consumidor final, quer para o país, na totalidade, em termos de potencial vulnerabilidade política. Os balanços dos Estados-Membros da Comunidade Europeia no domínio da energia são todos diferentes, mas todos estamos preocupados com a mesma questão: a segurança do abastecimento de energia. A segurança e o abastecimento podem ser obtidos diversificando as fontes de abastecimento, pois quanto mais fornecedores tivermos menos dependentes estaremos de cada fornecedor individual. A Rússia é um parceiro importante para a União Europeia, em termos de fornecimento de gás. Na Europa, importamos da Rússia, no total, cerca de um quarto do gás que consumimos. Alguns países, como a Lituânia, estão mesmo totalmente dependentes do gás da Rússia, e a tendência é para todos os anos aumentar a dependência global da Europa dos abastecimentos desse país. Uma das fontes de abastecimento alternativas é o projectado gasoduto Nabucco, que devia distribuir à Europa, através da Turquia, o gás dos países da Ásia Central. Pessoalmente, considero muito importante que o Parlamento dê especial apoio a este projecto, porque ele irá reforçar directamente a nossa segurança comum de abastecimento de gás. O gasoduto Nabucco, porém, constitui apenas o início da solução para a nossa segurança comum de abastecimento de gás. Temos de concretizar uma política energética europeia unida que coordene a nossa actividade através de todas as questões relativas à energia. Muito obrigado pela atenção que me prestaram.

Edit Herczog (S&D). – (HU) Senhor Presidente, em primeiro lugar, permita-me manifestar a minha gratidão por me ser dado falar em húngaro nesta Câmara, o que me permite saudar o Vice-presidente na sua língua. Gostaria de principiar por dizer que, se lançarmos um olhar retrospectivo sobre os últimos cinco anos, verificamos que o Comissário Piebalgs foi, provavelmente, um dos Comissários com maior êxito em matéria das políticas equilibradas e progressistas que até agora aceitámos juntamente com o Parlamento.

Em Janeiro, na conferência sobre o Nabucco, realizada em Budapeste, na Hungria, o Comissário Piebalgs declarou, pela primeira vez, que a União Europeia pretende oferecer apoio financeiro e político ao projecto Nabucco. Teremos de reunir um montante calculado em cerca de 8 mil milhões de euros para os 3 300 quilómetros de gasoduto. As duas tarefas mais importantes que nos aguardam são encontrar uns 2 mil milhões do orçamento da União Europeia e, em segundo lugar, criar as condições que tornarão mais fácil e mais simples o acesso, em melhores condições, do projecto ao crédito.

A promessa original foi de uns 30 milhões de euros. Temos de compreender que temos de ir mais longe. Tenho confiança em que, nos poucos meses que temos à nossa frente, o Comissário irá envidar todos os esforços, ou deixar a tarefa a cargo do próximo Comissário, para garantir o êxito do projecto. Todos estamos plenamente conscientes de que, em caso de uma crise económica, não são os agregados familiares que suportam o principal choque das faltas de corrente e de energia, mas sim as empresas. Estamos a falar, Senhores Deputados, de empresas onde trabalham os nossos eleitores e os nossos cidadãos, cujos rendimentos estamos a pôr em perigo ao pormos em perigo a segurança energética.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a segurança energética é, sem dúvida, uma prioridade fundamental e deve ser reforçada, em primeiro lugar, aumentando a eficiência energética e diversificando os fornecedores, as fontes e as rotas de abastecimento, mas, acima de tudo, promovendo os interesses energéticos da União relativamente aos países terceiros.

Acontece que o Conselho Europeu de Março declarou que, para atingir os seus objectivos em matéria de segurança energética, a União Europeia colectivamente, e também cada um dos Estados-Membros, devem estar preparados para combinar solidariedade e responsabilidade. É este, a meu ver, o ponto fundamental: a política energética europeia deve estar ligada indissolivelmente à política externa da União, porque, se continuamos a afirmar que a nossa acção em política externa só será realmente eficaz quando falarmos a uma só voz, o mesmo se deve dizer relativamente à política energética.

Mas é essa, precisamente, a questão; até esse momento – ou seja, enquanto não formos capazes de falar a uma só voz –, os esforços de muitos governantes que estão envolvidos em operações complexas como o Nord Stream e o South Stream devem ser vistos não como contrários ao apoio ao projecto Nabucco, mas como parte de uma mesma estratégia, em que se devem associar pragmatismo e realismo com vista a defender sobretudo os interesses dos nossos cidadãos.

Por isso, declaramos convictamente o nosso "Sim" ao Nabucco, mas é igualmente firme a nossa decisão de apoiar os esforços empreendidos pelos nossos governos para que a diversificação dos aprovisionamentos seja uma garantia do bem-estar dos nossos povos.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Em 2008, a União Europeia registou um défice comercial recorde de 242 mil milhões de euros, sobretudo devido ao aumento do preço da energia importada. O projecto Nabucco atravessará a Turquia, a Bulgária, a Roménia, a Hungria e a Áustria e disponibilizará à União Europeia um abastecimento anual de 30 mil milhões de metros cúbicos de gás natural originário do Mar Cáspio. Os 200 milhões de euros atribuídos ao Plano Europeu de Relançamento da Economia são insuficientes. Exortamos a União Europeia a complementar de forma significativa os fundos atribuídos. O projecto Desertec utilizará energia solar oriunda do Norte de África e incluirá igualmente a aplicação de um Plano Mediterrânico para a captura de energia solar e a construção de uma rede de transmissão de electricidade, que ligará a União Europeia ao Médio Oriente e ao Norte de África. É preciso que a UE invista mais na diversificação das fontes de abastecimento energético. Na qualidade de relatora para as questões relacionadas com o desempenho energético dos edifícios, exorto a UE a disponibilizar instrumentos financeiros inovadores para promover os investimentos na utilização de fontes de energia renováveis e na melhoria da eficiência energética, especialmente nos edifícios e no sector dos transportes.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – (RO) O projecto Nabucco permitirá dar resposta a uma grande parte da procura de gás da União Europeia. No entanto, o que é ainda mais importante nesta questão é o seu aspecto político: permitirá eliminar a nossa dependência de uma fonte única. As crises energéticas recorrentes demonstraram que a actual situação, em que a Rússia é a única fonte e a Ucrânia o único país de trânsito, não confere qualquer segurança à economia e aos cidadãos da Europa. A criação de novas rotas para o

abastecimento de energia deverá ser tão importante como o desenvolvimento das relações com a Rússia. O atraso no lançamento do projecto Nabucco tem ficado a dever-se, infelizmente, aos interesses individuais de determinados Estados-Membros. É preciso que os Estados-Membros se consciencializem de que este projecto não beneficiará apenas os países atravessados pelo gasoduto ou as empresas comerciais envolvidas, mas sim a totalidade dos cidadãos europeus, cujos Governos nacionais têm de garantir o seu bem-estar e segurança.

Os erros que levaram ao atraso neste projecto não deverão repetir-se no que toca à garantia de fontes de gás. Existem países na região, como o Azerbaijão, o Turquemenistão, o Iraque e o Irão, que pretendem abastecer o gasoduto com as suas reservas. A Comissão deverá repetir o que fez no caso do acordo intergovernamental, a saber, participar nas negociações subsequentes e conseguir um resultado positivo o mais rapidamente possível. Se não avançarmos, outros avançarão, e estou bastante convencido de que isso não será do interesse dos cidadãos europeus.

Francisco José Millán Mon (PPE). – (ES) Senhor Presidente; dada a situação da UE de dependência das fontes externas de abastecimento de energia, a questão do aprovisionamento energético tem fatalmente de fazer parte da política externa da União. Acresce que todas as previsões apontam para um crescimento significativo da procura mundial nos próximos 25 anos.

Aqui na Europa, temos de reduzir o nosso elevado grau de dependência do gás russo, sobretudo depois das crises dos últimos anos. Há também uma estratégia clara da Rússia de domínio do sector do gás na Europa. É isso que está na génese de projectos nossos, como o Nord Stream, o Blue Stream II ou o South Stream.

Necessitamos, portanto, de diversificar as fontes e rotas de abastecimento. Daí o interesse no projecto Nabucco, que nos dará acesso ao gás do Azerbaijão e do Iraque, e também ao gás do Turquemenistão, reforçando desse modo as nossas relações energéticas com a Ásia Central, que é uma região com uma relevância cada vez maior.

Como tal, estou encantado com o acordo que foi alcançado no passado mês de Julho, segundo a informação que nos foi dada pelo Senhor Comissário, e com o apoio explícito que o Presidente Barroso manifestou ao Nabucco nas directrizes políticas que apresentou recentemente.

Sei que há dúvidas acerca da viabilidade do projecto Nabucco, mas o facto é que eu também as tive acerca do oleoduto Baku-Tblisi-Ceyhan, que é hoje uma realidade.

Devo frisar que os países da orla meridional do Mediterrâneo também têm um papel relevante a desempenhar no abastecimento de gás à Europa. Nesse campo, o principal actor é a Argélia, que é um importante fornecedor de gás do meu país e da Itália. Temos de zelar pela rápida conclusão dos trabalhos de construção do gasoduto Medgaz. Desejo também destacar o peso de países como o Egipto e a Líbia na área do abastecimento de gás.

Em suma, as questões energéticas têm de constituir uma prioridade no plano das relações euro-mediterrâneas, para benefício de ambas as partes.

Senhoras e Senhores Deputados, o Tratado de Lisboa inclui a energia no rol dos domínios em que a União dispõe de competência partilhada com os Estados-Membros e define como um dos objectivos da política da UE no domínio da energia o de garantir a segurança do aprovisionamento energético. Isso incentiva-nos genuinamente a prosseguir o trabalho de desenvolvimento de uma política externa comum da energia que é cada vez mais essencial, conforme se frisa na proposta de resolução que hoje deverá ser aprovada.

Concluirei dizendo que se trata de um objectivo difícil, como se verifica pelo insucesso da Europa, da União Europeia, na criação de um verdadeiro mercado interno da energia, por falta das interconexões necessárias. É por isso que estou encantado com os compromissos assumidos pelo Presidente Barroso nessa matéria no documento que citei.

Rachida Dati (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, como acabam de afirmar os meus colegas, a recente crise do gás ocorrida entre a Rússia e a Ucrânia revela a urgência de aumentarmos a segurança e a independência energética da União Europeia.

A União Europeia continua demasiado dependente, nomeadamente das suas importações de gás, pois, até 2020, terá provavelmente de importar cerca de 80% do seu gás. Esta situação não pode continuar, pois corre o risco de colocar duradouramente em perigo a segurança energética da União Europeia. Os projectos de infra-estruturas em curso, que o senhor acaba de referir, apontam evidentemente no bom sentido.

A recente crise do gás entre a Rússia e a Ucrânia foi apenas há poucos meses. Senhor Comissário, o que vai acontecer no próximo Inverno? Porque aqueles que viveram as privações, aqueles que as temem, têm absolutamente de saber como é que a Europa os protegerá dessas eventuais novas crises.

Michael Gahler (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a presente proposta de resolução deixa clara, mais uma vez, a necessidade de desenvolver uma política europeia externa coerente, inclusive do ponto de vista da segurança do aprovisionamento energético.

Já se falou muito aqui hoje sobre os projectos Nabucco e Desertec. No que diz respeito à diversificação das fontes de abastecimento, desejo chamar a atenção da Câmara para uma região vizinha que até à data tem sido caracterizada pela estabilidade e para segurança do aprovisionamento à Europa e que tem igualmente um enorme potencial de exploração, e que se tornará mais acessível na sequência das alterações climáticas. Estou a referir-me à região do Ártico. Existe, por um lado, uma tradição de cooperação pragmática, inclusivamente com a Rússia, por exemplo, e, por outro, a UE enquanto tal não tem actualmente uma presença na região, ao contrário da Rússia, dos Estados Unidos, do Canadá e inclusivamente da China.

A fim de assegurar os interesses a longo prazo da Europa também nessa região, preconizo o desenvolvimento de uma estratégia pragmática a longo prazo, conjuntamente com parceiros como a Noruega e a Islândia, com o objectivo de cooperar com a Rússia, os Estados Unidos e o Canadá com vista a equilibrar os vários interesses na região, não exclusivamente no que diz respeito à segurança comum do aprovisionamento, como também às questões ambientais e ao acesso às novas rotas de transporte sem gelo. Esta estratégia evitará também os potenciais conflitos que, de outra forma, poderiam surgir na região na corrida para assegurar as fontes de energia ainda existentes.

Bastiaan Belder (EFD). – (NL) Senhor Presidente; a Turquia tem um importante papel a desempenhar na redução da nossa dependência da Rússia. A questão, agora, está no preço que a Europa está disposta a pagar à Turquia. Entretanto, a Turquia joga em dois tabuleiros, procurando retirar dividendos simultaneamente dos projectos Nabucco e South Stream. Isto não é do interesse da Europa. Exorto o Conselho e a Comissão a optarem inequivocamente pelo projecto Nabucco. Este projecto reduzirá directamente a nossa dependência da Rússia e, seja como for, atendendo ao lento declínio que a procura de gás está a sofrer na Europa, não há qualquer necessidade de se construírem duas linhas de abastecimento meridionais. A Turquia tem de “vestir a camisola” do projecto Nabucco e de se empenhar nele sem reservas. As negociações com a Turquia sobre esta questão devem, contudo, ser completamente independentes das de adesão. A Turquia não deve receber um bilhete de entrada na União em troca da sua cooperação nesta matéria.

Lena Barbara Kolarska-Bobińska (PPE). – (PL) A União Europeia precisa de fornecedores, cujas transacções comerciais sejam transparentes e que cumpram as respectivas obrigações. A Carta da Energia e o Protocolo sobre o Trânsito constituem uma tentativa de criação de um sistema baseado em princípios claros. A recente manifestação de vontade da Rússia de se retirar do Tratado da Carta da Energia deverá ser vista como um aviso. Deverá ser um aviso para as empresas que investem na Rússia, bem como para a Comissão. Deverá igualmente encorajar a Comissão a agir, o mais rapidamente possível, com vista à criação de um sistema europeu de segurança energética.

Resta-nos esperar que a Rússia respeite a Carta e não tome qualquer acção definitiva. O mercado interno do gás da União Europeia terá de operar sem quaisquer restrições, permitindo conexões transfronteiriças e redes de gás. Os consumidores de gás europeus não podem ser deixados à mercê de monopólios.

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Matthias Groote (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostei muito do que o Senhor Comissário disse aqui hoje no que respeita ao projecto Desertec. Este projecto tem enormes possibilidades e o seu atractivo reside sem dúvida no facto de ser constituído por muitos pequenos projectos independentes. Isto irá criar empregos e preparar o caminho para a política industrial ambientalmente sólida pela qual lutamos.

Tenho uma pergunta a fazer à Comissão. Quando o Senhor Comissário estava a falar sobre o projecto Desertec, fiquei com a impressão de que, nalguma medida, o travão de mão estava accionado. Que medidas concretas estão previstas no que respeita à infra-estrutura de rede, que constitui um enorme problema ligado ao desenvolvimento das energias renováveis? O que se pretende é, evidentemente, transmitir electricidade à Europa, a partir de desertos, através de linhas em corrente contínua de alta tensão. Que medidas de apoio pode a Comissão Europeia tomar relativamente a isto? Está já prevista alguma coisa a este respeito? O que podemos esperar da próxima Comissão neste domínio?

Charles Tannock (ECR). – (EN) Senhor Presidente, o Grupo ECR concorda com a necessidade de uma política externa comum da UE em matéria de segurança energética, assente na solidariedade entre os Estados-Membros, mas sustenta que o "cabaz energético" deve continuar a ser prerrogativa dos Estados-Membros. Devemos, obviamente, apostar na diversificação e procurar reduzir a excessiva dependência do petróleo e gás da Rússia, de que até o Reino Unido, tradicionalmente dependente do gás do Mar do Norte e da Noruega, é agora importador.

Devemos desenvolver o corredor Sul e considerar como prioridade o projecto White Stream, para além do projecto Nabucco, mas também devemos encarar as rotas transcaspianas, e mesmo as trans-saarianas, como empolgantes perspectivas de futuro para a União Europeia. Necessitamos, na UE, de melhorar a nossa capacidade de armazenagem de gás e de uma maior integração das nossas redes de condutas e de distribuição de electricidade. No Reino Unido, somos favoráveis, também, à construção de novas centrais nucleares.

Saúdo o investimento nos projectos de energias renováveis, entre os quais o projecto de energia solar Desertec, que combatem as alterações climáticas e contribuem para a diversificação da ajuda. Também necessitamos de melhorar o rendimento energético – se bem que a recente proibição de venda de lâmpadas incandescentes imposta pela UE seja draconiana, ignore os riscos de saúde para a pele e os riscos ambientais decorrentes do mercúrio, e torne a UE desnecessariamente impopular no meu país.

Alejo Vidal-Quadras (PPE). – (ES) Senhor Presidente; as previsões indicam que, daqui até ao ano 2030, o consumo de gás na União Europeia deverá aumentar em mais de 40% e que a nossa produção interna deverá cair. Isso significa que não conseguiremos satisfazer a procura, mesmo com todos os projectos que temos actualmente em mãos. Assim, precisamos de todas as fontes de abastecimento possíveis, e em particular de coordenar a acção dos Estados-Membros no sentido de otimizar o seu contributo para a cobertura das nossas necessidades comuns.

Os projectos South Stream e Nabucco envolvem aspectos económicos, energéticos, históricos e políticos de grande relevância. Temos de pesá-los de forma muito cuidadosa e inteligente, e de ter sempre em mente as preocupações e as necessidades de todos os países em jogo. Muitos dos problemas com que hoje nos debatemos poderiam ser solucionados se nós, acima de tudo, coordenássemos vigorosamente a acção de todos os Estados-Membros, se construíssemos mais instalações de armazenamento de gás liquefeito, se melhorássemos o funcionamento do mercado interno e, uma vez mais, se fálássemos a uma só voz.

Derek Vaughan (S&D). – (EN) Senhor Presidente, saúdo o documento hoje apresentado pelos vários grupos políticos bem como a declaração anteriormente proferida pelo Senhor Comissário, da qual destacaria, em particular, o reconhecimento da necessidade de diversificar as nossas tecnologias no domínio da energia e de garantir o aprovisionamento energético.

Mas é evidente que não existe uma só resposta para assegurar o nosso aprovisionamento. Todas as tecnologias devem ser consideradas. Tem de haver um cabaz energético, que inclua a captura e armazenamento de CO₂ (CAC), e, a propósito, no País de Gales, donde provenho, ainda existem abundantes jazidas de carvão.

O rendimento energético também tem de ser melhorado. Essa a razão por que defendo que deveríamos investir mais verbas dos Fundos Estruturais da UE em medidas destinadas a melhorar o rendimento energético para poupar energia, e também para impulsionar a economia.

Gostaria ainda de abordar, sucintamente, dois outros pontos. O primeiro tem a ver com o Desertec, que considero uma iniciativa empolgante, mas que se impõe reconhecer que se trata de um projecto a longo prazo. Não pode ser uma solução precipitada.

Em segundo lugar, o armazenamento de reservas de gás é importante, mas também neste caso se impõe reconhecer que se trata de uma medida dispendiosa e que haverá que prever fontes de financiamento.

Assim, apoio todos os documentos hoje apresentados, sobretudo pelo Grupo S&D, mas estes pontos que aqui foquei também são importantes, e gostaria de ouvir a opinião do Senhor Comissário a respeito dos mesmos.

András Gyürk (PPE). – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, a proposta de decisão menciona o facto de a empresa russa Surgutneftgaz, cuja propriedade é duvidosa, ter adquirido recentemente uma importante participação na companhia petrolífera húngara MOL, assunto sobre o qual gostaria de dizer algo mais. Na sequência desta transacção, apresentei pessoalmente uma pergunta escrita ao senhor Comissário. Na sua resposta, ele declarou considerar legítimo o nosso pedido de proporcionarmos uma protecção mais forte às empresas europeias de energia contra aquisições externas sem qualquer transparência. Isto é uma boa notícia.

Devemos acrescentar igualmente que as actuais regulamentações são inadequadas para a consecução desse objectivo.

Todavia, as regulamentações em matéria de transparência podem ser facilmente contornadas. Esse o motivo pelo qual estamos a pedir à Comissão Europeia que abandone a sua conveniente posição de vã introspecção. A Comissão devia elaborar, em cooperação com os governos, o enquadramento legal para proporcionar protecção eficaz contra compradores hostis. Senhor Presidente, o mercado aberto é uma realização conjunta europeia. Não nos tornemos vulneráveis precisamente nesta questão.

Ivo Vajgl (ALDE). - (SL) Aparentemente, o procedimento "catch-the-eye" está a funcionar bem, o que me deixa satisfeito. Precisamos de um abastecimento seguro e diversificado. Quanto a isso, estamos todos de acordo.

Contudo, penso que a discussão de hoje se centrou excessivamente na questão dos avisos para uma ameaça russa. Se seguir este caminho, a discussão não poderá ter consequências construtivas para a Europa, pelo que seria melhor para nós desenvolvermos uma parceria com a Rússia.

Ficaria igualmente agradecido se o Comissário Piebalgs nos pusesse ao corrente dos progressos alcançados no diálogo mantido sobre a segurança energética, a melhoria das nossas relações com a Rússia e a aplicação de regras democráticas, matéria em relação à qual gostaríamos que a Rússia desse uma maior atenção.

Andrzej Grzyb (PPE). - (PL) Em Setembro de 2007, com base na decisão do Parlamento Europeu e do Conselho de 2006 e no que respeita à questão – entre outras coisas – do gasoduto Nabucco, foi nomeado um Coordenador europeu para o projecto, Josias Van Aartsen. Em 2009, o Coordenador apresentou um relatório interessante, que continha conclusões igualmente interessantes. Uma dessas conclusões dizia respeito às dificuldades que se poderão colocar aquando da concretização do projecto Nabucco. Até os actuais níveis de financiamento apontam nesse sentido.

Gostaria de perguntar se, independentemente do seu interesse pessoal nesta matéria, considera que a nomeação de um Coordenador europeu para o projecto Nabucco poderá tornar a concretização do mesmo mais eficaz, para que possamos estar certos de que o que estamos hoje a debater e aquilo que os Estados-Membros – incluindo o meu país, a Polónia – também esperam que aconteça terá 100% de probabilidades de se tornar realidade.

Andris Piebalgs, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, seria muito difícil para mim responder a todas as questões aqui levantadas, mas há dois ou três pontos sobre os quais gostaria de me debruçar em particular.

Em primeiro lugar, e acima de tudo, as políticas que prosseguimos no sector da energia visam promover o bem-estar dos nossos cidadãos e a nossa indústria. O que procuramos é um aprovisionamento seguro de energia, adquirida a preços razoáveis e produzida através de tecnologias limpas. Este é o nosso objectivo geral.

Em segundo lugar, nunca fazemos negociações à margem quando estamos a discutir acordos no capítulo da energia. Não há cedências, quer no que respeita ao alargamento quer no plano dos direitos humanos. Trabalhamos segundo o ponto de vista de que, no domínio do aprovisionamento energético, a interdependência assume a maior importância e é benéfica para todos – para os fornecedores, para os países de trânsito e para os consumidores. Leva tempo a convencer os nossos parceiros, mas essa é a única forma de se conseguir estabilidade.

Em terceiro lugar, ainda que às vezes possa parecer que avançamos a um ritmo lento, penso que é fundamental o facto de nos basearmos nas propostas da indústria, e no apoio à indústria, pois isso torna-nos fortes. Talvez não faça de nós um barco de corridas no oceano da energia, mas dá-nos estabilidade. Quando introduzimos uma alteração, fazemo-lo numa base muito mais ampla, por conseguinte com muito maior segurança. Todos os projectos foram criteriosamente verificados em termos de eficiência de custos e viabilidade futura. Creio, pois, que essa é a forma correcta de dar apoio.

A próxima área em que temos uma fragilidade, e que continua a ser permanentemente objecto das nossas discussões, é a política externa no domínio da energia e a coerência. É verdade que há muita controvérsia – ou pelo menos a percepção dela – e, enquanto Comissário, eu ficaria sem dúvida satisfeito de ver uma política externa mais coerente no capítulo da energia.

A proposta de resolução aborda exactamente esta questão, pois, com efeito, embora não haja um conflito intrínseco entre os Estados-Membros, existe a percepção de conflito. Todas as actividades levadas a cabo pelos Estados-Membros também beneficiam a União Europeia. Por conseguinte, devemos acompanhar esta questão e procurar verdadeiramente construir um sistema em que falamos a uma só voz, não apenas verbalmente mas também em relação aos pontos de vista que pretendemos realçar. Por esta razão, a Segunda Análise Estratégica da Política Energética continua a ser muito importante. Todos os aspectos que aí focámos mantêm a sua actualidade.

Por outro lado, na opinião da Comissão, é evidente que não nos podemos permitir passar da interdependência para a dependência. Daí o nosso especial apoio a projectos que asseguram a diversificação, como o Nabucco e o projecto de produção de GNL – não que estes alterem completamente a nossa relação de interdependência com outros países, mas proporcionam-nos margens de segurança adicionais. Eis, pois, o que estamos a fazer neste domínio, ao mesmo tempo que registamos, obviamente, o que se passa lá fora no mundo da energia.

No que respeita à questão aqui levantada sobre a energia nuclear, trata-se de uma opção que pusemos de parte. Adoptámos uma directiva em matéria de segurança nuclear, mas esta é uma questão de âmbito essencialmente nacional, e muito delicada. Creio firmemente que, do ponto de vista da União, deveríamos reforçar a cooperação entre as autoridades reguladoras no domínio da energia nuclear e procurar estabelecer um sistema mais seguro e mais coerente. Mas duvido que possamos ir além disso.

Por último, mas não menos importante, acredito piamente que estas questões e estes debates contribuem grandemente para ir modelando a política energética, mas não existe um instrumento único com base no qual essa política possa ser criada. Existem inúmeros instrumentos, e voltaremos a este debate no futuro.

Obrigado por este debate. Terei todo o gosto, também, em responder a perguntas na Comissão ITRE, ou em quaisquer comissões que pretendam debater mais aprofundadamente questões relacionadas com a energia.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declaro que recebi seis propostas de resolução⁽²⁾, apresentadas nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento.

A votação terá lugar hoje às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Cristian Silviu Buşoi (ALDE), por escrito. – (RO) Congratulo-me com o progresso alcançado com a assinatura do acordo em Ancara, que lança o projecto Nabucco, e do protocolo ao acordo para o lançamento do projecto Desertec. O projecto Nabucco deverá ser uma prioridade, pois proporciona-nos uma solução para o problema do abastecimento de gás, que se intensificou nos últimos anos. Estou ciente de que, embora o Nabucco seja um projecto igualmente importante do ponto de vista geopolítico, os parceiros do projecto deverão ter, simultaneamente, fortes motivos comerciais para que o mesmo se torne uma realidade, o mais rapidamente possível. A crise económica, que reduziu a capacidade de investimento das empresas participantes no projecto, juntamente com um certo número de incertezas ligadas às fontes de abastecimento do gasoduto, constituem obstáculos a ultrapassar. Os 200 milhões de euros que dedicamos ao projecto são bem-vindos, porém, é igualmente necessário acelerar as medidas políticas e diplomáticas com a Turquia e os países fornecedores de gás da região. Por conseguinte, gostaria de exortar a uma demonstração de solidariedade da parte dos Estados-Membros, a fim de permitir que se evitem crises de abastecimento de gás como as que testemunhámos nos últimos anos. Não podemos esperar pela entrada em vigor do Tratado de Lisboa e pela conclusão do projecto Nabucco enquanto os europeus correm o risco de permanecer sem gás em pleno Inverno, como resultado dos litígios entre a Rússia e a Ucrânia.

Ivailo Kalfin (S&D), por escrito. – (BG) Infelizmente, a UE continua a não ter uma política de segurança energética eficaz. Nos últimos anos, foram dados os primeiros passos nessa direcção, pelos quais quero, em especial, felicitar o Senhor Comissário Piebalgs. A Bulgária também contribuiu para isso. Porém, estes processos persistem em ser demasiado morosos, designadamente tendo em conta o grande dinamismo da Rússia e de outros concorrentes.

Necessitamos de uma política mais clara e mais activa, que terá de passar por algumas das seguintes vertentes:

(2) 2 Ver Acta.

- fomentar a conclusão de todos os projectos associados ao abastecimento de gás à Europa capazes de assegurar de forma realista financiamento junto do mercado, incluindo os projectos Nord Stream e South Stream;
- promover a construção de novas instalações que contribuam para a nossa independência energética e reduzam as emissões de CO₂, nomeadamente centrais alimentadas a energia nuclear e por fontes de energia renováveis;
- formular regras comuns para o abastecimento e o trânsito de gás;
- adoptar uma política activa dirigida aos países da Ásia Central e do Cáucaso, de modo a garantir os abastecimentos de gás à Europa a partir do Mar Cáspio.

Tunne Kelam (PPE), *por escrito*. – (EN) Este debate é mais uma prova de quão desesperadamente a UE necessita de uma política energética comum. Há deputados que exortam a Comissão e os Estados-Membros a adoptar medidas concretas coordenadas, num espírito de solidariedade, e que se propõem actuar como se a UE já dispusesse de uma tal política. Os seus esforços têm não apenas valor político e moral mas também valor prático, pois, enquanto representantes dos cidadãos, eles podem acelerar a criação da política energética comum. Outros há que usam a ausência de uma tal política como desculpa para justificar as suas negociações bilaterais com fornecedores que, frequentemente, ignoram as exigências de transparência e de concorrência leal, para não falar da solidariedade europeia. Trata-se de uma abordagem míope e arriscada, que faz o jogo daqueles fornecedores antidemocráticos cuja estratégia política consiste em dividir e fragilizar a UE. A Comissão deveria apoiar, não apenas em termos políticos e jurídicos mas também do ponto de vista financeiro, as empresas empenhadas em iniciativas que visam a diversificação do nosso aprovisionamento energético. Para se avançar realmente rumo a uma verdadeira solidariedade no domínio da energia, os Estados-Membros deveriam começar a informar-se entre si e a informar a Comissão sobre os acordos que celebram com terceiros.

Petru Constantin Luhan (PPE), *por escrito*. – (RO) Uma vez que estamos o início de uma nova legislatura, considero que uma das áreas em que o Parlamento Europeu deverá estar mais activo é na garantia da segurança energética. Tendo isso presente, gostaria de salientar a importância do projecto Nabucco, que ajudará a garantir a segurança energética da União Europeia, pois assegurará o acesso dos consumidores europeus a fontes alternativas através de uma rota segura. A assinatura do acordo, em 13 de Julho de 2009, entre a Áustria, a Bulgária, a Roménia, a Turquia e a Hungria relativo ao projecto Nabucco, selando o compromisso político dos Estados partes que participam neste projecto para com a prossecução dos esforços com vista à construção do gasoduto, enviou um sinal positivo aos investidores e aos países fornecedores de gás natural. Os países envolvidos no projecto deverão, juntamente com a Comissão Europeia, continuar a concentrar os seus esforços na atracção do investimento e na garantia de fornecedores fiáveis para o projecto Nabucco.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Para além de ter conseguido o primeiro lugar na lista dos exportadores de gás natural, a Rússia tornou-se recentemente o maior exportador de petróleo do mundo, ultrapassando a Arábia Saudita. Esta situação coloca Moscovo numa posição especial de influência, pelo facto de controlar esses recursos. No entanto, a energia é uma mercadoria que deverá estar sujeita aos princípios da economia de mercado. Não deverá ser possível utilizar a energia como um instrumento de pressão política. A crise energética que a Europa enfrentou revelou bem a importância da diversificação das fontes de abastecimento de energia. Demonstrou igualmente o valor acrescentado que o projecto Nabucco traz, a este respeito, para toda a União Europeia. A Roménia tem sido e continua a ser um firme apoiante do projecto Nabucco. Com efeito, a Roménia assinou o Acordo Intergovernamental sobre o projecto Nabucco em Julho, juntamente com a Turquia, a Bulgária, a Hungria e a Áustria. Consideramos a conclusão deste acordo um êxito e um importante passo em frente. Um gasoduto da dimensão e ambição do Nabucco enfrentará necessariamente numerosos desafios antes de se tornar uma realidade. A única solução para se ultrapassarem estes desafios é perseverar tomando as medidas adequadas.

Traian Ungureanu (PPE), *por escrito*. – (EN) Procuramos esforçadamente incentivar a criação de uma política energética coerente, mas essa política existe e é cabalmente aplicada. Há apenas um pequeno problema: NÃO é nossa. É da Rússia. Neste momento, temos a empresa francesa EDF a assinar o acordo relativo ao South Stream. Antes disso, foi a aquisição, pelos russos, da participação accionista da empresa húngara MOL no projecto Nabucco. E antes, ainda, foi o terminal de gás austríaco em Baumgarten que foi adquirido pela misteriosa empresa Centrex. Necessitamos de uma política energética europeia inequívoca, e necessitamos dela já. Esta é porventura a nossa última oportunidade de nos unirmos em apoio do Nabucco. Caso contrário,

se o Conselho e a Comissão mantiverem a sua posição neutral, bem se podem ir preparando para Invernos muito frios e para situações políticas escaldantes.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, queria solicitar-lhe que peça silêncio na Sala, pois recebemos notícias de Cabul que referem um ataque muito grave contra a força internacional de manutenção da paz, e as notícias fragmentárias que recebemos até agora falam de seis mortos no contingente italiano, entre os pára-quedistas da Folgore.

Por isso proponho que se faça um minuto de silêncio na Sala, precisamente para podermos recordar aqueles que estão a combater com vista à afirmação dos nossos ideais de paz e de liberdade em todo o mundo.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, como acabam de escutar ao senhor deputado Mauro, teve lugar no Afeganistão um trágico acidente em que seis soldados da paz perderam a vida. Gostaria de lhes solicitar que, à luz deste trágico incidente, nos erguêssemos, em sinal de respeito, e guardássemos um minuto de silêncio.

(O Parlamento, em pé, guarda um minuto de silêncio).

PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS

Vice-presidente

4. Período de votação

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

4.1. Períodos de intervenção de 2009 e 2010 para a manteiga e o leite em pó desnatado (A7-0005/2009, Paolo De Castro) (votação)

4.2. Regimes de apoio directo aos agricultores no âmbito da PAC (A7-0004/2009, Paolo De Castro) (votação)

4.3. SWIFT (votação)

- Antes da votação da alteração 2

Jeanine Hennis-Plasschaert, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, o Grupo ALDE opõe-se a esta alteração.

(Pedido do Grupo Verts/ALE para alterar o texto das alterações 1 e 2)

- Antes da votação da alteração 1

Jeanine Hennis-Plasschaert, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, também neste caso o Grupo ALDE se opõe.

(Pedido do Grupo Verts/ALE para alterar o texto das alterações 1 e 2)

4.4. Acordo de Parceria e de Cooperação CE-Tajiquistão (votação)

4.5. Acordo de parceria e de cooperação CE-Tajiquistão (A7-0007/2009, Alojz Peterle) (votação)

4.6. Lei lituana sobre a protecção de menores (votação)

4.7. Crise no sector leiteiro (votação)

4.8. Segurança energética (Nabucco e Desertec) (votação)

Presidente. - Está encerrado o período de votação.

5. Declarações de voto

Declarações de voto orais

Propostas de resolução RC-B7-0026/2009

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, votei contra a proposta de resolução relativa à Lituânia, pois vi nela uma reacção prematura e desequilibrada a uma lei que ainda nem sequer entrou em vigor, e muito menos na sua versão original.

É um facto que os direitos humanos se inscrevem no âmbito de competências da União. Contudo, neste caso, a União chega quase ao ponto de infringir o princípio de soberania de um Estado-Membro. Essa a razão por que me opus a esta proposta de resolução, para além de considerar que a mesma teria um impacto negativo no referendo irlandês, por constituir um mau exemplo de como pode ser tratada a soberania dos Estados-Membros.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Senhor Presidente, votei contra esta resolução, porque a Lituânia conseguirá resolver este problema por si só. O Presidente lituano criou um grupo especial para rever esta legislação, que deverá entrar em vigor apenas em 2010. Para além disso, considero que a resolução constituiria uma interferência excessiva nos assuntos de uma nação soberana como é a Lituânia. Mais, esta resolução contém uma referência à necessidade de um parecer jurídico da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Não é da competências desta Agência avaliar países individuais e elaborar pareceres sobre estes casos. Poderia estabelecer um precedente extremamente perigoso.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Senhor Presidente, sou um europeísta entusiástico e defensor de uma constituição europeia, bem como do Tratado de Lisboa. Sou igualmente um combatente pelos direitos humanos. Porém, esta resolução inflige grandes danos à Europa, particularmente no período que medeia até ao referendo irlandês, e faz um uso incorrecto da questão dos direitos humanos com objectivos ideológicos. A lei lituana não tem nada a ver com direitos humanos, e, se faz alguma coisa, é proteger os direitos humanos das crianças lituanas; não os viola. Considero pois esta resolução como uma calamidade ideológica, e que, com ela, a esquerda e os liberais deste Parlamento causaram graves danos à Europa e aos direitos humanos.

Philip Claeys (NI). – (NL) Senhor Presidente; certamente que não era isto que os nossos amigos lituanos desejavam. Logo que se libertaram do jugo da União Soviética, quiseram tornar-se membros, sem demora, desta outra união, que gosta de se apresentar como uma associação de nações livres sem paralelo. Agora, porém, parece que uma forma de tutela foi simplesmente substituída por outra, ainda que mais subtil. A Lituânia deixou novamente de ser livre: quando o Parlamento lituano adopta uma lei destinada a proteger os menores, é flagelado e ostracizado por isso. Já não há uma única área que esteja ao abrigo das intromissões da Europa e o panorama, decididamente, não vai melhorar nos próximos anos. Pelo contrário; na realidade, a nova comissão europeia para os direitos humanos – o que é um nome? – reforçará ainda mais esta tutela europeia. Obrigado, senhor deputado Verhofstadt, obrigado aos demais mandarin da Comissão, por sufocarem deste modo a liberdade.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, veja como cresce o mato da regulamentação da UE. Veja como Bruxelas lança as suas gavinhas por entre toda e qualquer fenda, e todo e qualquer recanto da vida nacional.

Questões como a que hoje nos ocupa, a protecção dos menores, são para muitos dos nossos eleitores questões éticas delicadas. Se nós, neste Parlamento, temos a presunção de legislar pelos Estados-nação, qual é, afinal, a função destes? Não haverá limites à nossa presunção?

Que fique absolutamente clara a minha posição a este respeito. Quando no Reino Unido tivemos o equivalente mais próximo desta lei, a denominada secção 28, fui virtualmente o único Conservador a opor-me. Com anos de avanço em relação ao resto do meu partido, lutei pela plena igualdade dos homossexuais,

nomeadamente no que respeita à igualização da idade de consentimento e às uniões civis. Regozijo-me pelo facto de o resto do meu partido defender agora essas mesmas posições.

Todavia, não sou um legislador lituano! As pessoas que devem decidir sobre esta questão na Lituânia são as que têm responsabilidade para tal, através dos mecanismos e dos procedimentos democráticos daquele país. Se não estamos dispostos a permitir-lhes que o façam, então mais vale retirar de serviço os nossos parlamentos nacionais, transformá-los em museus e fechar a porta.

Propostas de resolução RC-B7-0047/2009

Peter Jahr (PPE). – (DE) Senhor Presidente, a sobrevivência de muitas explorações agrícolas encontra-se em sério risco. Por conseguinte, estou muito satisfeito por termos hoje adoptado uma proposta de resolução pluripartidária sobre a crise no sector leiteiro. Lamento muito que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia não tenha participado na elaboração desta proposta.

Deve ficar perfeitamente claro que não podemos vencer esta crise apenas com as medidas propostas pela Comissão. Temos sobretudo de aumentar o consumo de produtos lácteos de modo a reduzir as tensões no mercado. Neste aspecto, é mais importante promover as vendas do que constituir reservas. Há muito tempo que têm sido avançadas propostas construtivas, como o uso de leite em pó para a alimentação de vitelos, o estabelecimento de preços mínimos para os sucedâneos de queijo, a rotulagem clara e o uso de gordura de manteiga no fabrico de gelados e produtos de padaria. Por que razão não foram ainda estas medidas postas em prática pela Comissão é algo que me ultrapassa.

Recomendo à Comissão que tome nota das propostas que constam da proposta de resolução e as ponha em prática com urgência.

Oldřich Vlasák (ECR). – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de explicar o motivo pelo qual me abstive na votação sobre a crise no sector do leite e produtos lácteos. Um facto triste que situação no sector leiteiro seja extremamente crítica. Apesar de os preços ao consumidor terem subido em 14% nos últimos anos, o preço de compra do leite caiu em quase 40%. Por isso, muitos dos produtores europeus de leite estão à beira da falência. Na República Checa, por exemplo, de acordo com o director-geral da Madeta, Sr. Teplý, há 15 centrais leiteiras que estão clinicamente mortas em termos financeiros. No entanto, a situação tem de ser resolvida de forma sistemática, através de uma gestão de longo prazo do sector, e não apenas através de medidas de apoio de curto prazo, como subsídios, compras de intervenção e apoio ao armazenamento privado. Isto serve apenas para distorcer o mercado, não evitando a instabilidade dos preços. Temos de estabelecer também uma igualdade de condições para os agricultores de todos os Estados-Membros, não só no sector leiteiro.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, esta proposta da Comissão deve ser saudada no essencial e é uma proposta sensata, pelo menos de um ponto de vista económico e politicamente realista. Contudo, é preciso acrescentar que, se olharmos para esta situação de todos os ângulos, a queda dos preços não é apenas consequência de uma diminuição da procura.

Também temos de tomar em consideração os problemas dos criadores de gado leiteiro na Áustria e na região alpina. As pequenas explorações familiares não podem, realisticamente, competir com as grandes explorações leiteiras do Norte da Alemanha e dos Países Baixos. Isto dá origem a um desequilíbrio. O lançamento no mercado de todo o leite iria obrigar ao encerramento das explorações leiteiras na Áustria e teria graves e imprevisíveis consequências, inclusivamente para a paisagem de cultivo.

O mercado europeu ficaria então dominado por um punhado de companhias multinacionais. Posso também imaginar sem dificuldade as consequências que isto teria para a qualidade alimentar.

Mario Borghezio (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, nos últimos dias temos assistido, em toda a Europa, a um protesto legítimo dos produtores de leite contra os preços e a falta de intervenção da União Europeia e pela autorização – não para o futuro, mas imediatamente – da rotulagem, em particular dos falsos produtos lácteos.

Queremos produtos frescos à mesa dos nossos consumidores, produtos cuja origem possa ser conhecida, e não o lixo que nos chega de outros países: leite em pó vendido como leite fresco dos nossos produtores. Amanhã, na Padânia, tal como no resto da Europa, o leite vai ser deitado fora – e trata-se de um protesto importante, pois visa manter a qualidade dos nossos produtos. Nós, na Europa, queremos comer produtos

sãos, do nosso território: leite bom, leite fresco, leite que eu bebo, obviamente. Nós, na Padânia, bebemos em homenagem aos sacrifícios feitos pelos nossos produtores, que esta Europa deve proteger.

A Senhora Comissária Europeia excluiu das medidas os queijos de longa maturação; defende apenas os produtores de leite em pó. É uma vergonha!

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Senhor Presidente, estamos a viver numa época em que, inclusive nos países ricos ocidentais, como a França, todos os dias se suicidam produtores de laticínios. Isto é, portanto, uma enorme tragédia. Votei a favor dos dois relatórios do senhor deputado De Castro, porque se exige uma intervenção urgente, imediata. Todavia, todos sabemos que o leite em pó e a manteiga têm vindo a ser acumulados nas existências de intervenção, de onde irão ser retirados, e acabarão, simplesmente, por fazer descer novamente os preços. Este é um dos meus problemas.

O outro problema é que é muito mais provável que esta medida vá ajudar os grandes agricultores do que vá ajudar os pequenos. Não devíamos esquecer, porém, que os pequenos produtores têm necessidade de ajuda imediata para, simplesmente, ganharem a vida, ao passo que para os grandes agricultores essa ajuda iria simplesmente preservar ou aumentar os seus lucros. Há necessidade de mudanças fundamentais. Finalmente, temos de garantir soberania alimentar em vez de usar o modelo de comércio livre ditado pela OMC. Como alguns dos oradores que me precederam já disseram, temos necessidade de produtos alimentares produzidos no local por agricultores locais.

Daniel Hannan (ECR). – (EN) Senhor Presidente, à semelhança de todos os que aqui intervieram, tenho consciência da amplitude da crise que assola o nosso sector agrícola. Qualquer deputado que represente os agricultores está ciente disso. A crise, porém, é um produto do sistema agrícola que criámos – a política agrícola comum –, que tem tido consequências desastrosas para os agricultores da minha região, no Reino Unido. E não apenas para os agricultores mas também para os nossos consumidores, para os nossos contribuintes, e até mesmo para os pobres do Terceiro Mundo, que vêem os seus mercados serem excluídos mas servirem, depois, para neles se descarregar os excedentes.

Na União Europeia, estávamos gradualmente a afastar-nos do sistema de apoios directos, que tão nefastas consequências teve do ponto de vista ambiental e económico, mas agora estamos a voltar rapidamente a esse sistema. Posso dizer-vos que, no Reino Unido, as pessoas têm bem viva a memória de como funcionava o sistema de quotas leiteiras. Foi-nos atribuída uma quota que era inferior à nossa produção nacional e, como tal, presenciámos situações extraordinárias, como a dos agricultores britânicos que utilizam o leite como fertilizante, ou que o despejam pelo cano abaixo e depois têm de reimportar leite da Holanda, França e outras partes da União Europeia para dar resposta ao nível de procura. Estávamos a começar a afastar-nos desse sistema, e agora este Parlamento votou por um regresso ao mesmo.

Se alguém pensar que a União Europeia se encaminha no sentido de intervir menos e devolver o poder a quem de direito, basta-lhe olhar para a votação de hoje para ver que não é essa a realidade.

Syed Kamall (ECR). – (EN) Senhor Presidente, na semana passada, assistimos ao relançamento de vários álbuns da banda Os Beatles em formato digitalmente renovado. Esta semana, estamos a debater o sistema das quotas leiteiras num formato renovado. À primeira vista, poderão não ter muito em comum, pelo menos enquanto não considerarmos o título de uma das canções dos Beatles, *Back in the USSR*. Para mim, isto resume tudo o resto. O que temos é um sistema em que os preços e as quotas são decididos por burocratas, não pelas necessidades dos consumidores, ou mesmo dos fornecedores. O que temos é um sistema em que os consumidores pagam mais do dobro para que os preços mais elevados e os impostos mais elevados apoiem um sistema que não reclamou quando os preços eram altos.

Recordo que, em finais do último mandato, Martin Schulz afirmava que, finalmente, havia assistido a uma democratização social do Grupo PPE. Pois bem, na realidade penso que o seu sonho foi mais além e que estamos a assistir à soviétização da UE. Não estaremos mesmo perante uma UERSS?

Jens Rohde (ALDE). – (DA) Senhor Presidente, nós, os liberais dinamarqueses, nutrimos grande simpatia pelos produtores que enfrentam os grandes desafios económicos dos nossos dias e, de facto, vemos também com bons olhos a ideia de prestar apoio a curto prazo àqueles que dele necessitem. O único problema que se põe é que, mau grado as muitas e assertivas declarações de intenções, os regimes institucionalizados de apoio a curto prazo nunca se ficam pelo curto prazo. Acabam sempre por tornar-se permanentes, facto sobejamente constatado por todos aqueles que, neste Parlamento ou nos nossos parlamentos nacionais, tiveram de lidar com a sua aplicação. Por este motivo, receamos – e, a nosso ver, com razão – que as medidas recomendadas por esta resolução, assim como as iniciativas da Comissão, levem, efectivamente, a mais um

desvio permanente do excelente processo de reforma, conduzido pela Senhora Comissária, com vista a uma agricultura eficiente. Posto isto, sentimo-nos na obrigação de rejeitar esta resolução.

Propostas de resolução RC-B7-0040/2009

Zigmantas Balčytis (S&D). - (EN) Senhor Presidente, votei a favor porque a questão da segurança do aprovisionamento energético é actualmente de extrema importância para todos os Estados-Membros da União Europeia.

A recente crise Rússia-Ucrânia demonstrou claramente os problemas existentes no sector da energia e, em especial, a total dependência de alguns Estados-Membros de determinados fornecedores de gás natural apenas.

Os países bálticos, que estão isolados do resto da Europa, são deixados à mercê dos fornecedores de gás natural da Europa Oriental. Nos dias que correm, é mais importante do que nunca desenvolver uma política energética comum e global baseada na solidariedade, na diversificação das fontes de energia e na defesa dos interesses comuns.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer à Comissão, e especialmente à Presidência sueca, a apresentação da Estratégia para a região do Mar Báltico, que permitirá uma mobilização eficaz dos fundos estruturais e uma utilização mais eficiente à luz da consecução dos objectivos comuns.

Estou convencido de que, se devidamente implementada, a estratégia tornar-se-á um exemplo de sucesso regional.

Por último, gostaria de instar a Comissão a assumir um papel de liderança na implementação da Estratégia para a região do Mar Báltico, com vista a garantir que em certos casos os interesses particulares dos Estados-Membros não se tornam mais importantes do que a consecução dos objectivos estratégicos comuns.

Bogusław Sonik (PPE). - (PL) Votei a favor desta resolução, uma vez que a questão da energia constitui um importante teste à solidariedade europeia. Os Estados-Membros têm de trabalhar em conjunto nesta matéria.

A política energética tem de estar ligada à política externa. A Comissão tem igualmente que procurar estudar a segurança energética nos diversos Estados-Membros da UE. A luta contra as alterações climáticas implica que a energia que depende do carvão possa enfrentar enormes dificuldades financeiras. As subidas de preços afectarão, então, os cidadãos. É mais do que tempo de criarmos uma política comum neste domínio que abranja a totalidade da UE. A Comissão deverá afirmar claramente que combaterá as atitudes egoístas dos Estados-Membros que não vêem qualquer perigo em continuar a depender de um fornecedor único, como, por exemplo, tem sido, até ao momento, o caso da nossa dependência em matéria de gás face à Rússia.

É preciso agir. É preciso que Comissão Europeia e o Comissário responsável pela energia mostrem claramente a sua vontade política.

Iosif Matula (PPE). - (RO) Senhor Presidente, votei a favor desta resolução e passo a explicar as razões por que o fiz. A União Europeia depende de importações de energia. O consumo de energia continua a crescer, contudo, os recursos naturais são limitados. A segurança energética pressupõe, simultaneamente, a diversificação das fontes e das rotas de abastecimento, bem como interconexões altamente eficientes entre os Estados-Membros, o que está actualmente a ser levado a cabo através de numerosos projectos, tendo sido proporcionado financiamento europeu aos gasodutos entre a Roménia e os seus vizinhos, Hungria e Bulgária. É esta, pensei, a fase em que nos encontramos actualmente, contudo, que temos ainda que fazer?

Gostaria de fazer uma comparação, talvez um tanto arrojada, mas simples, com a energia eléctrica. Neste momento, as nossas casas são abastecidas com corrente eléctrica sem que saibamos de onde provém. A existência de uma rede diversificada de abastecimento de gás natural e de numerosas redes de transporte deverá permitir-nos atingir precisamente o mesmo objectivo: garantir o fornecimento de gás em qualquer situação, independentemente da situação. Razão pela qual apoiei e continuarei a apoiar o projecto Nabucco, assim como, também, a progressiva diversificação em matéria de fontes de energia renováveis.

Declarações de voto escritas

- Relatório Paolo De Castro (A7-0005/2009)

Luís Paulo Alves (S&D), por escrito. - Votei favoravelmente o Relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho no que respeita aos períodos de intervenção de 2009 e 2010 para a manteiga e o leite em pó

desnatado porque considero que estas medidas constituem a continuidade de uma medida positiva, e com efeitos imediatos, na regulação da oferta excedentária que afecta o mercado do leite e dos produtos lácteos. A queda dos preços no mercado do leite e dos produtos lácteos nos últimos doze meses a nível mundial foi originada pelo aumento generalizado da produção e a queda da procura mundial, devido à crise económico-financeira, o que justifica a continuação da intervenção pública para a manteiga e para o leite em pó.

Jean-Pierre Audy (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei favoravelmente, com base no excelente relatório do meu colega italiano Paolo de Castro, a proposta de regulamento do Conselho que derroga ao Regulamento (CE) n.º 1234/2007 (Regulamento "OCM única") no que respeita aos períodos de intervenção de 2009 e 2010 para a manteiga e o leite em pó desnatado. Após a subida em flecha dos preços, em 2007, de todos os géneros alimentícios no mundo e, por conseguinte, do leite, os últimos doze meses foram caracterizados por um afundamento dos preços. Apoio a Comissão que instituiu, no início de 2009, uma ajuda ao armazenamento privado da manteiga para apoiar o mercado. Dado o carácter excepcional da situação, apoio a prorrogação, até 28 de Fevereiro de 2010, do período de intervenção pública em curso para a manteiga e o leite desnatado em pó através de um processo de adjudicação. Além disso, dada a incerteza quanto ao tempo que será necessário para que o mercado dos produtos lácteos retome, apoiei a autorização conferida à Comissão de prolongar, também através de um processo de adjudicação, o período de intervenção 2010/2011 se a situação do mercado assim o exigir.

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) O presente relatório refere-se à proposta de regulamento do Conselho que derroga ao Regulamento (CE) n.º 1234/2007 (Regulamento "OCM única") no que respeita aos períodos de intervenção de 2009 e 2010 para a manteiga e o leite em pó desnatado. Em razão da grave crise que atinge o sector dos lacticínios, votei a favor do relatório em apreço.

Lena Ek, Marit Paulsen, Olle Schmidt e Cecilia Wikström (ALDE), *por escrito*. – (SV) Temos plena consciência de que a situação vivida pelos produtores de leite é insustentável. No entanto, estamos também cientes e convictos de que as intervenções por parte da UE não são a solução. É tempo de iniciarmos a transição para um sistema assente nas regras do mercado e baseado nos seguros, que liberte os produtores sem perturbar o mercado interno ou mundial. Já é também bem tempo de analisarmos a situação da concorrência na indústria de produção em grande escala e na quase tão grande indústria alimentar, que se posiciona entre o produtor e os consumidores.

Jarosław Kalinowski (PPE), *por escrito*. – (PL) No que se refere às alterações que propõe um congelamento das quotas leiteiras, gostaria de referir o seguinte. Em primeiro lugar, não há qualquer base que nos permita presumir que o aumento proposto nas quotas de produção (que se seguiria a uma revisão da PAC) teria qualquer impacto na crise que assola este sector.

Em segundo lugar, congelar um aumento das quotas (que é o que as alterações à resolução do Parlamento Europeu propõem) penalizaria os agricultores de países que estão actualmente prestes a esgotar as respectivas quotas. Seria injusto e mesmo imoral alterar as regras do jogo nesta fase. Em terceiro lugar, gostaria de lembrar a todos que, na Cimeira de 2002, em Copenhaga, negociámos (essas negociações incluíram a Polónia) a questão das quotas leiteiras, sabendo que essas quotas se aplicariam até 2007. No Luxemburgo, o sistema de quotas foi prorrogado até 2014, sem que tivéssemos tido a possibilidade de participar ou de votar.

Não podemos resolver os problemas do sector do leite oferecendo a alguns produtores a oportunidade de melhorarem a sua sorte à custa de outros produtores. As nossas ideias e acções deveriam ter como objectivo conceder a todos uma oportunidade, independentemente do país de que são originários, dos antigos 15 ou dos novos 12 Estados-Membros.

Jörg Leichtfried (S&D), *por escrito*. – (DE) Concordo com a solução a curto prazo da Comissão de comprar manteiga e leite em pó. Porém, exige-se uma solução a longo prazo para a crise do leite, recorrendo, por exemplo, a um controlo flexível das quantidades de modo a estabelecer um preço do leite que cubra os custos. A ocorrência de excedentes de leite tem de ser contrariada a nível nacional através da imposição de exigências europeias.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A crise no sector leiteiro levou também a uma quebra do preço da manteiga e do leite em pó desnatado. Saúdo a proposta da Comissão de continuar a subsidiar o mercado e alargar o período de intervenção até 28 de Fevereiro de 2010. Espera-se que, na sequência disto, o mercado recupere e os preços voltem a ser determinados pela oferta e a procura. Contudo, considero que, durante um período de tempo limitado, esta intervenção é necessária, pelo que votei a favor da proposta do relator.

Cristiana Muscardini (PPE), *por escrito*. – (IT) A grave crise do sector leiteiro está, inclusivamente, a pôr em risco a sua sobrevivência. Por isso, considero oportuno manter a oposição à gestão individual das quotas, pois isso significaria, de facto, o fim do pagamento de compensações anuais, mecanismo que é, pelo contrário, fundamental para o sistema de produção italiano. Em contrapartida, sou favorável a um aumento temporário do preço de intervenção, a iniciativas e a medidas tendentes a um equilíbrio no sector, ao reforço da informação facultada aos consumidores e ao importante passo da introdução de rótulos de origem para o leite e os produtos lácteos.

Em particular, tendo em vista o reequilíbrio da oferta e da procura, deveríamos apoiar a proposta de congelar, temporariamente, parte das quotas atribuídas aos diferentes Estados e prever um mecanismo de compensação para os produtores forçados a abater uma parte dos seus rebanhos, uma compensação proporcional à percentagem de quota leiteira congelada.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *por escrito*. – (RO) A União Europeia atravessa actualmente uma das mais profundas crises alguma vez registadas no sector do leite, devido a um aumento da produção e a uma significativa queda na procura mundial. Tendo em conta a situação difícil em que se encontram os produtores europeus, é preciso que mantenhamos o período de intervenção pública (a saber, a compra e armazenamento de leite em pó desnatado e de manteiga), pelo menos, até Fevereiro do próximo ano, ou até 2011 se necessário. Penso que não nos podemos permitir ficar de braços cruzados vendo as explorações agrícolas da Europa encerrar, porque daqui a um ano precisaríamos de importar leite e produtos lácteos de fora da Comunidade. Se tivermos igualmente em consideração que os padrões de saúde não se aproximarão, nem de perto, dos que procuramos, temos demasiado a perder. Neste contexto, este relatório é bem-vindo. No entanto, para que possamos resolver efectivamente o problema do sector do leite, é preciso que adoptemos medidas adequadas, pois este armazenamento de produtos pressupõe a afectação de recursos consideráveis, e pode dar-se o caso de, a qualquer momento, essas reservas de nada servirem. É preciso que invistamos, agora, num sistema agrícola sustentável, capaz de dar resposta às nossas necessidades em termos alimentares, inclusivamente em plena crise financeira, a fim de evitar, posteriormente, a ocorrência de uma crise alimentar.

- Relatório Paolo De Castro (A7-0004/2009)

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) Esta é uma proposta que altera os regimes de apoio directo aos agricultores, actualmente em vigor. Uma vez que considero tais alterações necessárias, votei a favor.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *por escrito*. – (RO) Estamos no início de uma nova legislatura, altura em que estabelecemos as prioridades para as futuras políticas da União Europeia. Estou ciente de que tendemos a centrar a nossa atenção em determinadas questões, que consideramos de extrema importância, e a ignorar outras. Posto isto, gostaria de salientar que podemos deixar de parte muita coisa, mas não podemos deixar de comer. Razão pela qual a agricultura deverá continuar a ser um domínio prioritário para a UE. A meu ver, é preciso que aumentemos o montante mínimo de ajuda concedida aos agricultores acima do limite de 15 000 euros estabelecido pela Comissão, bem como afectar um orçamento maior à promoção do sector do leite e dos produtos lácteos. Recomendo vivamente o apoio aos agricultores que produzem leite e carne de bovino, com vista a estabilizar os mercados, incluindo-os no quadro comunitário temporário relativo às medidas de auxílio estatal.

Para além disso, é preciso que os sistemas de ajudas directas tenham igualmente em conta as especificidades dos novos Estados-Membros, onde a agricultura despenha um importante papel na economia nacional, assegurando a manutenção do apoio à agricultura, a fim de os ajudar a ultrapassar os problemas estruturais e a atingir o objectivo da convergência através de um maior desenvolvimento do sector agrícola e da eliminação das diferenças de eficácia e competitividade relativamente aos antigos Estados-Membros.

- Proposta de resolução SWIFT B7-0038/2009

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (EN) A luta contra o terrorismo tem ocupado um lugar de topo na agenda desta Assembleia. Contudo, cabe-nos encontrar o equilíbrio certo entre as medidas de segurança e a protecção das liberdades cívicas e direitos fundamentais. Impõe-se igualmente assegurar o máximo respeito pela privacidade e protecção dos dados. O equilíbrio e a proporcionalidade têm necessariamente de constituir os princípios-chave que servem de base à luta contra o terrorismo. A União Europeia sempre demonstrou um firme compromisso com a protecção da privacidade dos cidadãos, e deverá continuar a fazê-lo. A Comunidade assenta no Estado de direito, sendo que todas as transferências de dados pessoais europeus para países terceiros devem respeitar as garantias processuais e os direitos à defesa.

Escusado será dizer que quaisquer transferências devem respeitar a legislação relativa à protecção de dados, tanto a nível nacional como europeu. A SWIFT constitui uma infra-estrutura fundamental, pelo que nos cumpre garantir que quaisquer pedidos de transferências de dados são devidamente justificados, com base em casos específicos e rigorosamente sujeitos a autorização judicial. A Comunidade tem de tomar uma posição firme nas negociações com os EUA de molde a garantir que os dados SWIFT não podem ser utilizados para qualquer outro propósito que não os associados ao financiamento do terrorismo.

Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson, Marita Ulvskog e Åsa Westlund (S&D), por escrito. – (SV) Nós, social-democratas, decidimos abster-nos na votação da alteração 1. É fundamental para o controlo democrático que o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais tenham acesso aos documentos e às directrizes negociais antes das negociações com as autoridades dos Estados Unidos sobre o acesso aos dados de serviços de transmissão de mensagens sobre pagamentos financeiros. Os cidadãos europeus têm de estar seguros de que a transmissão dos seus dados bancários não viola o direito nacional ou comunitário. Ao mesmo tempo, compreendemos a importância de poder investigar com eficácia crimes terroristas no futuro, mas não a qualquer custo para a democracia.

Sylvie Guillaume (S&D), por escrito. – (FR) Dei todo o meu apoio à resolução comum sobre o acordo internacional previsto para colocar à disposição do Ministro do Tesouro dos Estados Unidos os dados das mensagens financeiras no âmbito da prevenção e do financiamento do terrorismo. Enquanto representantes dos cidadãos e conhecendo a sensibilidade deste tema, que afecta os direitos fundamentais, exigimos no entanto garantias muito claras e prévias à conclusão de qualquer acordo com os Estados Unidos sobre o SWIFT: que os dados sejam transferidos exclusivamente para combater o terrorismo; que um mecanismo de reciprocidade obrigue os Estados Unidos a transferirem informações financeiras pertinentes a pedido das autoridades europeias; que este acordo provisório seja limitado a um máximo de 12 meses; que um novo acordo seja negociado posteriormente, logo que o Tratado de Lisboa entre em vigor, com a plena participação do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais.

Pretendo também que seja levantado o véu do segredo, que escondeu em larga medida o coração deste dossiê, e que, na qualidade de eleitos europeus, sejamos muito mais bem informados sobre as modalidades definidas no acordo do que fomos até agora.

Andreas Mölzer (NI), por escrito. – (DE) O previsto acordo internacional prevê a disponibilização ao Departamento do Tesouro dos Estados Unidos de dados de serviços de transmissão de mensagens sobre pagamentos financeiros destinados a prevenir e combater o terrorismo e o financiamento do terrorismo. A comunicação de dados de serviços de transmissão de mensagens sobre pagamentos financeiros a potências estrangeiras constitui uma grave usurpação dos direitos fundamentais dos nossos cidadãos, em particular quando a entidade receptora dos dados são os Estados Unidos da América.

Os EUA já mostraram muitas vezes no passado que não levam a sério a protecção de dados, sobretudo se isso tiver a ver com a consecução e concretização de projectos e objectivos do Governo. Embora esta proposta de resolução tenha boas intenções no que respeita à protecção dos cidadãos europeus, o uso impróprio destes importantes dados não pode ser definitivamente excluído. Por esta razão, votei contra a proposta de resolução.

- Proposta de resolução CE/Tajiquistão B7-0025/2009

David Casa (PPE), por escrito. – (EN) A localização geográfica da República do Tajiquistão é de facto relevante, atendendo a que ocupa uma posição estratégica entre a Europa e a Ásia, assumindo assim um papel importante no reforço da estabilidade da região. Votei a favor da resolução em apreço, a qual procura identificar uma série de questões que importa abordar relativamente a este país.

- Relatório Alojz Peterle (A7-0007/2009)

Zigmantas Balčytis (S&D), por escrito. – (EN) Saúdo calorosamente o Acordo de Parceria e de Cooperação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Tajiquistão, por outro, o qual oferece um quadro para a futura cooperação da UE com o Tajiquistão. A região da Ásia Central é extremamente importante para a Comunidade do ponto de vista económico e político, pelo que este acordo contribuirá para consolidar e reforçar as relações políticas, económicas e comerciais da UE, bem como a sua presença neste país e na Ásia Central em geral.

Além disso, também promoverá o crescimento económico e apoiará o desenvolvimento sustentável, o combate à pobreza e a estabilidade no Tajiquistão e na Ásia Central. Fico satisfeito por ver que este acordo

inclui igualmente questões como a luta contra o terrorismo e armas de destruição maciça, o tráfico, o narcotráfico e a criminalidade organizada. A partir de agora, tanto a UE como o Tajiquistão estabelecerão um estreito diálogo político que abrirá caminho a relações mais intensas numa série de domínios.

Willy Meyer (GUE/NGL), por escrito. – (ES) Em 2007, sob a Presidência alemã, a UE adoptou uma estratégia para a Ásia Central que visava o estabelecimento de novas modalidades de associação. O acordo com o Tajiquistão enquadra-se nessa estratégia, que, pelas indicações que têm vindo a ser dadas, tem por principal móbil os recursos naturais da região, e especialmente o gás. Eu votei contra o relatório sobre o Acordo de Parceria e de Cooperação entre a União Europeia e a República do Tajiquistão, pelo facto de a UE só estar interessada nesse país pelos seus recursos naturais e pela sua posição geosestratégica, visto que o Tajiquistão faz fronteira com o Afeganistão e a China.

As relações da UE com países terceiros devem basear-se noutros interesses, em interesses recíprocos, e pautar-se sempre pelo respeito da soberania de ambas as partes e, naturalmente, da gestão que cada qual faz dos respectivos recursos.

- Proposta de resolução comum Situação na Lituânia após a adopção da Lei lituana sobre a protecção de menores (RC-B7-0026/2009)

Robert Atkins (ECR), por escrito. – (EN) Eu e os meus colegas conservadores britânicos podemos concordar com grande parte deste relatório. Continuamos a apoiar inquestionavelmente a garantia da igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de deficiências, raça, religião, ou sexualidade, e abominamos todas as formas de discriminação. Porém, temos fortes dúvidas quanto ao envolvimento da Agência dos Direitos Fundamentais e da União em questões que consideramos serem da exclusiva competência dos Estados-nação.

Este o motivo por que decidimos abster-nos relativamente a esta resolução.

Martin Callanan (ECR), por escrito. – (EN) Os deputados Conservadores e Reformistas Europeus apoiam fortemente o tratamento igual para todos, independentemente da raça, religião, sexualidade ou deficiência, e condenam firmemente a discriminação sob a todas as formas.

Porém, temos fortes dúvidas com respeito ao envolvimento da Agência dos Direitos Fundamentais e da União em questões que consideramos serem da exclusiva competência dos Estados-nação. Enquanto nação democrática, consideramos que esta matéria deve ser decidida pelo parlamento lituano e pelo povo lituano.

Por conseguinte, decidimos não apoiar esta resolução.

Edite Estrela (S&D), por escrito. – Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu sobre a Lei lituana de Protecção de Menores contra os Efeitos Nocivos da Informação Pública, pois considero que a lei aprovada pelo Parlamento lituano em 14 de Julho de 2009, nos termos da qual é proibido "difundir directamente a menores [...] informação pública que promova relações homossexuais, bissexuais ou poligâmicas", por ter "um efeito nocivo sobre o desenvolvimento dos menores", dever ser urgentemente revista. De acordo com os princípios da União Europeia, todas as formas de discriminação e, em particular, a discriminação com base na orientação sexual deverão ser eliminadas, pelo que a Agência dos Direitos Fundamentais deverá emitir um parecer sobre a lei em causa e as respectivas alterações à luz dos Tratados da UE e do Direito comunitário.

Bruno Gollnisch (NI), por escrito. – (FR) A proposta de resolução que nos é apresentada hoje é verdadeiramente alucinante. Um país é apontado a dedo porque o seu parlamento democraticamente eleito está a apreciar uma lei que visa a protecção dos menores, como na maioria dos Estados-Membros, e que pretende nomeadamente protegê-los de toda e qualquer propaganda a favor da homossexualidade, da bissexualidade e da poligamia. O que há de mais natural, relativamente às crianças? Pois bem, não, parece que se trata de "discriminação", e toda a União se mobiliza contra a pobre Lituânia, "culpada" e proibir o proselitismo e de encorajar os valores familiares.

O que é ainda mais espantoso é que o Grupo PPE, que se reclama teoricamente da democracia cristã e de um certo número de valores morais, tenha subscrito este absurdo de que a esquerda teve a iniciativa. Como é hábito, o direito das crianças não tem valor perante as pressões de certos *lobbies*. Diga-se de passagem que, no seu tempo, alguns membros deste Parlamento defendiam a pedofilia em nome da liberdade de todos e do direito de cada um, por muito jovem que fosse, à sexualidade. Esta resolução não é apenas criminosa, é repugnante!

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Apoiei a resolução que denuncia a lei lituana relativa à protecção de menores contra os efeitos nefastos da informação pública, que visa proibir toda e qualquer informação sobre homossexualidade sempre que a mesma é acessível aos menores. Esta lei contraria totalmente as leis europeias, sobretudo no que se refere à luta contra as discriminações em razão da orientação sexual, com um conteúdo largamente homófobo, e constitui também um obstáculo à liberdade de expressão. Foi largamente condenada por diversas ONG, entre as quais a ILGA (*International Lesbian and Gay Association*) e pela Amnistia Internacional, e ainda pelo Conselho da Europa. Devemos oferecer aos jovens a visão de uma sociedade aberta à diversidade e fundada no princípio do respeito pelo outro, seja qual for a sua diferença. Pelo seu lado, a Comissão Europeia, guardiã dos Tratados, deverá dar provas de responsabilidade e abrir um processo por infracção contra a Lituânia se esta decisão vier a manter-se. Com este voto, convidamos os deputados lituanos a repensarem e a rejeitarem este texto que representa um retorno a um passado que, pela minha parte, reprovo.

Jim Higgins, Seán Kelly, Mairead McGuinness e Gay Mitchell (PPE), *por escrito*. – (EN) Esta é uma declaração de voto em nome da delegação do Fine Gael ao Parlamento Europeu. Os eurodeputados do Fine Gael abstiveram-se na votação sobre a Lituânia, uma vez que os processos legislativo/jurídico ainda não terminaram no país em questão. Quando o processo jurídico estiver concluído na Lituânia, a questão de determinar se colide ou não com os Tratados da UE poderá então ser analisada. Este é o procedimento normal e correcto. Também constatamos que a resolução valoriza mais uma forma de discriminação do que outras, o que constitui em si uma forma de discriminação.

Filip Kaczmarek (PPE), *por escrito*. – (PL) Votei contra esta resolução, que poderá estabelecer um perigoso precedente para a União Europeia. Na minha opinião, o seu conteúdo e tema são incompatíveis com o princípio da subsidiariedade. Este tipo de resoluções pode fomentar o eurocepticismo, pois constituem a prova da lendária tendência da UE para se imiscuir nos assuntos internos dos seus Estados-Membros. O princípio da não-ingerência nos assuntos internos dos Estados-Membros da UE não é um princípio absoluto, contudo, nada está a acontecer na Lituânia que nos obrigue a agir. Aqueles que pretendem ver uma Europa melhor deveriam votar contra esta resolução. Essa é a razão do meu sentido de voto. Muito obrigado.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) O Parlamento lituano aprovou alterações à Lei de protecção dos menores contra os efeitos nocivos da informação pública. A lei em causa visa impedir a disseminação pública de informação "que promova as relações homossexuais" ou que "ponha em causa os valores da família".

Por essa razão, as autoridades lituanas devem alterar a lei, ou revogá-la, e abster-se de adoptar as correspondentes alterações aos códigos penal e administrativo, para assegurar a compatibilidade das leis com os direitos humanos e as liberdades fundamentais consagrados no direito internacional e europeu.

O gesto do novo Presidente da Lituânia, que convidou o Parlamento lituano a reapreciar a lei para assegurar a sua conformidade com os princípios constitucionais do Estado de direito, de segurança e certeza jurídica, e que ela não colida com as garantias próprias de uma sociedade aberta e de uma democracia pluralista, foi um passo na direcção certa.

Por estes motivos, e por força da necessidade urgente de rever esta lei, votei a favor da proposta de resolução comum do Parlamento Europeu.

Rareș-Lucian Niculescu (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei contra esta resolução, que constitui um precedente perigoso, uma vez que os pontos de vista manifestados não respeitam o princípio da subsidiariedade e intervêm na actividade soberana do parlamento de um Estado-Membro, numa altura em que a lei em causa nem sequer tinha entrado em vigor.

- Proposta de resolução comum Crise no sector leiteiro (RC-B7-0047/2009)

Luís Paulo Alves (S&D), *por escrito*. – Subscrevi e votei favoravelmente a alteração n.º 28 a esta resolução onde se solicitava à Comissão e aos Estados-Membros que tomassem imediatamente medidas suplementares, intervindo sobre o nível actual da produção comunitária por meio de um congelamento temporário dos aumentos de quotas, decididos aquando das últimas reformas da Política Agrícola Comum, porque esta mesma ia de encontro aos interesses de todos os produtores de leite portugueses e, muito em especial, colhia o apoio dos produtores de leite açorianos. Lamentamos, por isso, esta alteração no ter tido o apoio da maioria dos Deputados ao Parlamento Europeu.

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (EN) Votei a favor desta resolução comum porque, contrariamente ao prognóstico da Comissão Europeia sobre o aumento substancial dos preços dos lacticínios, o mercado do leite e dos produtos lácteos vive uma grave deterioração, com os preços do leite em queda apesar da intervenção no mercado e dos subsídios à exportação. As economias de muitos Estados-Membros são fortemente dependentes da agricultura e exploração agrícola. Infelizmente, neste momento verifica-se uma diferença considerável entre os preços pagos pelos consumidores por produtos agrícolas nos supermercados e o rendimento pecuniário dos produtores. Muitos agricultores da UE que se dedicam à produção de leite e produtos lácteos encontram-se numa situação de crise e são obrigados a vender os lacticínios abaixo do custo de produção. Cabe à Comissão tomar medidas adequadas, tanto a curto como a longo prazo, a fim de superar esta crise e salvar o mercado do leite e dos produtos lácteos na UE. A este respeito, defendo plenamente a ideia de criar na UE um fundo especial do leite e dos produtos lácteos para ajudar o sector e apoiar o investimento nas explorações agrícolas. Se quisermos ter um mercado de lacticínios a funcionar devidamente, resta-nos apoiar os investimentos agrícolas na modernização, os pequenos produtores e jovens agricultores. Acima de tudo, temos de garantir que os agricultores recebem um preço justo e adequado pela sua produção.

David Casa (PPE), *por escrito*. – (EN) Nos últimos 12 meses assistimos a uma deterioração do mercado do leite e dos produtos lácteos, com os preços do leite a descer abaixo dos 21 centimos por litro e a deixar muitos agricultores sem outra alternativa que não seja vender, perdendo dinheiro, os seus produtos lácteos. Esta é uma situação extremamente grave, pelo que votei a favor da presente resolução.

Ole Christensen, Dan Jørgensen, Christel Schaldemose e Britta Thomsen (S&D), *por escrito*. – (DA) Votámos contra as propostas de aumento das ajudas agrícolas ao sector leiteiro. Em coerência, o nosso grupo vota a favor da redução das ajudas agrícolas e da continuação da reforma da política agrícola da UE. Em linha com a decisão tomada nesta matéria, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu votou contra as alterações 16, 17 e 19, devido ao facto de, apesar do seu conteúdo positivo, serem irrelevantes para o debate em causa.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a proposta de resolução comum sobre a crise no sector leiteiro por considerar que são necessárias medidas urgentes que permitam superar a crise profunda que o sector atravessa, designadamente através de estímulos à procura, que permitam reequilibrar o mercado. De lamentar, no entanto, que o compromisso alcançado no Parlamento Europeu não incluía a suspensão temporária do aumento das quotas ou outras medidas de redução da produção, que seriam muito importantes para apoiar os agricultores europeus a enfrentarem esta crise.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – A profunda crise que assola o sector leiteiro torna urgente a adopção de medidas mais eficazes de apoio aos produtores e uma reflexão sobre a bondade da eliminação das quotas leiteiras em 2015.

A estabilização do mercado do leite e dos produtos lácteos não será alcançada apenas com medidas pontuais, como o não aumento das quotas, destinadas a minorar os efeitos imediatos e conjunturais desta crise. Pelo contrário, haverá que considerar soluções de médio/longo prazo e avaliar as causas do funcionamento deficiente deste mercado e as melhores formas de manter a produção de forma sustentada, sem descurar o direito dos consumidores a um preço justo.

Relevo, neste tocante, a situação de particular fragilidade competitiva das regiões ultraperiféricas fortemente centradas na actividade leiteira, como os Açores, e lamento alguma insensibilidade da Comissão Europeia e, no caso nacional, a má gestão deste processo por parte do Governo português. Em tempos de crise é particularmente relevante a capacidade de acção e de defesa dos interesses nacionais por parte dos nossos governantes. Lamentavelmente, não foi esse caso. Positivamente, destaco o sucesso das alterações de que sou co-autor e que defendem o aumento dos pagamentos de minimis. Não é a solução ideal, mas é um contributo útil.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Voto favoravelmente a resolução, embora a considere insuficiente. Neste momento, para estabilizar os preços, é urgente retirar o bónus de 2 por cento de aumento anual para além da quota. É ainda necessária a continuação do sistema de quotas leiteiras após 2015 ou a sua substituição por outro mecanismo de regulação. É imperioso ajustar a produção de leite à procura interna europeia garantindo um preço justo para a sua produção. É fundamental a transparência do mercado sugerindo para o efeito a criação de um observatório europeu que ajude a monitorizar e regular o mercado desde a produção à distribuição.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A resolução aprovada contém medidas positivas e necessárias no actual contexto de profunda crise que se vive no sector. Daí o nosso voto favorável. Todavia, trata-se apenas de medidas pontuais, que não resolvem os problemas de fundo do sector, em particular dos pequenos e médios produtores, para os quais se perspectiva um agravamento da situação no futuro, tendo em conta a intenção anunciada de supressão das quotas leiteiras.

A luta que os produtores de leite vêm travando, para além dos seus objectivos imediatos – escoar a produção a preços que lhes assegurem a sobrevivência – tem igualmente um significado e alcance mais amplos, que se prendem com o tipo de agricultura que queremos no futuro. A um modelo de agricultura neoliberal, que promove o encharcamento do mercado com produtos provenientes de países com maior capacidade produtiva, que promove a produção intensiva em alguns países e o abandono agrícola e a dependência alimentar noutros, há que opor um modelo que se baseie no conceito de soberania e segurança alimentares, no direito de cada país a produzir, de forma sustentável. Um modelo em que os instrumentos públicos de controlo da produção – as quotas, adaptadas às necessidades de cada país – são essenciais.

Bruno Gollnisch (NI), *por escrito*. – (FR) Quando uma política conduz os agricultores ao suicídio, quando conduz homens a destruírem voluntariamente o fruto do seu trabalho porque não é pior do que aquilo que lhes oferece esta política, é tempo de mudar. A liberalização da agricultura, em geral, e do sector do leite, em particular, é um desastre. Quantas vezes será preciso repetir aqui que, uma vez que alimenta os homens, uma vez que permite embelezar as paisagens e manter populações em zonas rurais, a agricultura não pode ser considerada uma actividade económica como outra qualquer. Os géneros alimentícios não são produtos sobre os quais podemos especular em mercados desligados da realidade. É absurdo encorajar a importação de produtos que nem sequer correspondem aos critérios de qualidade impostos aos nossos agricultores. É escandaloso deixar esses mesmos agricultores submetidos à mão de ferro dos transformadores e dos predadores de grandes centrais de compras, que fazem lucro tanto à custa dos produtores como dos consumidores. As tímidas ou vagas propostas do texto não são suficientes, nem totalmente satisfatórias, mas têm pelo menos o mérito de existir. Assim, votámos a favor.

Pascale Gruny (PPE), *por escrito*. – (FR) A situação do mercado leiteiro degradou-se consideravelmente durante estes últimos doze meses: o preço do leite diminuiu 30% num ano, ou seja, foi a baixa mais forte alguma vez registada nestes últimos 20 anos. Torna-se portanto urgente instaurar novas formas de regulação à escala europeia, de forma a que o sector leiteiro não dependa apenas das regras do mercado, mas possa fazer-lhe face. Actualmente, a instabilidade dos rendimentos dos produtores não permite uma afectação ideal dos recursos indispensáveis aos investimentos de futuro para a fileira. Sendo assim, a Comissão Europeia tem de facilitar as relações contratuais no seio da cadeia agro-alimentar, a fim de equilibrar as relações entre os diferentes actores da fileira, a estabilizar os mercados e a prevenir os riscos do mercado. Tem também de encorajar uma melhor organização das fileiras. Além disso, há que verificar se o aumento das quotas leiteiras poderia ter um impacto positivo nos preços no produtor. É agora que a Europa tem de agir. Não podemos continuar a esperar. Correríamos o risco de ver o sector leiteiro europeu sofrer danos duradouros e privaríamos assim as nossas zonas rurais frágeis do seu pulmão económico.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) A greve do leite não pára de alastrar nos nossos países, com as suas fortes imagens de leite derramado nos campos. Face à preocupação dos produtores de leite, o Parlamento Europeu tomou uma posição. Neste contexto, votei a favor da criação de um fundo de 600 milhões de euros no orçamento previsto pela UE para 2010, destinados a ajudar os produtores de leite, que atravessam actualmente uma crise profunda e sem precedentes no seu sector, sujeito às leis da oferta e da procura no mercado leiteiro mundial.

Juntamente com os meus colegas socialistas, apresentámos também uma alteração que pede a suspensão das quotas leiteiras tal como se encontram previstas neste momento, de forma a fazer aumentar os preços. Deveríamos adoptar também medidas conjunturais em complemento das medidas de gestão do mercado já tomadas, as quais se revelaram ineficazes face à volatilidade das cotações.

Elisabeth Jeggle (PPE), *por escrito*. – (DE) O sector leiteiro está a atravessar uma crise de proporções inauditas: os preços ao produtor sofreram uma quebra drástica, os preços ao consumidor subiram e muitas explorações na UE estão a lutar pela sobrevivência. A Comissão está há demasiado tempo parada a assistir ao desenrolar dos acontecimentos. Na nossa proposta de resolução, que tem o apoio de quase todos os grupos, deixamos claro que as decisões tomadas em Novembro de 2008 no contexto do "exame do estado de saúde" não são suficientes na actual conjuntura. A reforma alargada da política agrícola que aprovámos fica aquém do necessário.

Se as condições de base mudaram, a Comissão tem de assumir a iniciativa e tomar providências capazes de auxiliarem os agricultores da UE. Na nossa resolução, apelamos à adopção de um amplo leque de medidas: estabilização do mercado, promoção do consumo, um vasto programa de fornecimento de leite às escolas, elevação do montante máximo dos pagamentos mínimos de 7 500 euros para 15 000 euros em todos os sectores da produção agrícola, criação de um regime de reformas antecipadas dos produtores leiteiro/programa de resgate de quotas, fortalecimento das organizações de produtores, rotulagem adequada dos produtos lácteos, seguros de crédito à exportação similares aos que existem nos EUA e, na área das medidas de carácter específico, o fundo especial do leite e dos produtos lácteos. Com esta resolução, ficamos preparados para assumir a responsabilidade de defender a agricultura europeia. Foi por isso que votei a favor da presente resolução.

Marine Le Pen (NI), *por escrito*. – (FR) O sector leiteiro está em perigo. Há meses que os produtores de leite produzem em perda, quando o preço do leite não baixou para os consumidores, em benefício da grande distribuição. A falência ameaça milhares de pequenos produtores franceses. A greve geral do leite, último grito para se fazerem ouvir e não morrerem na indiferença geral, está a espalhar-se em numerosos países europeus, pondo em perigo, correlativamente, muitos empregos noutras fileiras do sector leiteiro. É urgente encontrar soluções eficazes para este sector chave da agricultura francesa e europeia e mudar radicalmente de política, pois, digamo-lo sem rodeios, são a Comissão Europeia, o Conselho, o Parlamento Europeu e o ultraliberalismo os únicos responsáveis desta tragédia. É preciso, urgentemente: manter o princípio das quotas após 2015; impor a redução imediata dessas quotas, de forma a parar a queda do preço do leite; aplicar a fixação dos preços em função dos encargos realmente suportados pelos produtores independentes; e instaurar uma transparência total na fixação dos preços da grande distribuição. Os agricultores esperam um gesto forte.

Astrid Lulling (PPE), *por escrito*. – (DE) Salvámos os bancos porque tínhamos de o fazer. Isso foi reconhecido e aceite por todos os políticos europeus.

Agora enfrentamos uma situação na agro-indústria em que precisamos de evitar a falência iminente dos agricultores, em particular no sector leiteiro, porque os preços já não cobrem os custos de produção, mas temos de garantir que o nosso potencial de produção é suficiente para fornecer aos cidadãos europeus produtos alimentares de alta qualidade.

Pertenço a uma geração que viveu tempos de racionamento alimentar e em que era preciso armazenar alimentos para ter o suficiente para comer. Esperemos que as coisas não voltem a ser tão más. No entanto, aqueles que nunca passaram fome não compreendem como é importante para a Europa uma política agrícola comum forte.

Não é só no sector energético que precisamos de segurança de abastecimento.

Temos de ter em consideração o facto de que, se demasiadas explorações agrícolas forem obrigadas a suspender a sua actividade por não estarmos em condições, ou não estarmos preparados, para tomar as necessárias medidas de curto prazo que são pedidas na nossa resolução, o custo para os Estados-Membros da UE seria muitas vezes superior ao custo de tomar as medidas de curto prazo apropriadas no quadro da política agrícola comum.

O exército de desempregados já é suficientemente grande. Permitir que as explorações agrícolas fossem à falência seria irresponsável por motivos sociais, económicos e ambientais.

Espero que a nossa advertência tenha a devida atenção.

Willy Meyer (GUE/NGL), *por escrito*. – (ES) Votei a favor da proposta de resolução comum, apesar de a considerar inadequada. A extinção do sistema de quotas leiteiras em 2015 e os aumentos anuais das mesmas quotas em 1% até lá, vêm, na prática, legalizar os excedentes que já existem em certos países, que ultrapassam as quotas que lhes foram atribuídas, e que são exportados a preços muito baixos, o que faz descer os preços de mercado, em muitos países para níveis inferiores aos custos de produção. As medidas que a Comissão está a tentar aplicar têm como objectivo último a desregulação e, por conseguinte, a liberalização do sector leiteiro na Europa.

Somos frontalmente contra essas medidas, pelo facto de elas servirem os interesses das grandes companhias, à semelhança das reformas da política agrícola comum, em detrimento dos pequenos produtores. Apoiamos a tomada de medidas tendentes a regular o sector leiteiro.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) Nos últimos meses, desenvolveu-se uma situação nos mercados leiteiros que ameaça a existência de muitos criadores de gado leiteiro. O preço dos seus produtos caiu abruptamente. As pequenas e médias explorações agrícolas foram especialmente atingidas e têm de socorrer-se das suas reservas para sobreviver. Por este motivo, procura-se uma acção rápida por parte da UE. A Comissão tem sido até agora demasiado hesitante nas suas tentativas de enfrentar a crise, da qual é em parte responsável devido à sua decisão de aumentar as quotas de entrega.

Por conseguinte, são ainda mais de saudar as iniciativas do Parlamento, a maioria das quais é também referida nesta proposta de resolução. Entre estas contam-se sobretudo a criação de um fundo leiteiro a que serão afectados 600 milhões de euros, medidas para o aumento da procura de lacticínios, um maior controlo de qualidade e obrigação de rotulagem escrupulosa. Deste modo, com vista a apoiar os nossos agricultores, não podia deixar de votar a favor da proposta de resolução e das medidas que ela contém.

Frédérique Ries (ALDE), *por escrito*. – (FR) Um grito de alarme: eis a substância da nossa resolução, que exorta a Comissão e o Conselho a tomarem medidas de urgência para sair da crise que afecta em cheio os produtores de leite. Uma crise que assumiu outra dimensão ontem na Bélgica com o derramamento, por mais de 2 000 produtores, de 3 milhões de litros de leite em Ciney. O debate é limitado, se nos contentarmos em atribuir a responsabilidade exclusiva à eliminação das quotas. Razão pela qual me opus à alteração 28, demasiado simplista, que apela ao seu congelamento. As causas principais são outras: diminuição da procura, concorrência mundial desenfreada, e, sobretudo, como inúmeras associações de consumidores denunciam, margens inaceitáveis das fileiras de distribuição. Foi isso que me levou a solicitar à Comissão, nos n.ºs 17 e 18, de que sou autora, um inquérito sobre eventuais entendimentos. Disso depende a sua credibilidade. Em contrapartida, apoiei a alteração 1, que dá seguimento à iniciativa de dezasseis Estados-Membros e pede o restabelecimento do equilíbrio entre os diferentes actores da fileira. Sou pessoalmente favorável a que se defina, em cada país, um preço mínimo do leite.

Marc Tarabella (S&D), *por escrito*. – (FR) Prevendo a votação da resolução sobre a crise no sector da produção de leite, tinha proposto e apoiado alterações que visam uma regulação a curto prazo do mercado do leite, nomeadamente graças a um congelamento do aumento das quotas, ou mesmo a uma redução temporária destas (de 3% a 5%). Ora, todas essas medidas foram rejeitadas pelo Parlamento Europeu. Os produtores estão no direito de esperar que o Parlamento proponha as medidas radicais de que precisam. Apesar de alguns pontos positivos, esta resolução não dá resposta a essas expectativas: eis a razão por que me abstive na votação final.

- Proposta de resolução comum Segurança energética (RC-B7-0040/2009)

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – A Europa altamente dependente da importação de energia. Para reduzir a dependência energética deve-se actuar na eficiência energética, na diversificação das fontes de energia recorrendo cada vez mais a fontes renováveis, assim como diversificação dos países de origem e dos países de trânsito. A consolidação do mercado interno de energia a nível europeu é também muito importante para aumentar a segurança energética. A existência de uma rede eléctrica e de uma rede de gasodutos que cubram todo o território europeu dever ser uma prioridade. Neste sentido, dois dos projectos contidos no plano de recuperação económica são de grande importância para Portugal: a ligação eléctrica entre Portugal e Espanha que irá contribuir para a consolidação do Mercado Ibérico de Electricidade; e a ligação entre Espanha e França para evitar que a Península Ibérica se torne uma ilha do ponto de vista energético. É solicitada especial atenção à Comissão e ao Conselho para que o desenvolvimento de projectos de energias renováveis nos países do Sul da Europa com grande potencial renovável seja incentivado. Grande parte da região alentejana tem o maior potencial solar de toda a Europa, como tem sido demonstrado pelos mapas de distribuição da radiação solar.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu sobre os aspectos externos da segurança energética porque considero que a criação de uma verdadeira política comum no domínio da energia será determinante para garantir a segurança do aprovisionamento energético na União Europeia. No entanto, um mercado interno da energia que funcione correctamente, bem como a diversificação das fontes de energia, terão igualmente uma enorme importância para prevenir futuras crises e interrupções no aprovisionamento energético. Nesse sentido, penso que o aumento do investimento em energias renováveis e na eficiência energética, deverá constituir um elemento central das políticas europeias.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – É conhecida e vem sendo amplamente discutida a dependência energética da União Europeia, a necessidade estratégica de a reduzir e os desafios à estabilidade da União que aquela fragilidade concita.

O meu país apresenta, a esse título, níveis de dependência que ultrapassam largamente a média europeia, revelando o absoluto falhanço dos sucessivos governos nesta matéria e fazendo temer com particular intensidade uma eventual crise dos mercados energéticos.

Conhecidas as dificuldades nas relações com alguns dos principais fornecedores e os limites na diversidade de fontes de energia e a existência de uma capacidade de aprovisionamento insuficiente, considero relevante para todos os Estados-Membros que a União Europeia possa agir em bloco na defesa dos interesses comuns e se mostre apta a impô-los num contexto negocial muito exigente.

De igual modo, acredito que os Estados não podem eximir-se das suas próprias responsabilidades, devendo optar por "cabazes energéticos" variados nos quais todas as principais alternativas, incluindo a nuclear, devem ser estudadas, equacionadas sem preconceitos e postas em prática quando se revelarem úteis, privilegiando-se as formas mais eficientes, seguras e limpas de produção.

Bruno Gollnisch (NI), por escrito. – (FR) A Europa não poderá, pelo menos num futuro próximo, libertar-se da dependência externa para os seus aprovisionamentos energéticos. É um facto que, para aliviar essas limitações, há que diversificar as nossas dependências, do ponto de vista tanto das fontes energéticas como dos países fornecedores. Mas, francamente, não vejo qualquer interesse, numa atitude mais motivada, ao que parece, pela hostilidade à Rússia do que numa preocupação energética, em colocar-nos na dependência da Turquia, ponto de passagem obrigatório do vosso célebre gasoduto Nabucco, sistematicamente privilegiado relativamente a outros projectos. Aquele país disporia de um meio de pressão considerável.

No que se refere ao Desertec, também não vejo qual o interesse da dependência daquilo que é, para já, um projecto com base numa iniciativa privada. De facto, penso que é contraditório pretender conduzir uma política energética centralizada nas mãos da Comissão e, ao mesmo tempo, entregar o sector europeu da energia aos actores privados, o que provoca um aumento dos preços e uma redução das prestações e influencia no mau sentido as opções energéticas. Sobretudo, penso que a energia é uma questão demasiado crucial para a entregar à responsabilidade dos funcionários da Comissão ou para a abandonar aos apetites dos lucros de algumas empresas.

Andreas Mölzer (NI), por escrito. – (DE) Esta proposta de resolução conjunta sobre os aspectos externos da segurança energética contém importantes opções para a política energética futura da Europa. Em particular, considero especialmente relevante o aumento significativo da proporção das fontes de energia renováveis no presente mix energético e, por consequência, estou a favor do projecto Desertec planeado por um grupo de investidores privado.

Isto pretende em grande parte reduzir a dependência da UE relativamente a países que têm sido até agora nossos fornecedores de combustíveis fósseis. Infelizmente, o projecto Nabucco não irá contribuir para isso, uma vez que deixará a UE à mercê da chantagem no que respeita à projectada adesão da Turquia à UE. Dada a influência directa do regime islâmico na Turquia, o projecto, na sua forma actual, deve, pois, ser rejeitado. Por este motivo, apesar dos muitos elementos positivos deste documento, absteve-me na votação final do texto global.

Geoffrey Van Orden (ECR), por escrito. – (EN) Reconhecemos as diferentes preocupações dos nossos diversos aliados. Contudo, de uma perspectiva britânica, os esforços para chegar a uma abordagem mais coerente da UE à questão da segurança energética não requerem o Tratado de Lisboa ou a extensão das competências da Comissão Europeia. Existem já mecanismos suficientes que permitiriam aos Estados-Membros da UE falar a uma só voz nas conversações com a Rússia, se assim o desejarmos.

As referências nesta resolução ao Tratado de Lisboa são altamente prejudiciais. Os conservadores britânicos opõem-se veemente à ratificação deste Tratado e a outras tentativas no domínio da integração política da UE. Lamento também a ausência de qualquer referência à energia nuclear entre o cabaz de energias sustentáveis e diversificadas que será necessário nos próximos anos. A segurança energética é, antes de mais, da responsabilidade dos nossos próprios governos.

6. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 12H55, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: PÁL SCHMITT*Vice-presidente***7. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta****8. Situação em Taiwan na sequência do recente tufão (debate)**

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a situação em Taiwan na sequência do recente tufão.

Meglena Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, permitam-me que manifeste a minha solidariedade para com o povo de Taiwan que viveu e sofreu as consequências do tufão Morakot. O Mecanismo Comunitário de Protecção Civil da UE deu a sua contribuição para o esforço geral de assistência e mostrou a solidariedade da Europa para com a população de Taiwan.

Em 7 de Agosto de 2009, o Taiwan foi atingido pelo tufão Morakot, causando grandes inundações e deslizamento de terras. Mais de 150 pessoas morreram e dezenas de milhar foram deslocadas. As infra-estruturas de transportes, incluindo estradas e pontes, ficaram danificadas e as redes de comunicação interrompidas. Cerca de 700 000 casas deixaram de ter água potável. Taiwan pediu ajuda internacional em 12 de Agosto de 2009. A Comissão Europeia respondeu activando o Mecanismo Comunitário de Protecção Civil. O mecanismo facilita e coordena a ajuda em espécie dos Estados-Membros nas grandes emergências.

A Comissão Europeia enviou uma equipa de coordenação e avaliação para Taiwan a fim de estimar as necessidades e de dar assistência ao Governo nos seus esforços de socorro. A equipa levou a cabo várias missões de avaliação às regiões afectadas, partilhando as suas conclusões e recomendações com as autoridades locais e parceiros internacionais. A equipa associada ao mecanismo também facilitou a distribuição da ajuda em espécie, como, por exemplo, equipamento para a purificação da água doado pela Suécia e Polónia, o qual foi distribuído pelas áreas mais afectadas do Taiwan.

A rápida prestação desta ajuda conferiu seguramente um carácter concreto à solidariedade europeia. A presença da equipa europeia no terreno também foi bem recebida. O Mecanismo Comunitário de Protecção Civil é um sinal muito visível da solidariedade europeia para com os países em todo o mundo, e estou convencida de que continuará a crescer em termos de capacidade e eficácia.

As catástrofes naturais podem atingir qualquer país no mundo. Frequentemente, acarretam pesados custos humanos, económicos e ambientais. De futuro, em razão das alterações climáticas, é provável que enfrentemos mais catástrofes. A este respeito, a solidariedade com outros países atingidos por uma catástrofe mantém-se um dos pilares da estratégia europeia de gestão das catástrofes. Espero sinceramente continuar a trabalhar com o Parlamento Europeu para garantir que os nossos instrumentos europeus de gestão de emergências estão à altura da sua finalidade.

Thomas Mann, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em 8 de Agosto, a República de Taiwan foi abalada nos seus alicerces. O tufão Morakot varreu a ilha com uma força desenfreada, deixando um saldo de mais de 750 mortos. Milhares de pessoas perderam os seus haveres e grandes áreas de terra foram devastadas. Os prejuízos ascendem a mais de 2,5 mil milhões de euros. A reconstrução de uma infra-estrutura que foi seriamente danificada levará meses. Como testemunho da nossa solidariedade, nós, europeus, quisemos apoiar o povo de Taiwan fornecendo auxílio aos sinistrados.

Senhora Comissária Meglena Kuneva, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) apoia as iniciativas que a Comissão Europeia promoveu. É absolutamente surpreendente que as embaixadas de Taiwan tivessem sido instruídas no sentido de recusar toda a ajuda estrangeira. Isto provocou fortes críticas e levou a que, em 13 de Agosto, se fizessem ajustamentos absolutamente necessários a um programa de gestão da crise completamente infrutífero. Pouco depois, o Primeiro-Ministro Liu Chao-shiuan demitiu-se.

Outro motivo de irritação foi a visita a Taiwan do Dalai Lama, em Setembro, que durou vários dias. Pretendia apenas rezar pelas vítimas em conjunto com os sobreviventes. A compaixão tem sido desde há muito tempo a mensagem veiculada nos muito aclamados discursos e livros do Dalai Lama. Mais uma vez, o Governo chinês fez ruidosos protestos e exerceu enormes pressões. É indigno que Pequim tenha de novo transformado numa questão política um acto puramente humanitário do Dalai Lama. Taiwan tem de decidir de que lado está. O Presidente Ma Ying-jeou apenas permitiu que o laureado com o Prémio Nobel da Paz entrasse no país depois de fortes protestos do seu próprio povo.

Senhora Comissária, precisamos de intensificar o nosso diálogo com Taiwan – sobre questões humanitárias, mas também sobre a questão dos nossos valores fundamentais. A democracia, os direitos humanos e a solidariedade são inseparáveis, mesmo neste país emergente da Ásia.

Victor Boştinaru, *em nome do Grupo S&D*. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, permita-me que manifeste o meu sincero pesar pela enorme tragédia que assolou Taiwan em 8 de Agosto e, em especial, pelas pessoas que foram vítimas mortais da força incrível desta devastação causada por tão grande catástrofe.

Morakot foi o tufão mais mortal que atingiu Taiwan nos últimos 50 anos, destruindo a ilha no princípio de Agosto e deixando 700 pessoas mortas ou desaparecidas, obrigando à evacuação de milhares e soterrando centenas de casas de aldeia sob o deslizamento de terras.

Nesta ocasião, a China deu mostras de grande sensibilidade ao enviar desde logo ajuda às vítimas do tufão em Taiwan. Não só o Governo chinês se prontificou a prestar assistência à ilha, como também organizações e empresas privadas de diferentes tipos, incluindo a *Association for Relations across the Taiwan Straits* (Associação para as Relações entre os dois estreitos de Taiwan) e a *Red Cross Society* (Cruz Vermelha) continental.

Também a população chinesa prestou ajuda através da organização de eventos para angariação de fundos destinados a realizar operações de socorro na ilha atingida pela catástrofe.

De acordo com os últimos números, até à data, o continente chinês doou às vítimas do tufão cerca de mil milhões de CNY (Yuan Chinês), o que equivale a quase 150 milhões de dólares americanos. Nesta situação, foi de extrema importância as várias centenas de casas pré-fabricadas enviadas pela China para Taiwan a fim de dar um tecto a quem o perdeu.

Gostaria de salientar o facto de a União Europeia, associada à política de "uma só China", saudar a ajuda que a China prestou a Taiwan nesta trágica situação, pois dá nota de uma melhoria nas relações entre os dois territórios, e a verdade é que uma melhoria nas relações entre estes dois territórios pode inquestionavelmente conduzir a uma maior estabilidade na região.

Creio também, e com isto termino, que, dada a dimensão da catástrofe, a União Europeia deverá fazer uso dos seus valores de base – solidariedade – e oferecer a Taiwan mais ajuda material e financeira com vista a contribuir para a gigantesca tarefa de reconstrução.

Charles Tannock, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, o cenário de devastação e destruição causado pelo tufão Morakot ficará na nossa memória por muito tempo, mas, na realidade, muitas pessoas em Taiwan viverão com as consequências desta tragédia durante os próximos anos. Mais de 700 pessoas perderam a vida e milhares viram-se a braços com a maior das destruições.

O Governo de Taiwan, presidido por Ma Ying-jeou respondeu com prontidão, enviando soldados para as comunidades e áreas mais afectadas e pedindo a ajuda à comunidade internacional. A Presidência sueca e a Comissão estão de parabéns pelo trabalho que realizaram ao activar o Mecanismo Comunitário de Protecção Civil. Espero sinceramente que a Comissão se comprometa a prestar uma ajuda a longo prazo a Taiwan, permitindo assim a total recuperação da sua economia, bem como da situação da sua população e ainda a reconstrução das infra-estruturas.

Não tenho dúvidas sobre a gratidão do povo e o do Governo de Taiwan face à solidariedade e apoio demonstrados pela UE. Além do mais, como Presidente do Grupo do PE "Amigos de Taiwan", espero bem poder avaliar a evolução da situação quando presidir a uma delegação dos eurodeputados a Taiwan no próximo mês.

A calamidade que afectou Taiwan pode muito bem tornar-se um lugar comum, quer em Taiwan, quer em todo o mundo, em virtude das alterações climáticas. Por conseguinte, é essencial que Taiwan, enquanto ilha vulnerável a este tipo de fenómenos meteorológicos e enquanto grande potência industrial a nível mundial, possa participar efectiva e condignamente nas organizações internacionais adequadas, sobretudo as associadas às alterações climáticas e meteorológicas. Concretamente, Taiwan deverá ser autorizado a participar na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e na Organização Meteorológica Mundial.

Tanto o Conselho como a Comissão apoiam neste momento uma verdadeira participação de Taiwan nos organismos das Nações Unidas, e espero que aproveitem a oportunidade que se apresenta agora a Taiwan, criada por esta catástrofe, para promover a sua participação nestas estruturas.

Fiorello Provera, em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de apresentar as minhas condolências e o meu apoio ao povo de Taiwan e de salientar a oportunidade do esforço humanitário da União Europeia relativamente a esta catástrofe.

A Comissão fez o que lhe cabia, e muitos Estados-Membros enviaram ajuda ou equipas de especialistas. A própria República Popular da China ajudou as autoridades de Taiwan, um gesto que considero muito significativo. Todavia, se quisermos proporcionar às autoridades de Taiwan e aos países da região uma ajuda estrutural que lhes permita, no futuro, fazer face a ameaças deste tipo, a União Europeia deveria apoiar a admissão de Taiwan, na qualidade de observador, na Organização Meteorológica Mundial e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

A adesão de Taiwan como observador já deu bons frutos noutras organizações internacionais sectoriais como a OMC, e, também neste caso, a sua admissão poderia ser uma forma de prevenção concreta e poderia reduzir, no futuro, os riscos para os 23 milhões de habitantes da ilha e para toda a região.

Astrid Lulling (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Taiwan está ainda a emergir de uma terrível catástrofe natural como não sentia desde há meio século. É nosso dever, não só manifestar a nossa solidariedade, mas também participar activamente na reconstrução das partes devastadas da ilha.

Felizmente, a Comissão e o Conselho responderam “presente” após a passagem do tufão Morakot. Pressiono-os agora a fornecerem, concretamente, a ajuda necessária ao governo e à população daquele país, pois há muita coisa a fazer. Existem instrumentos adequados a nível da União Europeia. Devem ser utilizados integralmente.

Esta catástrofe coloca de novo, como alguns colegas já afirmaram, a questão da participação de Taiwan nas diferentes agências da Nações Unidas. As instituições da União Europeia encorajam-no quanto ao princípio, mas é mais que tempo de mudar as coisas. As autoridades de Taiwan não dispunham de informações meteorológicas que indicassem a gravidade do tufão. Não é aceitável. Uma participação de Taiwan na convenção-quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas é absolutamente necessária para colocar aquele país em posição de evitar o pior pois, inevitavelmente, outras depressões climáticas se lhe seguirão.

Sou presidente da Associação Taiwan-Luxemburgo e devo dizer que não podemos continuar a recuar perante a chantagem da China comunista no que respeita às relações com Taiwan. É absolutamente indicado um apoio claro e nítido da Comissão e do Conselho sobre esta questão.

Kriton Arsenis (S&D). – (EL) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, também eu gostaria de manifestar o meu profundo pesar pela tragédia humanitária que atingiu Taiwan e dizer que, enquanto União Europeia, temos de ajudar esse país de todas as maneiras possíveis.

Sabemos já que o tufão Morakot matou 640 pessoas e que há mais de 192 desaparecidos. Um deslizamento de lama varreu do mapa uma aldeia inteira e deixou centenas de mortos. No entanto, nada disto aconteceu por um acaso. Foi precedido por um período de seca prolongado, que reduziu a capacidade do solo para absorver a água da chuva.

Secas, inundações e um rápido aumento das condições meteorológicas extremas são fenómenos que têm vindo a intensificar-se gradualmente devido às alterações climáticas. Um tufão forma-se em zonas marítimas a uma temperatura de 27 °C à superfície. A subida da temperatura irá fazer aumentar consideravelmente não só o número de tufões mas também a sua intensidade. Presentemente, há 120 milhões de pessoas a viver em áreas afectadas por tufões. Entre 1980 e 2000, os tufões causaram 250 000 vítimas.

Por todos estes motivos, os nossos corações devem estar em Copenhaga, onde em Dezembro iremos decidir se cada um dos nossos países irá defender separadamente os seus próprios interesses temporários e de curto prazo ou se iremos todos lutar pelo planeta, o nosso lar, numa luta para reverter as alterações climáticas.

Então será que o mundo desenvolvido e em desenvolvimento irá deixar de contribuir para catástrofes como esta que se abateu sobre Taiwan? Se a resposta é afirmativa, então é preciso agir. Temos de nos comprometer a assumir os compromissos necessários no sentido de assegurar a indispensável para impedir que a temperatura aumente mais de 2°C. Temos também de pôr a mão nos bolsos para prestarmos assistência financeira ao mundo em desenvolvimento, para que se torne parte da solução e contribua para o combate às alterações climáticas.

Fomos nós, o mundo em desenvolvimento, que provocámos as alterações climáticas. Somos nós os poluidores e, de acordo com o princípio do “poluidor-pagador” que nós próprios adoptámos, temos de pagar. Temos de pagar dando apoio financeiro aos países em desenvolvimento.

Bastiaan Belder (EFD). – (NL) Senhor Presidente, este cataclismo assumiu proporções inéditas em Taiwan. As montanhas transformaram-se num cenário de tragédia. Aldeias inteiras foram varridas do mapa e há mil pessoas mortas ou dadas como desaparecidas. Milhares de sobreviventes, se não mais, estão a ser provisoriamente alojados em quartéis. É assim que Menno Goedhart, o principal representante do meu país, os Países Baixos, em Taiwan, descreve os efeitos devastadores do tufão Morakot. Em primeiro lugar e acima de tudo, queria apresentar as minhas condolências, e deste Parlamento, ao Governo e aos cidadãos de Taiwan.

À margem da assistência concreta que Menno Goedhart está a prestar aos seus amigos de Taiwan, e reconhecendo ao mesmo tempo o que já foi feito por parte da Europa, queria ainda assim fazer à Comissão um par de perguntas respeitantes à consolidação das relações entre a Europa e Taiwan. Primeiro, importa observar que a Comissão vai apresentar no mês que vem uma proposta de flexibilização do regime de vistos aplicável aos cidadãos de Taiwan. O Reino Unido e a Irlanda já deram um bom exemplo nesta matéria. Segunda, um recente relatório europeu demonstrou de modo muito claro que Taiwan e a União Europeia poderiam obter enormes benefícios, se acordassem entre si medidas de fomento do comércio. Concorde a Comissão com esta conclusão?

Finalmente, Senhor Presidente, queria dar todo o meu apoio aos meus colegas que já preconizaram a necessidade de pôr fim à incrível situação de isolamento internacional de Taiwan. Tal isolamento é verdadeiramente intolerável, sobretudo estando em jogo vidas humanas, onde quer que seja.

Ville Itälä (PPE). – (FI) Senhor Presidente, em 8 de Agosto, Taiwan foi atingida por uma catástrofe humana de enormes proporções. O incidente causou elevadas perdas humanas e enormes prejuízos económicos. É chegada a altura de darmos a nossa ajuda, de nos mostrarmos solidários com os cidadãos de Taiwan. Temos de mostrar compaixão mas, além disso, temos de disponibilizar apoio financeiro e, como referiu a Senhora Comissária, adoptar instrumentos de gestão de crises. Temos de prestar aos cidadãos de Taiwan toda a ajuda humanamente possível. Gostaria também de manifestar o meu apoio à ideia da assistência a mais longo prazo a Taiwan, proposta pelo senhor deputado Tannock, de modo a maximizarmos os seus resultados e a mostrarmos que temos os cidadãos daquele país como nossos semelhantes e, acima de tudo, como nossos amigos.

Janusz Władysław Zemke (S&D). – (PL) Gostaria de agradecer à Senhora Comissária esta informação. No entanto, a minha questão é de uma natureza ligeiramente diferente. Taiwan foi atingido recentemente por uma catástrofe. Estamos, no entanto, plenamente cientes de que muitos desastres como este ocorreram no passado e de que muitos mais virão a acontecer de futuro. Por conseguinte, gostaria de perguntar à Senhora Comissária o seguinte. Dispõe a União Europeia e, em particular, a Comissão de procedimentos normalizados para dar resposta a situações como esta? Existe um pacote de medidas de emergência ou de disposições para países específicos? Existe também um plano de acção a longo prazo?

Penso que seria lamentável que reagíssemos a estas tragédias de forma diferente, consoante o país em que a situação se verifique. Penso que, como é o caso nas forças militares, deveremos estabelecer alguns procedimentos normalizados para situações de crise. São estas as minhas perguntas à Senhora Comissária.

Johannes Cornelis van Baalen (ALDE). – (NL) Senhor Presidente, o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, como muitos outros grupos nesta Assembleia, está solidário com a população de Taiwan, e vê com agrado a reacção da Comissão. A Comissão deve manter esta linha de actuação. O grande problema, contudo, a par desta catástrofe humana é, naturalmente, o isolamento de Taiwan. É perfeitamente possível estabelecer boas relações de trabalho com Taiwan sem pôr em causa a política de reconhecimento da existência de uma única China. Nada obsta a que Taiwan se integre na Organização Mundial de Saúde com o estatuto de observador. E o mesmo se aplica à Organização Meteorológica Mundial e à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as alterações climáticas. Tudo isso é possível, sem pôr em questão o reconhecimento do princípio da existência de uma só China. Concordo com o senhor deputado Belder no que toca à flexibilização do regime de vistos, bem como com as referências positivas que fez ao senhor Goedhart, o representante da Holanda em Taipé. Considero, portanto, que não temos necessidade de manter Taiwan numa situação de isolamento. Relações de trabalho, é do que se trata aqui.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de expressar as minhas maiores condolências às famílias de todos aqueles que faleceram aquando do tufão Morakot.

É lamentável que centenas de pessoas tenham morrido, outras perdido os seus entes queridos e muitas mais tenham ficado feridas.

Como muitos observadores constataram, o número de vítimas poderia ter sido inferior se o Governo tivesse reagido de forma mais coordenada ao tufão. O Governo fracassou nas previsões sobre a gravidade da tempestade tropical que se aproximava da ilha. Paralelamente, sabemos que Taiwan possui um sector de alta tecnologia altamente desenvolvido e é um dos maiores fabricantes de sistemas GPS no mundo.

Parte da responsabilidade deve ser atribuída ao facto de Taiwan não ser ainda um membro da Organização Meteorológica Mundial (OMM), como já foi mencionado por alguns colegas. Taiwan poderia estar mais alerta se a OMM lhe tivesse disponibilizado informação em tempo útil. Estou convencida de que, mais uma vez, chegou o momento de levantar a questão da participação de Taiwan como membro da OMM, e não só por razões políticas, mas também humanitárias.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Senhor Presidente, Senhora Comissária, o tufão que atingiu Taiwan afectou as vidas de centenas de milhares de pessoas e destruiu dezenas de milhares de habitações. A ajuda humanitária disponibilizada pela União Europeia deverá ser incondicional. O objectivo é ajudar as vítimas o mais rapidamente possível.

A União Europeia é um dador activo, que trabalha com as organizações internacionais e as agências especializadas das Nações Unidas com vista a proporcionar fundos para o tratamento médico, o apoio logístico e a reconstrução de zonas devastadas. A Conferência de Copenhaga terá muito que debater, e estamos a preparar-nos para tomar medidas com vista a um futuro acordo pós-Quito para a redução de emissões poluentes. Por isso, estamos fundamentalmente a discutir medidas que visam a redução das causas das alterações climáticas.

Como parte da Conferência de Copenhaga, gostaria de exortar a que fosse prestada particular atenção também às medidas de adaptação, pois teremos, continuamente, de fazer face a tempestades violentas, cheias, secas prolongadas ou incêndios florestais. Insto igualmente a União Europeia a disponibilizar ajuda humanitária a Taiwan, bem como apoio à reconstrução e, em particular, às populações.

Meglena Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, responderei às perguntas por ordem.

Em primeiro lugar, no que toca à assistência prestada pela Comissão a Taiwan no sentido de ir ao encontro das actuais necessidades da sua população – o ponto principal da pergunta do senhor deputado Mann: Taiwan foi informado do mecanismo da Comissão de avaliação das necessidades após uma situação de catástrofe, mas a verdade é que não recebemos qualquer pedido até à data. Se nos chegar um pedido nesses moldes, tomá-lo-emos em consideração.

Seguidamente, sobre a posição da Comissão relativamente ao estado actual das relações entre estreitos – a pergunta do senhor deputado Boştinaru –, a Comissão saúda a aproximação entre Taiwan e a China ao longo do último ano, o que permitiu uma melhoria das relações entre cada lado do estreito, uma redução das tensões entre os dois e a promoção de questões bilaterais como, por exemplo, ligações directas por via aérea e marítima.

Apoiamos firmemente as discussões bilaterais entre as duas partes, o que poderá dar azo a novos progressos. Saudamos igualmente a assistência por parte da China.

No que respeita à pergunta sobre a participação de Taiwan na Organização Meteorológica Mundial apresentada pela senhora deputada Lulling e Andriksen, e também pelos senhores deputados van Baalen e Tannock: na linha da posição expressa pela União Europeia numa declaração emitida em Setembro de 2008 e da política de "uma só China", a Comissão Europeia apoia, sempre que se justificar, a participação efectiva de Taiwan em organizações internacionais. Continuaremos a fazê-lo.

Relativamente às perguntas da senhora deputada Lulling e do senhor deputado Mann sobre a assistência prestada, devo dizer que o Mecanismo Comunitário de Protecção Civil forneceu ajuda a partir da Suécia e da Polónia. Este auxílio foi recebido com gratidão e reconhecido pelo Presidente Ma Ying-jeou perante o Presidente da Comissão, José Manuel Barroso.

Quanto à pergunta sobre a visita de Dalai Lama a Taiwan no rescaldo do tufão, cabe referir que a visita foi uma decisão tomada pelas autoridades de Taiwan, pelo que a Comissão Europeia não tem quaisquer comentários a fazer.

Respondendo à pergunta do senhor deputado Belder acerca da posição da Comissão sobre um possível acesso de visitantes de Taiwan à UE isento de vistos: a Comissão considera, no quadro da revisão da legislação aplicável, a possibilidade de actualizar a lista de países e entidades que poderão não estar sujeitos ao requisito

de visto para visitas à União Europeia, especialmente o espaço Schengen e, neste contexto, também considerará o caso de Taiwan.

Passando à pergunta do senhor deputado Zemke sobre os procedimentos normalizados em caso de catástrofes e como procederemos no futuro em tais situações, a Comissão centra-se em duas prioridades: a primeira é continuar a trabalhar na mobilização e resposta às situações e a segunda prende-se com a prevenção de catástrofes.

Em primeiro lugar, consideramos importante assegurar sempre a disponibilidade da UE para prestar ajuda. Com o apoio do Parlamento, em 2008, lançámos um projecto-piloto e uma acção preparatória ligada à capacidade de resposta rápida da UE. A partir desta experiência inicial, se for adequado, a Comissão apresentará novas propostas para o desenvolvimento de uma capacidade de resposta rápida da UE, financiada a partir de recursos nacionais afectados a operações da UE.

Em segundo lugar, o nosso objectivo é conseguir uma abordagem global à prevenção de catástrofes a nível da UE. Em Fevereiro de 2009, a Comissão publicou uma comunicação intitulada "Abordagem comunitária sobre a prevenção de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem". Gostaríamos de conhecer a reacção do Parlamento a esta comunicação.

Presidente. - Está encerrado o debate.

9. Debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito(debate)

9.1. Assassinatos de defensores dos direitos do Homem na Rússia

Presidente. - Declaro que recebi seis propostas de resolução⁽³⁾, apresentadas nos termos do artigo 122.º do Regimento, sobre assassinatos de defensores dos direitos do Homem na Rússia.

Heidi Hautala, autora. – (FI) Senhor Presidente, importa que façamos aqui uma breve reflexão sobre os activistas dos direitos do Homem recentemente assassinados no Norte do Cáucaso e acendamos uma vela em sua memória. Convém lembrar que Natalia Estemirova, Zarema Sadulayeva, Alik Dzhabrailov, e muitos outros que sofreram e perderam as suas vidas em defesa dos direitos do Homem, merecem o apoio de todos nós. Infelizmente, não lográmos dar-lhes o apoio suficiente enquanto foram vivos.

É alarmante que a Rússia não tenha tido capacidade para proceder a investigações criminais suficientemente rigorosas para esclarecer estes homicídios e julgar os culpados. Constatei que a União Europeia comunicou com a Rússia a título oficial sobre o assunto. Contudo, é por de mais evidente que os nossos esforços são insuficientes, pelo que teremos de considerar seriamente o que podemos fazer para que o Estado de direito funcione na Rússia e para sublinhar a importância desta questão quando negociarmos o novo acordo de parceria e cooperação com aquele país.

De igual modo, temos de pensar no modo de dar maior apoio aos defensores dos direitos do Homem na Rússia. Devíamos discutir uma eventual oferta de protecção aos que se encontram em perigo e a possibilidade de as instituições da UE lhes concederem vistos rapidamente, para que possam sair da Rússia, onde têm a sua integridade física e as suas vidas em risco. Na opinião do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, importa que o Parlamento Europeu crie um centro que divulgue informação sobre a situação dos activistas dos direitos do Homem cuja vida esteja em perigo e que pugne por ajudá-los em colaboração com as demais instituições. Podemos fazer muita coisa. Numa dada ocasião, Anna Politkovskaya disse que o Ocidente pode fazer muito, mas faz muito pouco.

(Aplausos)

Véronique De Keyser, autora. – (FR) Senhor Presidente, vou aproveitar o pouco tempo de que disponho para esclarecer a posição do meu grupo, que não assinou a declaração conjunta e que apresenta uma resolução separada.

Antes de mais, gostaria de dizer que estamos absolutamente de acordo com a resolução conjunta no que respeita a Natalia Estemirova, Zarema Sadulayeva e Alik Dzhabrailov.

(3) **Ver Acta.**

Ficámos extremamente emocionados com estes novos assassinatos que, efectivamente, não passam de assassinatos entre outros, entre os militantes dos direitos do Homem na Chechénia.

Na nossa resolução, pedimos exactamente a mesma coisa que a resolução conjunta, ou seja, condenamos o ataque, pedimos um inquérito, preocupamo-nos com o clima de deterioração dos direitos humanos para os militantes na Rússia.

Onde a nossa posição diverge é sobre a importância que foi dada, na resolução conjunta, a todos os defensores dos direitos humanos e à situação no Norte do Cáucaso em geral. Pensamos que existem talvez outros locais para isso – e comprometo-me a fazê-lo –, nomeadamente na resolução que precederá a cimeira União Europeia-Rússia. Pretendemos que essa agenda dos militantes dos direitos humanos e da defesa desses militantes faça parte desta resolução, mas também de todas as negociações que teremos com a Rússia.

Assim, trata-se aqui – esclareço – de um simples problema de *timing* e de local. Trata-se de uma questão política, que tem de ser tratada de forma política e não apenas aqui, nas questões actuais e urgentes. Eis a razão pela qual preferimos fazer a distinção mas, como é evidente, quanto à matéria de fundo, estamos inteiramente de acordo com os outros grupos.

Renate Weber, autora. – (EN) Senhor Presidente, permita-me que apresente a esta Assembleia alguns factos. Ainda neste ano, em Janeiro, Stanislav Markelov, o advogado defensor dos direitos humanos que representava a jornalista assassinada Anna Politkovskaya, foi baleado mortalmente a meio da tarde na baixa de Moscovo. Na mesma ocasião, Anastasia Baburova, uma jornalista que tentou protegê-lo, foi também alvejada e morreu.

Em Julho, Natalia Estemirova, uma conhecida activista dos direitos humanos e jornalista russa, foi encontrada morta na Inguchétia após ter sido raptada por homens armados na vizinha Chechénia. Menos de um mês depois, uma outra activista não governamental, Zarema Sadulayeva, e seu marido foram raptados e assassinados.

No mês de Agosto, o jornalista Malik Akhmedilov foi morto a tiro pouco tempo depois de sair de sua casa em Dagestan. Seis grandes jornalistas e activistas dos direitos humanos assassinados em menos de oito meses.

Estes raptos e assassinatos são simplesmente o culminar da deterioração da situação dos direitos humanos na Rússia, em que vozes independentes, incluindo advogados, jornalistas e outros activistas, são cada vez mais objecto de violência, de ameaças e de acusações sem fundamento.

As violações dos direitos humanos na Rússia e, especialmente no Cáucaso do Norte, não podem continuar a ser ignoradas. Não podemos ser ingénuos ao ponto de acreditar que a super-potência Rússia, que dispõe de um dos serviços de informações mais fortes do mundo, não é capaz de encontrar os autores de tais actos e levá-los a responder perante a justiça.

Cumpra a todos nós, independentemente da nossa cor política, entender que a impunidade face a ataques perpetrados contra defensores dos direitos humanos contribuirão para mais violência e para uma cultura crescente de anarquia. As autoridades russas têm de assegurar a segurança física e liberdade de circulação e de expressão dos defensores dos direitos humanos, em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores de Direitos Humanos.

Bernd Posselt, autor. – (DE) Senhor Presidente, perguntaram uma vez ao nosso anterior decano dos deputados, Otto von Habsburg, se tinha pena de ser deputado em vez de imperador. Respondeu que não, pois se fosse imperador teria de tratar um tolo por "Vossa Excelência", mas enquanto deputado podia chamar tolo a um tolo. Lembro-me desta história quando são levantadas questões de direitos humanos.

Não somos um corpo diplomático, mas, sim, um corpo parlamentar político. Podemos dizer a verdade. Há um ditado que reza assim: "O peixe começa a cheirar mal pela cabeça.". Não é o caso – e gostaria de agradecer à senhora deputada Renate Weber a intervenção clara que proferiu – que estes incidentes e assassinios no Cáucaso sejam de algum modo fortuitos ou obra de alguma força negra, mas, pelo contrário, desde que o senhor Putin ascendeu ao poder, o que está ligado à questão da Chechénia e à misteriosa explosão de casas em Moscovo, tem havido ali desde há anos um rasto de sangue que conduz sempre à Chechénia e afecta pessoas inocentes: civis e, em particular, activistas dos direitos humanos que, como os referidos – e muitas destas pessoas eram nossas conhecidas pessoalmente – não só pugnam pelos direitos humanos dos chechenos, mas também por uma Rússia democrática, por um entendimento entre os povos da Chechénia e da Rússia e pela paz no Cáucaso. Estas pessoas estão a ser assassinadas umas a seguir às outras.

Senhora Deputada Véronique De Keyser, esta é a razão pela qual foi necessário ter um debate de urgência. Seríamos motivo de chacota se uma mulher que foi elogiada neste Parlamento e que foi recebida em Estrasburgo devido ao seu empenho na defesa dos direitos humanos fosse assassinada diante dos nossos olhos e adiássemos o debate sobre o assunto para uma data posterior.

A Rússia está a ver com toda a atenção se estamos em posição de reagir imediatamente – e nós temos de o fazer dizendo com toda a clareza: ponham fim aos assassinios e à violação dos direitos humanos, e concedam a liberdade à Chechénia e à Rússia, mas, acima de tudo, ponham termo à violação sistemática dos direitos humanos e aos assassinios em circunstâncias misteriosas.

Tomasz Piotr Poręba (ECR), autor. – (PL) Uma vez mais, a questão da violação dos direitos humanos na Rússia reaparece na ordem do dia do Parlamento Europeu.

Para além da sistemática perseguição de minorias religiosas e étnicas, assiste-se com regularidade ao assassinio de activistas que lutam pelos direitos humanos. Na Rússia, os jornalistas e os trabalhadores de ONG arriscam diariamente as suas vidas no desempenho das suas funções. Ameaças, raptos, tortura, detenções arbitrárias e assassinatos estão a tornar-se um lugar-comum. O facto de as autoridades russas não investigarem activamente estes crimes, de não se ter chegado a qualquer resultado e de os autores destes crimes continuarem a monte não só prova a completa ineficácia da actuação das autoridades como o seu tácito consentimento e indiferença.

O respeito pelos direitos humanos deveria ser uma questão central nas relações entre a União Europeia e a Rússia. É nosso dever exigir que a Rússia garanta a realização de investigações adequadas e eficazes a esses casos, a punição dos seus autores e o fim deste tipo de assassinatos hediondos.

Cornelia Ernst, autora. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como novata neste Parlamento, permitam-me que comece por dizer que as questões dos direitos humanos são também extremamente importantes para o meu partido, a Esquerda alemã, e que condenamos toda a violação dos direitos humanos – independentemente de onde, e por quem, foi cometida. Isto não tem nada a ver com a ingerência nos assuntos internos de um país.

Há anos que estou francamente apreensiva e indignada com o facto de, repetidamente, os activistas dos direitos humanos envolvidos na situação da Chechénia estarem a ser assassinados. Natalia Estemirova, Stanislav Markelov e Zarema Sadulayeva são exemplos de crimes verdadeiramente chocantes. Por conseguinte, é importante que nós, neste Parlamento, nos ocupemos deste assunto.

Preocupa-me que casos como o do assassinio de Anna Politkovskaya não sejam investigados. Se este processo for agora reaberto, espero sinceramente que os seus autores sejam descobertos e presos, porque de outro modo há o risco de mais derramamento de sangue e de isso ser visto como uma licença para cometer actos deste tipo. O que esperamos é, simplesmente, que seja feita uma investigação imediata e completa destes crimes e que este caso seja tratado sem contemplações, e que a Rússia não espere mais para tomar em mãos, ela própria, a luta pela defesa dos direitos humanos. Não pode acontecer que a defesa dos direitos humanos signifique, de algum modo, uma condenação à morte. Penso também que a próxima cimeira UE-Rússia precisa de atacar estas questões com carácter de urgência, e não meramente como questões laterais, mas com a importância que elas merecem.

Pessoalmente, espero também que os direitos humanos sejam discutidos francamente neste Parlamento. Teria preferido que o debate destas questões não ocorresse numa Quinta-feira à tarde e considero que este assunto nos devia preocupar, ainda que se tenha tratado de empresas e comércio. É dada muitas vezes menor prioridade a estas questões. É isso que queremos mudar e é isso também uma coisa que queria dizer aqui.

Filip Kaczmarek, em nome do Grupo PPE. – (PL) Senhor Presidente, num país com uma elevada taxa de criminalidade, poder-se-ia avançar a teoria de que as mortes dos activistas que lutam pelos direitos humanos fossem uma coincidência. São uma coincidência, porque, de um modo geral, são muitas as pessoas que são vítimas do crime nestes países. Hoje, 17 de Setembro, devo recordar a todos um triste aniversário, a saber, o 70º aniversário da invasão da Polónia pelas tropas soviéticas. Na sequência dessa invasão, as tropas soviéticas abateram pelo menos 21 768 cidadãos polacos. Por que refiro eu este facto? Porque os Russos argumentam agora que o que sucedeu então foram actos de delito comum, da mesma forma que os assassinatos dos activistas de direitos humanos são "delitos comuns".

A escala a que têm sido assassinados os activistas que lutam pelos direitos humanos na Rússia é tal que interpretar este fenómeno como o resultado de "crimes comuns" é absolutamente irresponsável. A teoria de

que estes assassinatos são "coincidências" não é plausível. A natureza sistemática destas mortes é reveladora de que a responsabilidade por estas mortes frequentes tem de ser encontrada no ambiente político e social russo. A crise moral no país, a tendência para trivializar a morte, a desumanização, o relativismo e a perda de valores são os culpados do facto de estes problemas não serem levados a sério. Penso que a nossa resolução é equilibrada e ajudará os russos a resolverem a questão.

Justas Vincas Paleckis, em nome do Grupo S&D. – (LT) O Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu não pode ficar indiferente aos recentes assassinios de activistas dos direitos do Homem na Rússia. As mortes de Anna Politovskaya, Natalya Estemirova, Zarema Sadulayeva e Andrei Kulagin não devem continuar a não fazer sentido. Condenamos absolutamente os perpetradores dessas bárbaras acções, bem como o facto de, infelizmente, em certas regiões da Rússia, existir uma atmosfera de impunidade e de os crimes políticos não serem objecto de investigação.

O Presidente russo Dmitry Medvedev prometeu que os autores dos crimes irão ser encontrados e punidos. A sua reacção foi mais forte do que a do anterior Presidente, mas, até agora, são apenas palavras. O tempo dirá se as autoridades russas são capazes de levar a cabo os compromissos assumidos, tão importantes para os cidadãos do país e para a comunidade internacional. Em nossa opinião, na resolução proposta, a avaliação das acções russas no Cáucaso do Norte excedeu a área de aplicação da resolução, motivo por que os Social-democratas decidiram adoptar o seu próprio documento separado. Os Social-democratas estão convencidos de que a situação dos direitos humanos na Rússia melhoraria realmente as consultas entre a UE e a Rússia forem intensificadas. O Parlamento Europeu, a Duma de Estado e as organizações civis, sociais e dos direitos humanos da UE e da Rússia deviam contribuir activamente para essas consultas. Sublinhamos que a protecção dos direitos humanos devia ser discutida pormenorizadamente no próximo encontro entre os dirigentes da UE e da Rússia. Este assunto está a tornar-se parte inerente do novo acordo entre a UE e a Rússia.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (LT) Tanto este debate como a resolução do Parlamento Europeu sobre o assassinio de activistas dos direitos humanos na Rússia são particularmente importantes, especialmente agora, que ouvimos relatos atrás de relatos sobre os assassinios na Rússia dos defensores dos direitos humanos Natalya Estemirova, Alik Jabrailov, Zarema Sadulayeva e outros. A União Europeia não pode ficar indiferente ao brutal assassinio de activistas dos direitos humanos. Nas nossas relações com a Rússia, temos de sublinhar – e fazemo-lo – que as investigações destes assassinios levam demasiado tempo e, geralmente, acabam sem se estabelecer quem foi culpado. Essa prática inadmissível está a tornar-se norma na Rússia, especialmente no caso de crimes ocorridos na Chechénia, onde prospera a impunidade. Um dos nossos valores fundamentais é o respeito do direitos humanos, da dignidade humana e da vida humana, e nenhum interesse pragmático se pode sobrepor a estes valores. Penso que, por uma questão de honra, o Presidente russo Dmitri Medvedev devia assegurar que tudo se fez para investigar plenamente os raptos e os casos de assassinio envolvendo defensores dos direitos humanos e para trazer os culpados perante a Justiça.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, a situação dos direitos humanos na Rússia mudou para pior. Exortamos neste momento as autoridades russas a fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar a protecção dos defensores dos direitos humanos. Temos noção de que o que falta é a vontade de fazer esse "tudo", porém sabemos que é possível fazê-lo, dado que o Kremlin exerce uma influência decisiva no poder judicial e nas estruturas do poder da Rússia. Por isso mesmo, o fracasso do poder judicial russo na protecção dos defensores humanos permite admitir a cumplicidade do regime nestes crimes.

A nossa mensagem hoje deve ser transmitida aos governos da UE e à Comissão. Enquanto o Kremlin pensar que as preocupações com o destino dos defensores dos direitos humanos se mantêm ao nível das declarações, sem consequências nas relações económicas, o Sr. Putin e o Sr. Medvedev podem concluir que a UE não aprendeu com o gritante assassinato de Anna Politkovskaya.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Estamos, de facto, a debater a violação dos direitos humanos na Rússia num dia de grande valor simbólico. Exactamente há 70 anos, em 17 de Setembro de 1939, o Exército Vermelho – em conluio como Hitler – ocupou um terço da Polónia, que então lutava contra a invasão alemã. As forças de Estaline assassinaram milhares de polacos, e centenas de milhares de outros foram levados para campos de concentração soviéticos. Em Katyń, milhares de oficiais polacos foram assassinados a mando de Estaline. Para nós, a data de 17 de Setembro continua a assinalar um dia de vergonha para a Rússia de Estaline.

A Rússia dos nossos dias não tem coragem suficiente para enfrentar esta tremenda verdade. O seu actual Governo fornece justificações inconcebíveis para a sua antiga aliança com Hitler. Até hoje, Moscovo tem vindo a recusar-se a conceder acesso aos arquivos relativos ao massacre de Katyń.

As Histórias de muitos países contêm acontecimentos hediondos. A maturidade de uma nação mede-se pela sua capacidade de se confrontar com o seu passado e denunciar aquilo que precisa de ser denunciado na sua História. A Alemanha dos nossos dias é um exemplo dessa atitude. Só então o passado deixará de ser um fardo para a actual Rússia e lhe abrirá o caminho para que possa entrar na comunidade das nações livres e democráticas de cabeça erguida. Só então a Rússia conseguirá, de uma vez por todas, retirar do pescoço o garrote do seu passado Estalinista e deixar de lutar contra os seus próprios cidadãos, que actualmente arriscam a própria vida para defender as liberdades fundamentais e os direitos humanos.

Homenageamos aqui a vítimas desses assassinos. Manteremos viva a sua memória.

Rui Tavares (GUE/NGL). - Boa tarde a todos. O assassinio de Natalia Estemirova foi seguido nesta casa com muita emoção por todos nós, uma vez que soubemos do seu rapto no próprio dia em que reunimos pela primeira vez e, só algumas horas depois, do seu assassinato. É algo que não pode deixar de comover qualquer pessoa em qualquer parte do mundo em que se encontre e, como já disse a minha colega Cornelia Ernst, eu creio firmemente que a esquerda deve defender os defensores dos direitos humanos e os direitos humanos em toda a parte, independentemente do país em que ocorram.

Os efeitos destes ataques, deste assédio aos activistas dos direitos humanos na Rússia, são muito preocupantes, funcionam como intimidação e serão, certamente, muito traumatizantes para toda a gente que queira defender os direitos humanos na Rússia e, portanto, são uma primeira camada de uma ofensiva que depois acaba por deteriorar toda a situação dos direitos humanos, para além dos direitos humanos dos próprios activistas.

Portanto, os efeitos destes assassinatos são imprevisíveis, são preocupantes. Sem uma investigação judicial rápida e eficaz, sem garantias de que a segurança dos activistas dos direitos humanos será respeitada, a situação pode, de facto, ter uma evolução muitíssimo preocupante. É por isso que terei todo o gosto em votar favoravelmente esta resolução e em seguir os seus apelos às autoridades russas para que protejam os activistas dos direitos humanos.

Eu venho de Portugal, do outro extremo da Europa, e irei na próxima semana para a Rússia. Amanhã mesmo irei buscar o meu visto à embaixada da Rússia, e creio que as relações entre a Europa e a Rússia são da maior importância e que a Europa deve muito à Rússia. A primeira coisa que a Europa deve à Rússia é franqueza e clareza também na defesa dos direitos humanos e das liberdades dos nossos concidadãos europeus russos.

Eija-Riitta Korhola (PPE). - (FI) Senhor Presidente, a sua língua é tão bonita que decidi tentar agradecer-lhe em húngaro: *köszönöm*. Senhor Deputado Tavares, gostaria de responder aos seus comentários. O trabalho em prol dos direitos do Homem é uma preocupação não apenas da esquerda, mas também do centro-direita. Espero que isso nos induza à cooperação. A senhora deputada Ernst mencionou algo que é absolutamente correcto. Enquanto estamos a debater aqui esta questão, no plenário, a maioria dos deputados está já a caminho de casa, pelo que temos trabalhar juntos para fazer do assunto em apreço uma prioridade política.

Fui já membro da Comissão dos Assuntos Externos e, posteriormente à sua criação, da Subcomissão dos Direitos do Homem. Quando apresentava alterações, por vezes fazia-o em sede de Comissão dos Assuntos Externos, o que levava os meus colegas a perguntarem-me por que continuava a apresentar alterações naquela comissão, visto que tínhamos uma Subcomissão dos Direitos do Homem para esse fim. Na altura, pensei que algo de errado se passaria se a nossa Subcomissão dos Direitos do Homem se tornasse uma espécie de gueto ou se os direitos do Homem ficassem reservados àquele organismo. Vamos trabalhar juntos para que os direitos do Homem não sejam matéria exclusiva de ninguém.

Kristian Vigenin (S&D). - (BG) Senhor Presidente, Senhora Comissária, a intervenção do senhor deputado Posselt perturbou-me. Gostaria de salientar que aquilo que a senhora deputada De Keyser fez em defesa dos direitos do Homem não pode ser posto em causa numa discussão desta natureza, dado que provou ser um elemento importante no tratamento desta matéria neste Parlamento.

Em nenhuma circunstância permitirei, nem penso que seja correcto, que se questione o empenho do Grupo S&D na protecção dos direitos do Homem, pois também o fizemos quando o seu grupo, Senhor Deputado Posselt, tentou secundarizar os crimes cometidos em Guantánamo e o tratamento dado aos prisioneiros iraquianos pelas tropas dos EUA.

Quanto ao tema dos direitos do Homem na Rússia, trata-se, de facto, de um grave problema, que reconhecemos como tal, e a resolução que estamos a apresentar é suficientemente firme e incisiva. No entanto, pensamos também que este Parlamento precisa de se centrar verdadeiramente nas questões, em vez de se limitar a estar

sempre a apresentar uma longa lista de problemas nas nossas relações com a Rússia, quando eles não têm qualquer efeito neste país.

Nesse sentido, na próxima semana, vamos enviar uma delegação do Grupo S&D para conversações em Moscovo, nas quais esta questão em particular será levantada. Não se sirvam de situações de emergência como esta no domínio dos direitos do Homem para apresentar uma longa lista de problemas. Não é esse o propósito do debate de hoje.

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) Gostaria de manifestar a minha tristeza e profunda preocupação com os acontecimentos ocorridos em Junho deste ano na Federação Russa. Fiquei abalado com os assassinios brutais dos activistas russos, como Natalia Estemirova e Andrei Kulagin e outros, que estavam empenhados em prol dos direitos humanos e que defendiam a verdade e a justiça. É necessário fazer todos os esforços para deter e punir os assassinos. Felicito e apoio medidas que tem de ser tomadas para resolver estes assassinios.

Também houve uma violação de acordos internacionais em Agosto de 2008, quando, durante o conflito entre a Rússia e a Geórgia, as forças armadas russas atacaram áreas habitadas e não conseguiram proteger a população civil da violação dos seus direitos por combatentes armados da Ossétia do Sul num território que, de facto, estava sob controlo russo. O Governo russo tem de declarar de forma inequívoca que não serão toleradas violações dos direitos humanos.

Charles Tannock (ECR). – (EN) Senhor Presidente, está desenvolver-se na Rússia uma cultura de impunidade criminal no que se refere à violação dos direitos dos defensores dos direitos humanos. Os jornalistas que ousam pôr em causa a visão oficial dos acontecimentos são molestados; as minorias étnicas são indignamente vítimas de violentos crimes, uma situação que parece continuar sem solução; os defensores das grandes liberdades são na melhor das hipóteses marginalizados e, na pior, violentamente silenciados.

É difícil compreender exactamente de onde parte a ameaça aos defensores dos direitos humanos na Rússia, mas a verdade é que continuamos, uma e outra vez, a assistir à impunidade de graves violações e a uma falta de interesse por parte das autoridades judiciais.

A Rússia habituou-se à atitude inconsequente da UE. Isto é claro na forma como a União reagiu à ameaça por parte da Rússia à Ucrânia ou à invasão e ocupação da Rússia do território soberano da Geórgia, no Verão passado.

É óbvio que há questões estratégicas vitais em jogo nas boas relações da UE com a Rússia, mas não podemos permitir que estas questões apaguem a nossa obrigação de fazer valer as liberdades fundamentais e valores comuns europeus, liberdades e valores que os próprios cidadãos russos deverão poder partilhar de forma absolutamente pacífica e em segurança.

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Durante 25 anos, estive envolvida profissionalmente na defesa dos direitos humanos. É por esse motivo que, especialmente na qualidade de advogada, sinto um profundo sentimento de pesar, quando penso nos meus colegas que perderam as suas vidas em relação com esta profissão absolutamente maravilhosa. Gostaria, igualmente, de expressar nesta nota os meus sinceros pêsames às suas famílias e entes queridos.

Qual seria o bom caminho a seguir num momento como este? Exigir uma investigação imediata e pormenorizada dos factos, levada a cabo pelos organismos estatais relevantes. Gostaria de que este Parlamento tivesse a confiança e a autoridade moral para o fazer. Receio, porém, que não seja esse o caso. Porquê? Porque essas exigências só são feitas a países que não pertençam à Comunidade Europeia. As coisas, porém, são diferentes quando se trata de direitos humanos gravemente violados num Estado-Membro da União Europeia, como aconteceu no meu país, a Hungria, onde pessoas foram alvejadas à queima-roupa numa reunião de massas, de vários milhares de pessoas, organizada pelo partido do homem que, neste momento, está a presidir a esta sessão, o Vice-presidente Pál Schmitt, para comemorar o aniversário da revolução de 1956 e lutar pela liberdade. Este Parlamento não mandou levar a cabo qualquer investigação deste caso, nem da situação de crise que se tem mantido desde então.

Receio que, enquanto isso não acontecer e enquanto alguém, que foi membro do Governo que aprovou que os disparos sobre as pessoas possa ser Vice-presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos deste Parlamento, não podemos ter verdadeira confiança nem autoridade moral em outro país, para pedir que seja levada a cabo este tipo de investigação num país que não pertence à Comunidade Europeia. Queria, por conseguinte, pedir-lhes que proponham e exijam uma investigação imediata das violações dos direitos humanos na Hungria. Muito obrigada.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Gostaria de dizer, antes de mais, que me sinto desiludido pelo facto de esta Câmara ter estado cheia aquando da discussão da crise no sector do leite e de, agora que se discutem os direitos humanos, me parecer que não deverão estar presentes mais do que 40 deputados. É lamentável que assim seja. Não quero com isto dizer que a crise no sector do leite não é importante, mas sim que um problema como o dos direitos humanos é da máxima importância política para todos nós.

Gostaria igualmente de dizer que considero inaceitável que este ano, no qual, como bem se sabe, muitos países da Europa Central e de Leste celebram o 20º aniversário da queda do comunismo, exista uma potência, mesmo à nossa porta, originária desses regimes comunistas, que demonstre tamanha indiferença face a crimes perpetrados contra activistas que lutam pelos direitos humanos. Considero que a desvinculação do totalitarismo deverá ser claramente afirmada por todos nós.

Meglena Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, o debate de hoje sobre a situação dos defensores dos direitos do Homem na Rússia é oportuno e indicado. A recente vaga de violência contra os defensores dos direitos do Homem trouxe bem a lume os graves perigos que estes correm no exercício das suas actividades. Muitos pagaram o preço mais alto por dar a conhecer as violações dos direitos humanos. Prestamos homenagem a todos aqueles que perderam as suas vidas e a todos os que continuam a fazer o seu trabalho nestas circunstâncias.

Muita da violência perpetrada contra os defensores dos direitos humanos teve lugar no Cáucaso do Norte, num contexto de crescente instabilidade. A Comissão conhece muitos deles. São parceiros altamente respeitados no domínio da implementação de projectos ligados aos direitos humanos. Civis inocentes, agentes das autoridades responsáveis pela aplicação da lei e funcionários do governo perderam as suas vidas no conflito que grassa na região.

A violência contra os defensores dos direitos humanos não se limita ao Cáucaso do Norte. Há informação de que activistas, advogados e jornalistas independentes em toda a Federação Russa enfrentam violência, são molestados e intimidados. A UE tem de continuar a manifestar-se contra esta violência e insistir na necessidade de a Rússia honrar os compromissos assumidos enquanto membro das Nações Unidas, da OSCE e do Conselho da Europa.

É fundamental que os ataques e as mortes violentas de activistas da sociedade civil sejam devidamente investigados e que os autores sejam rapidamente identificados e punidos. Só através da aplicação de um procedimento legal e efectivo contra estes assassinatos é que o clima de medo e impunidade poderá dissipar-se.

O Presidente Medvedev manifestou-se contra o que designou como "o niilismo legal" que prevalece na Rússia. A UE continua disposta a apoiar a Rússia na sua reforma judicial em curso. A UE valoriza a oportunidade que tem de debater as suas preocupações sobre direitos humanos com as autoridades russas. Saudamos a maior abertura que o Presidente Medvedev manifesta para debater estas questões com a UE.

A próxima Cimeira UE-Rússia representa uma nova oportunidade de prosseguir estas discussões, que deverá ser complementada com um intercâmbio entre peritos. As consultas regulares UE-Rússia no domínio dos direitos humanos oferecem uma oportunidade de alargar o âmbito destas conversações, bem como a variedade dos interlocutores com quem debatemos as questões sobre direitos humanos.

A segurança dos defensores dos direitos do Homem tem de ser a primeira preocupação. Instamos as autoridades russas a desenvolver todos os esforços possíveis para assegurar que todos aqueles que, pelo seu trabalho, dão a conhecer as violações dos direitos humanos, o possam fazer sem medo da violência ou intimidação.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no final do debate.

9.2. Cazaquistão: o caso de Evgeniy Zhovtis

Presidente. - Declaro que recebi cinco propostas de resolução⁽⁴⁾, apresentadas nos termos do artigo 122.º do Regimento, sobre o Cazaquistão: o caso de Evgeniy Zhovtis.

(4) Ver Acta.

Heidi Hautala, autora. – (FI) Senhor Presidente, gostaria de fazer um comentário final sobre o debate que aqui decorreu, para dizer que, na qualidade de presidente da Subcomissão dos Direitos do Homem, enviei recentemente uma carta à Conferência dos Presidentes das Comissões solicitando a antecipação destas discussões, de modo a que os lugares do Parlamento estejam totalmente preenchidos e que o Conselho possa ter um papel mais proeminente na discussão. Espero que as Senhoras e os Senhores Deputados dos vários grupos discutam o assunto com os presidentes dos vossos grupos, pois a autoridade do Parlamento sofre uma corrosão contínua por, em certas alturas, haver tão poucos deputados presentes no Hemiciclo.

Passemos agora ao caso Zhovtis. O Cazaquistão é um país importante da Ásia Central e irá assumir, no próximo ano, a Presidência da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa. Deste modo, não é indiferente a forma como os crimes são julgados num país que encabeçará as aspirações democráticas de todos os países de uma vasta zona da Europa. Por conseguinte, devemos atentar no caso do defensor dos direitos do Homem Yevgeny Zhovtis, que foi considerado culpado de homicídio em circunstâncias deveras suspeitas e condenado a quatro anos de prisão em regime aberto pelo atropelamento de um peão em Julho do corrente ano.

Importa ter presente que a OSCE tem aventado a possibilidade de o processo a que Zhovtis foi sujeito ter violado o princípio do julgamento equitativo, consagrado na constituição do Cazaquistão. O Parlamento Europeu necessita também de prosseguir este debate junto do Conselho e da Comissão, antecipando a sua eventual decisão de levantarem esta questão e exigirem a realização de um julgamento equitativo.

Senhor Presidente, o Parlamento Europeu pode influir sobremaneira no grau de disposição dos países da Ásia Central para fazerem seu o princípio do Estado de Direito mantendo um registo destes casos individuais, e o caso de Yevgeny Zhovtis é, sem sombra de dúvida, um desses casos.

Justas Vincas Paleckis, autor. – (LT) Infelizmente, à medida que aproxima o momento de ocupar a presidência da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, o Cazaquistão está a afastar-se dos compromissos de alinhamento com os critérios europeus. Sublinhando de modo injustificável a sua natureza única e especial, o país não mostra qualquer consideração pelas recomendações da OSCE sobre as leis eleitorais e liberdade de imprensa. Violações reiteradas dos direitos humanos e perseguição directa dos seus defensores suscitam cada vez mais dúvidas sobre se este Estado é adequado para chefiar uma organização que luta pela implementação de princípios democráticos. Exortamos Astana a fazer progressos concretos nos domínios da democratização, da protecção dos direitos humanos, do Estado de direito e da liberdade de imprensa. Cumpramos que as leis do Cazaquistão, que se fundamentam nas leis internacionais, sejam aplicadas de modo adequado e transparente nos processos jurídicos contra os activistas dos direitos humanos Yevgeny Zhovtis, Yesingepov e Dubanov. Temos de ter esperança e exigir que os julgamentos sejam imparciais e que o envolvimento dos detidos no movimento a favor dos direitos humanos não influencie o veredicto. Exortamos o Conselho a, no próximo encontro UE-Cazaquistão no âmbito do diálogo sobre os Direitos Humanos, a ter lugar em Outubro, trazer à colação os casos destes defensores dos direitos do Homem. Convidamos a Comissão Europeia a oferecer ajuda intensiva ao Cazaquistão, enquanto ele se prepara para assumir a presidência da OSCE, de molde a assegurar que esta importante organização internacional não fique comprometida.

Renate Weber, autora. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de manifestar a minha solidariedade para com a família das vítimas do acidente de viação que envolveu Evgeniy Zhovtis. Uma tragédia humana em que infelizmente um homem perdeu a vida. Paralelamente, permitam-me que expresse a minha preocupação relativamente à situação em que Evgeniy Zhovtis se encontra.

É indiscutível que todas as pessoas que cometem uma infracção penal têm de aceitar, em quaisquer circunstâncias, a aplicação de sanções legais e Evgeniy Zhovtis, como notável advogado que é no domínio da defesa dos direitos humanos, sabe isso melhor do que ninguém. Todavia, queremos também ter a certeza de que as autoridades cazaques não fazem uso desta infeliz situação para punir Evgeniy Zhovtis por qualquer outro motivo que não o acidente de viação em que esteve envolvido. Evgeniy Zhovtis não pode ser punido pela sua actividade em matéria de direitos humanos e por ser uma voz crítica do Governo do Cazaquistão.

Creio pois que é da máxima importância que as autoridades judiciais cazaques levem a cabo imediatamente, e no pleno respeito pela transparência e Estado de direito, uma segunda investigação criteriosa e completa sobre as circunstâncias relacionadas com o acidente e procedam a uma revisão da sentença e condenação de Evgeniy Zhovtis.

Elisabeth Jeggle, *autora*. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por dizer que o meu grupo ficou um tanto surpreendido por ver na ordem do dia a avaliação judicial de um dramático acidente de viação como uma resolução urgente sobre os direitos humanos.

Para o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) é, pois, importante estabelecer que, em princípio, não queremos pôr em causa as decisões tomadas por um tribunal independente, a menos que estejamos a falar de um óbvio julgamento encenado que não respeite quaisquer princípios legais. Já assistimos a isto no Irão. Deve haver aqui uma linha de separação clara. No que nos diz respeito, um sistema judicial independente é o elemento fundamental de qualquer ordem democrática. Sendo esse o caso, temos de começar por tomar em conta a sentença proferida.

Temos de reconhecer o facto de que uma pessoa morreu num acidente de viação – e devíamos ficar pesados com isso, e ficamo-lo de facto –, mas também que foi efectuada uma revisão judicial. O facto de Yevgeny Zhovtis, um conhecido activista dos direitos civis, estar envolvido neste caso chamou a atenção do mundo para o que se passou, tendo desencadeado uma reacção, e é por causa dela que estamos a discutir isto aqui hoje.

O Grupo PPE reconhece os esforços realizados pelo Cazaquistão, e os progressos alcançados, no caminho para a democracia e o estado de direito. Gostaríamos de assegurar ao Cazaquistão o nosso apoio explícito e encorajar este país a continuar resolutamente nesta via. No que respeita a este caso particular, exortamos as autoridades cazaques a, no seu próprio interesse, fornecer ao público a maior informação possível sobre o que aconteceu e apresentar a sua interpretação dos factos, e que permita a realização de um recurso justo ou de uma revisão do processo de Yevgeny Zhovtis no quadro do estado de direito.

O Cazaquistão vai presidir à OSCE. Isso será um verdadeiro desafio!

Struan Stevenson, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, tenho de concordar com a senhora deputada Jeggle. Estou absolutamente perplexo com o facto de, perante todo o Parlamento, aqui em Estrasburgo, se realizar um debate urgente sobre um acidente de viação no Cazaquistão, mesmo sendo um acidente que tirou tragicamente a vida a uma pessoa e em que, por acaso, o condutor é um activista dos direitos humanos que foi condenado num tribunal a uma pena de quatro anos de prisão – e mesmo sendo numa prisão de baixa segurança, mas que de repente passou a ser, nos termos da resolução, uma “comunidade penal”. Receio bem que trazer este género de assuntos para o Parlamento não abona a favor da reputação desta Assembleia e devo dizer que o bom trabalho que tentamos desenvolver em matéria de direitos humanos fica desvalorizado quando o tema começa a envolver acidentes de viação.

Os Senhores estão de facto a sugerir que o Governo do Cazaquistão atirou um civil para debaixo das rodas de um automóvel de um activista dos direitos humanos? Estão de facto a sugerir que a sentença é demasiado pesada para alguém que foi condenado por homicídio não premeditado? Não podemos continuar a difamar um país como o Cazaquistão, simplesmente por motivos políticos, para tentar manchar a sua reputação antes de assumir a Presidência da OSCE no próximo ano. Por detrás disto existem razões políticas, e é lamentável que a questão figure na nossa ordem de trabalhos. Espero que a Assembleia rejeite estas resoluções e apoie as alterações.

Janusz Wojciechowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, nutro dúvidas semelhantes às do senhor deputado Stevenson, que interveio antes de mim. O Cazaquistão é um país importante. Está a envidar grandes esforços no sentido de progredir rumo à democracia. Evidentemente que, neste momento, o país não é um modelo de liberdades democráticas, porém, a situação em matéria de direitos civis – e conheço bem a situação do Cazaquistão, pois visitei-o por diversas vezes – é consideravelmente melhor do que na maioria dos seus vizinhos da região e, felizmente, o país não tem o mesmo tipo de problemas que existem, por exemplo, na Rússia, e sobre os quais temos estado a debater.

Partilho a opinião do senhor deputado Stevenson de que o Parlamento Europeu não deverá utilizar toda a sua autoridade para afirmar a sua posição sobre um único e dramático caso judicial. É possível que seja necessária alguma clarificação a este respeito, mas certamente não uma resolução do Parlamento Europeu. Isso prejudicaria o valor da resolução, e as pessoas deixarão de ouvir a voz do Parlamento Europeu se este se deixar distrair com questões que não justificam um debate geral ou uma resolução parlamentar.

Eija-Riitta Korhola (PPE). – (FI) Senhor Presidente, o Cazaquistão tem um papel importante a desempenhar na Ásia Central, tanto no plano económico como em termos de política de segurança, e a cooperação daquele país com a União Europeia aumentou. Foi com agrado que, no ano passado, ouvi o senhor ministro dos Negócios Estrangeiros do Cazaquistão, Marat Tashin, prometer, antecipando a Presidência da Organização

para a Segurança e a Cooperação na Europa e, de novo, em Maio último, melhorias na situação dos direitos do Homem no seu país. Contudo, apesar da atenção internacional, houve um controlo mais apertado dos meios de comunicação social e os níveis de liberdade religiosa são baixos. Além disso, deram-nos conta de diversos casos de detenções arbitrárias de activistas dos direitos do Homem.

A condenação do activista dos direitos do Homem Yevgeny Zhovtis levanta igualmente muitas dúvidas. É do próprio interesse do Governo do Cazaquistão esclarecê-las de forma cabal, mais ainda com a aproximação do seu mandato na Presidência da OSCE. Esperemos que tudo corra pelo melhor e que todas estas questões sejam devidamente esclarecidas.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de dizer que é com muita satisfação que vejo aqui de novo a senhora deputada Heidi Hautala. No entanto, ela não esteve cá durante alguns anos e, nesse período, tivemos o Conselho às Quintas-feiras à tarde. As presidências checa e alemã estiveram aqui às quintas-feiras. Não penso que devamos transferir o debate, pois, como não conseguimos tratar de tudo na Quarta-feira, precisamos de estar aqui, e de obrigar o Conselho a estar aqui também na Quinta-feira. A solução é esta, e não condensar toda a ordem do dia na Quarta-feira.

Isto é efectivamente um caso muito complicado. Porém, precisamente porque não podemos confiar ainda totalmente no governo do Cazaquistão a respeito do estado de direito, temos de insistir para que o caso seja investigado de uma maneira objectiva. Neste aspecto, apoio completamente a senhora deputada Elisabeth Jeggle. Por conseguinte, subscrevemos a resolução. Este assunto tem de ser investigado objectivamente e nada deve ficar encoberto ou omitido.

Meglena Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão registou com preocupação as informações que recebeu sobre violações de natureza processual ocorridas durante o julgamento do defensor dos direitos humanos no Cazaquistão, Evgeniy Zhovtis, condenado por homicídio não premeditado na sequência de um acidente de viação fatal. Como sabem, as autoridades cazaques rejeitaram as afirmações de que na origem da sentença proferida contra Evgeniy Zhovtis houve motivos políticos.

A Comissão apoia inteiramente a declaração da Presidência da UE sobre este caso no Conselho Permanente da OSCE de 10 de Setembro. Dada a gravidade das alegadas irregularidades no decorrer da investigação e do julgamento, exortamos o Cazaquistão, próximo país a assumir a Presidência da OSCE, a garantir que o recurso é abordado no pleno respeito pelo direito nacional e pelas normas internacionais. A Comissão continuará a acompanhar de perto este caso.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no final dos debates.

9.3. Síria: o caso de Muhannad Al Hassani

Presidente. - Declaro que recebi seis propostas de resolução⁽⁵⁾, apresentadas nos termos do artigo 122.º do Regimento, sobre a Síria: o caso de Muhannad Al Hassani.

Franziska Katharina Brantner, autora. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de apresentar o caso de Muhannad Al Hassani, um cidadão detido por defender os direitos humanos dos seus compatriotas, na Síria.

Este homem teve um papel extremamente importante pois assistiu a todos os julgamentos realizados no Supremo Tribunal de Segurança do Estado e esteve envolvido em avaliações regulares sobre as condições de detenção na Síria. Hoje, é ele próprio que está detido e encarcerado.

Com respeito à Síria, exortamos este país a cumprir as suas obrigações, ou seja, a actuar em conformidade com o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de que a Síria é actualmente um Estado Parte; a reverter a sua política de repressão contra os defensores de direitos humanos e suas famílias; e a libertar os defensores de direitos humanos, os presos de consciência e militantes pacifistas que se encontram na prisão.

(5) Ver Acta.

Temos também um pedido relacionado com a UE. Com respeito à assinatura de um Acordo de Associação, nós, os Verdes e Aliança Livre Europeia, propusemos a adopção de um roteiro antes da assinatura do Acordo de Associação que articularia os nossos objectivos em termos de melhorias a introduzir no domínio dos direitos humanos.

O direito internacional estabelece uma série de obrigações que os Estados têm de respeitar, sendo igualmente da nossa responsabilidade, e em particular de toda a UE, garantir que esse respeito é referido no Acordo de Associação como forma de o fazer valer ainda mais.

Trabalharemos nesse sentido. Muito obrigada pelo vosso apoio à resolução.

Véronique De Keyser, autora. – (FR) Senhor Presidente, confesso-lhe que estou simultaneamente perplexa e muito triste e decepcionada.

Perplexa, porquê? Porque, incontestavelmente, a nível das relações internacionais, a Síria fez um longo caminho nestes últimos dois anos. Entrou na União para o Mediterrâneo. Serviu repetidas vezes de mediador em situações internacionais difíceis, nomeadamente há muito pouco tempo na detenção de um jovem francês no Irão. Posso dizer que o facto de o acordo de associação – que ainda não foi assinado, Senhora Deputada Brantner, mas que poderá sê-lo muito em breve – ser relançado é, ao mesmo tempo, algo de muito positivo.

A nível interno, é um facto que há também aspectos muito bons na Síria. Receberam um milhão e meio de refugiados iraquianos, estão a cuidar deles, possuem um nível de educação elevado, têm liberdade de culto, o que é muito importante. Contudo, a nível de liberdade política e de pluralidade, não avançaram nem um centímetro. Continua a existir, repetidamente, facto que lamento muitíssimo, repressão e detenções de militantes e defensores dos direitos humanos, e nós intervimos muitas vezes, durante estes últimos anos, pela libertação dos seus prisioneiros políticos.

Por duas vezes, conseguimos a sua libertação. Mas ainda continuam nas prisões sírias pessoas como Al-Labwani, Al-Bunni e agora Al-Hassani. Assim, gostaria de dirigir uma mensagem à Síria: estamos aqui e estamos desejosos de retirar a Síria do isolamento para onde foi remetida num determinado momento.

Pensamos que é um actor importante na cena internacional e, nomeadamente, para a paz no Próximo Oriente. Mas, por favor, para a sua própria imagem, e penso que é suficientemente forte para admitir a pluralidade política e os defensores dos direitos humanos no seu país, por favor, libertem os prisioneiros políticos, respeitem a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, como já foi dito.

É do interesse da Síria e é do interesse da paz no mundo, e nomeadamente no Médio Oriente.

Renate Weber, autora. – (EN) Senhor Presidente, Muhannad Al Hassani é mais um defensor dos direitos humanos arbitrariamente detido pelas autoridades sírias. Trata-se de mais um preso político sírio cuja única culpa foi o desejo de defender o direito que assiste aos cidadãos a expressarem-se livremente, a participar em actividades políticas e a ter um julgamento justo.

Muhannad Al Hassani foi proibido de viajar por mais de cinco anos. As suas comunicações telefónicas e e-mails ligados ao seu trabalho estiveram sob constante vigilância por parte das forças de segurança sírias. Após enfrentar, durante semanas, crescentes hostilidades pelo seu papel no acompanhamento das práticas do Supremo Tribunal de Segurança do Estado da Síria, acabou por ser detido pelas forças de segurança do estado sírio e, mais tarde, acusado de várias infracções penais, todas elas associadas ao direito de liberdade de expressão.

No que toca ao tema da detenção arbitrária, não esqueçamos Kamal al-Labwani, um notável defensor dos direitos humanos, que foi condenado a 12 anos de prisão pelo que o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenções Arbitrárias considerou ser "uma expressão pacífica das suas opiniões políticas".

O Governo da Síria tem de libertar Al Hassani, al-Labwani e outros presos políticos imediata e incondicionalmente, bem como garantir a sua integridade física e psicológica em todas as circunstâncias. As autoridades sírias têm de pôr um ponto final a todas as formas de hostilidade contra os defensores dos direitos humanos e activistas da sociedade civil, conforme o disposto na Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores de Direitos Humanos de 1998.

Charles Tannock, autor. – (EN) Senhor Presidente, a Síria é um país relevante do Médio Oriente e desempenha um papel fundamental na redução da capacidade do Irão para apoiar acções terroristas, através do Hezbollah

e do Hamas que actuam em seu nome contra Israel. A Síria tem igualmente o hábito de fomentar a agitação no Líbano, cuja soberania a Síria não vê ainda com bons olhos, considerando-o dentro da sua esfera de influência.

Este país é também um regime secular. Na realidade, continua a ser o único vestígio actualmente do então poderoso partido Baath que controlava também o Iraque, pelo que, questões como os direitos das mulheres registam progressos. Porém, em termos globais, continua a ser uma ditadura brutal de um único partido.

A detenção de Muhannad Al Hassani como líder dos defensores dos direitos humanos é alarmante. Se a Síria quer de facto apoiar um Acordo de Associação UE-Síria, deverá então libertar Al Hassani imediatamente e pôr cobro à perseguição aos defensores dos direitos humanos como Al Hassani.

Eija-Riitta Korhola, autora. – (FI) Senhor Presidente, congratulo-me por termos tido a coragem de chamar a atenção para a situação dos direitos do Homem na Síria nesta altura. Neste momento, está a ser limado um acordo de associação UE-Síria no quadro da cooperação mediterrânica. Uma vez que um dos pilares fundamentais da cooperação consiste, precisamente, na promoção dos direitos do Homem e da democracia, penso que a UE devia exigir, de forma mais enérgica, melhorias neste domínio.

Não basta focalizar a cooperação na melhoria da situação económica. Como é sabido, o importante advogado sírio em matéria de direitos do Homem, Muhannad Al Hassani, foi detido no fim de Julho sem qualquer julgamento válido, sob a acusação de debilitar os sentimentos nacionais e disseminar falsas notícias. Não é o primeiro caso deste género. Em 2007, houve intervenções, aqui no Parlamento, a propósito de um caso semelhante. Kamal Abwani, cuja causa então defendemos, continua na cadeia, mesmo depois de, em Março, a equipa de investigação das Nações Unidas ter chegado à conclusão de que se tinha tratado de uma detenção arbitrária.

A Síria tem ainda um caminho muito longo a percorrer em matéria de liberdade de expressão e de associação. O trabalho das ONG no país é problemático e, por via disso, quase inexistente. Será deveras lamentável se nós, na UE, não tivermos coragem para estabelecer critérios claros para uma base de cooperação com a Síria. A meu ver, pesa sobre nós a obrigação de exigirmos a libertação dos prisioneiros políticos e o respeito pelos acordos internacionais em matéria de direitos do Homem antes de se avançar com o acordo de associação UE-Síria.

Os direitos do Homem no mundo não são um mero conjunto de ilhas isoladas: são um tecido no qual tudo tem impacto em tudo. Se tolerarmos e fecharmos os olhos à sua violação, em breve, serão os nossos próprios direitos que estarão em xeque. Temos o importante dever de alimentá-los e de garantir a sua aplicação, quando e onde quer que seja. Só assim garantiremos a dignidade da vida humana.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg, em nome do Grupo S&D. – (PL) Em Julho, Muhannad Al Hassani, um dos mais proeminentes activistas sírios pelos direitos humanos, foi detido. Durante um julgamento realizado à porta fechada, ao qual foi negado o acesso dos advogados, foi acusado de falta de sentimentos nacionais e da disseminação de informação falsa. Tinha previamente sido interrogado por diversas ocasiões devido às suas actividades no domínio dos direitos humanos e aos seus esforços para defender as pessoas detidas por motivos políticos. Foi-lhe igualmente negado o direito a sair do país. Muhannad Al Hassani envolveu-se na monitorização dos processos do Supremo Tribunal, visto que, segundo a organização Human Rights Watch, as condições em que esses processos têm lugar não cumprem as normas internacionais.

Preocupa-nos o facto de os activistas pelos direitos humanos estarem a ser reprimidos na Síria, especialmente tendo em conta a ausência de progressos por parte das autoridades sírias em matéria de direitos humanos. Cumpre-nos insistir para que a Síria respeite a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.

Tendo em conta os laços políticos, económicos e culturais existentes entre a Síria e a União Europeia, bem como o papel significativo deste país para a promoção da estabilidade no Médio Oriente, estou certa de que a Síria pode fazer progressos neste domínio, contribuindo também, desse modo, para a democratização de toda a região.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, esta proposta de resolução está absolutamente correcta na sua essência, pois é, evidentemente, nosso dever, tendo em vista particularmente o projectado acordo de associação, afirmar as nossas opiniões com clareza, incluindo no que respeita à protecção da família, dos parentes e dos companheiros de luta de Muhannad Al Hassani e também insistir nas exigências do Artigo 2 do acordo, nomeadamente porque nós, Europeus, sabemos, pelas experiências dolorosas do nosso passado,

o que significa os direitos humanos serem espezinhados. Foi apenas há duas décadas que um regime comunista terrorista se desmoronou na Europa Central e do Sudeste.

Porém, a este respeito, quero chamar a atenção de que não devemos fazer vista grossa se, na Turquia, que está na mesma área da Síria, os direitos humanos não forem respeitados como deveriam. Isto é ainda mais importante quando sabemos que a Turquia é candidata à adesão à UE e manifesta significativas deficiências nos domínios da administração da justiça, sistema penal, protecção das minorias e liberdade religiosa, ainda que um relatório tendencioso de uma comissão supostamente independente, o relatório Ahtisaari, transmita uma impressão diferente.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Senhor Presidente, considero que devíamos, evidentemente, ser muito críticos da situação de direitos humanos na Síria. Trata-se de uma ditadura e de um estado policial. Muhannad Al Hassani tem de ser libertado.

Todavia, temos de tomar nota do facto de o presidente Assad – que se está a tornar mais aberto e a abrir o seu país –, bem como o pai, enquanto alevitas, têm, por exemplo, apoiado a coexistência de muçulmanos e cristãos, de tal modo que um destacado cristão sírio, o cardeal Daud, me disse que os cristãos na Síria se sentem mais seguros do que no Iraque, que está protegido por tropas ocidentais.

Por consequência, devemos ser criteriosos nas nossas relações com a Síria, denunciar as violações dos direitos humanos e não ceder, mas não deixar de apoiar o país no seu caminho de reaproximação e abertura. É claro que temos de ser críticos, mas também é preciso reconhecer que há aqui o começo de qualquer coisa que devemos estimular.

Meglana Kuneva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a Comissão partilha das preocupações do Parlamento Europeu com respeito à situação dos direitos humanos na Síria. Segundo a nossa avaliação, a situação deteriorou-se nos últimos meses, registando mais detenções arbitrárias, actos de hostilidades contra os defensores dos direitos humanos e proibições de viajar.

A detenção, em 28 de Agosto, de Muhannad Al Hassani – um eminente advogado defensor dos direitos humanos e presidente da Organização Síria dos Direitos Humanos e também membro da *Damascus Bar Association* (Associação de juristas) há 15 anos – é o mais recente exemplo. Al Hassani é um defensor dos direitos humanos e é aceitável suspeitar que a sua detenção assente em motivos políticos.

A UE já expressou também as suas preocupações junto das autoridades sírias. A Síria tem de cumprir os seus compromissos internacionais, especificamente a Declaração Universal dos Direitos do Homem e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, do qual a Síria é um Estado Parte. A Comissão, através da sua delegação em Damasco, em conjunto com as embaixadas dos Estados-Membros, tem vindo a debater a forma mais eficaz e eficiente de actuar em defesa dos defensores dos direitos humanos. Obviamente que temos de continuar a bater-nos pela protecção dos defensores dos direitos humanos e de garantir a observação dos julgamentos no Supremo Tribunal de Segurança do Estado. Cumpre-nos apoiar a sociedade civil através dos nossos instrumentos, tais como actores não estatais e rubricas orçamentais afectadas ao Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos, bem como dar apoio moral às famílias.

Apesar de importantes, estas acções são, no entanto, insuficientes. Consideramos que a UE teria uma maior ascendência sobre a Síria se o Acordo de Associação fosse assinado. Regozijo-me com o facto de a Presidência considerar a sua assinatura nas próximas semanas. Com este acordo, estabeleceremos um diálogo regular favorável ao bom encaminhamento destas questões e à consecução de melhores resultados.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no final dos debates.

10. Período de votação

Presidente. - Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

10.1. Assassinatos de defensores dos direitos do Homem na Rússia (votação)

- Depois da votação:

Zuzana Roithová (PPE). – (CS) Senhor Presidente, peço muita desculpa, gostaria apenas que ficasse registado que, por engano, votei a partir de um outro lugar. O meu lugar é o 107 e votei a partir do lugar 67, por outras palavras, com o cartão de um outro deputado. Fora isso, sou a favor. Sentei-me, simplesmente, por engano, no lugar de um outro deputado que tem um cartão inserido e votei com o seu cartão, o que é contra o Regimento; portanto, peço que fique registado que sou a favor da proposta e que o voto do meu colega é inválido.

Presidente. - Obrigado. Assim será registado em Acta.

10.2. Cazaquistão: o caso de Evgeniy Zhovtis (votação)

10.3. Síria: o caso de Muhannad Al Hassani (votação)

11. Correções e intenções de voto: ver Acta

12. Composição das comissões e delegações : Ver Acta

13. Decisões sobre determinados documentos: ver acta

14. Transferências de dotações: ver Acta

15. Entrega de documentos: ver Acta

16. Transmissão dos textos aprovados durante a presente sessão: ver Acta

17. Calendário das próximas sessões: ver Acta

18. Interrupção da Sessão

Presidente. - Dou por interrompida a sessão do Parlamento Europeu.

(A sessão é suspensa às 16H45)

ANEXO (Respostas escritas)

PERGUNTAS AO CONSELHO (Estas respostas são da exclusiva responsabilidade da Presidência em exercício do Conselho da União Europeia)

Pergunta nº 10 de Pat the Cope Gallagher (H-0282/09)

Assunto: Promover a paz no Médio Oriente

Poderá o Conselho fazer uma declaração quanto às iniciativas que está a tomar para promover a paz e a reconciliação entre os povos da Palestina e de Israel?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

Tal como se declara nas conclusões da Presidência da reunião do Conselho Europeu de Junho de 2009, o Processo de Paz no Médio Oriente continua a ser da máxima prioridade para a União Europeia em 2009. A mesma reunião subscreveu também as conclusões aprovadas pelo Conselho "Relações Externas" na sua reunião de 15 de Junho de 2009.

O Conselho continua empenhado numa solução assente na coexistência de dois Estados, com um Estado Palestino independente, democrático, contíguo e viável, que inclua a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, vivendo lado a lado em paz e segurança com o Estado de Israel. Este é um passo indispensável na via de um Médio Oriente mais estável e pacífico.

Congratulamo-nos profundamente com o empenho do Administrador norte-americano em encontrar uma solução assente na coexistência de dois Estados e estamos dispostos a colaborar activamente com os Estados Unidos e outros membros do Quarteto para atingir este objectivo.

A UE está igualmente disposta a prosseguir empenhadamente os convénios estabelecidos na fase pós-conflito, destinados a assegurar a sustentabilidade dos acordos de paz, inclusive através de convénios regionais como a Política Europeia de Vizinhança e a União para o Mediterrâneo. Estamos dispostos, nomeadamente, a continuar a desenvolver as nossas relações com a Autoridade Palestiniana no quadro da Política Europeia de Vizinhança. Daremos o nosso contributo para promover a construção do Estado Palestino e prosseguiremos a nossa colaboração para que se registem novas melhorias no restabelecimento da ordem pública, continuando a concentrar a nossa acção no apoio às áreas da polícia civil e da justiça.

Uma resolução integral do conflito israelo-árabe exige uma abordagem regional que abranja as dimensões política, económica e da segurança. Através dos seus numerosos acordos com parceiros da região, a UE encontra-se numa posição única para desenvolver a sua acção em questões fundamentais no âmbito do desenvolvimento regional. À luz da evolução dos acontecimentos no terreno, procederemos a uma avaliação cuidada do modo como as nossas políticas e os nossos programas podem promover resultados concretos a breve prazo com vista a uma resolução integral do conflito.

*

* *

Pergunta nº 11 de Georgios Toussas (H-0284/09)

Assunto: Prossecução da política criminosa contra o povo palestino

A guerra bárbara recentemente lançada por Israel contra o povo palestino, a expansão dos colonatos, o "muro da vergonha" que separa Jerusalém Oriental da Cisjordânia e a prossecução do embargo assassino na Faixa de Gaza agravam as condições de vida já difíceis do povo palestino. Com a sua política visando construir um "novo Médio Oriente", a União Europeia e os Estados Unidos propiciam uma cobertura à barbárie israelita. É inaceitável que a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), que apenas luta pelos direitos do povo palestino, tenha sido inscrita, com base em alegações falsas e destituídas de fundamento, na lista das organizações ditas "terroristas".

Condena o Conselho o muro da vergonha, os colonatos israelitas nos territórios palestinianos e a prossecução do embargo na Faixa de Gaza? Reconhece o direito alienável do povo palestiniano a criar, nos territórios de 1967, um Estado palestiniano independente e unificado, cuja capital seria Jerusalém Oriental e que seria soberano no seu território e no interior das suas fronteiras? Pensa retirar da lista das organizações ditas terroristas a Frente Popular de Libertação da Palestina e suprimir esta lista no seu conjunto?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

Em resposta à pergunta do senhor deputado do Parlamento Europeu, o Conselho gostaria de recordar as suas declarações formais no sentido de que, reconhecendo embora o direito de Israel a proteger os seus cidadãos, a construção do muro no território palestiniano ocupado constitui uma infracção do direito internacional.

O Conselho exortou também o Governo de Israel a cessar de imediato as actividades dos colonatos, inclusivamente em Jerusalém Oriental, e bem assim o seu crescimento natural, e a dismantlar todos os postos avançados construídos desde Março de 2001. Reitera que os colonatos são ilegais nos termos do direito internacional e constituem um obstáculo à paz. Também em conformidade com o Roteiro, Israel tem por obrigação pôr termo a toda a actividade associada aos colonatos, incluindo o crescimento natural dos colonatos já existentes, e dismantlar todos os postos avançados construídos desde Março de 2001.

O Conselho manifestou também a sua preocupação devido à situação existente em Gaza e exigiu repetidamente o acesso imediato e incondicional para a ajuda humanitária, bens comerciais e pessoas entrarem em Gaza e de lá saírem, sem o que não será possível a livre prestação da ajuda humanitária, a reconstrução e o relançamento da economia.

O Conselho gostaria igualmente de garantir ao senhor deputado do Parlamento Europeu o seu empenho inabalável numa solução assente na existência de dois Estados, com um Estado Palestino independente, democrático, contíguo e viável vivendo em paz e segurança lado a lado com Israel. A UE não reconhecerá quaisquer modificações das fronteiras existentes antes de 1967 para além das que foram acordadas por ambas as partes. Na realidade, uma solução do conflito israelo-palestiniano assente na existência de dois Estados e uma paz generalizada no Médio Oriente são um dos objectivos centrais da política externa e de segurança comum da União Europeia.

A elaboração de uma lista de organizações terroristas é uma de várias medidas adoptadas pela União Europeia para aplicar a Resolução 1373 de 2001 do Conselho de Segurança da ONU como parte de uma ampla estratégia internacional de luta contra o terrorismo e, em especial, contra o financiamento do terrorismo.

A inclusão da Frente Popular de Libertação da Palestina assenta em critérios objectivos. Tal como acontece com todas as pessoas, grupos e entidades incluídos nessa lista, é dado conhecimento à FPLP das razões para a sua inclusão.

O Conselho revê periodicamente a lista, pelo menos semestralmente. À data da última revisão, o Conselho considerou que os motivos da inclusão da FPLP continuavam a ser válidos, razão pela qual decidiu manter o grupo na lista que foi aprovada em 15 de Junho.

*
* *

Pergunta nº 12 de Jim Higgins (H-0286/09)

Assunto: Inquietação em relação ao Irão e ao Iraque

Está o Conselho preocupado pelo facto de as forças policiais iraquianas terem invadido o campo de Ashraf e terem sido mortos um certo número de refugiados e muitos feridos, 36 se encontrarem sob mandato de prisão ou em greve da fome e as autoridades iraquianas terem ignorado as ordens do tribunal com vista à sua libertação? Considera o Conselho que as recentes eleições no Irão decorreram de forma transparente e democrática? Considera o Conselho que deviam ter lugar novas eleições supervisionadas conjuntamente pelas Nações Unidas e pela União Europeia e que, caso a realização de eleições desta natureza seja rejeitada, deviam ser impostas sanções?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

O Conselho acompanha com grande atenção a evolução dos acontecimentos no Iraque e aproveita todas as oportunidades que surgem nos nossos contactos com as autoridades daquele país para sublinhar a importância do respeito pelos direitos humanos.

O Conselho discutiu os recentes acontecimentos relacionado com as eleições presidenciais no Irão, tendo registado os resultados anunciados pela Comissão Eleitoral iraniana e também as preocupações relativas à condução das eleições que foram manifestadas por vários candidatos. Este é um assunto de que as autoridades iranianas têm de se ocupar e devem investigar.

O Conselho manifestou estar seriamente preocupado com a violência nas ruas e o uso excessivo da força contra manifestantes pacíficos. É essencial que as aspirações do povo iraniano sejam concretizadas por meios pacíficos e que a liberdade de expressão seja respeitada.

*
* *

Pergunta nº 13 de Athanasios Pafilis (H-0287/09)**Assunto: Criminalização da ideologia comunista na Lituânia**

Em 9 de Junho, o Parlamento lituano adoptou inicialmente alterações ao Código Penal, que sancionam com uma pena que pode ir até três anos de prisão a propaganda, a negação ou a justificação do genocídio cometido durante os regimes comunista e fascista e a difamação pública dos membros do movimento de luta em prol da liberdade da Lituânia que combateram a ocupação soviética entre 1944 e 1953. Estas disposições visam, através de medidas penais, falsear a História e equiparar o comunismo ao fascismo, em detrimento da verdade histórica. As mesmas disposições obrigam ao reconhecimento dos fascistas que colaboraram com os nazis e que são responsáveis por crimes contra a Humanidade. Criminalizam a ideologia comunista e proíbem e penalizam a liberdade de expressão e toda e qualquer visão divergente da história.

Qual a posição do Conselho em relação à reabilitação - em particular através da imposição de medidas penais contra dissidentes - do fascismo e nazismo, à proibição da liberdade de expressão e à criminalização da ideologia comunista em alguns Estados-Membros da UE, nomeadamente nos Estados Bálticos, nos quais os partidos comunistas são proibidos e os seus membros e outros antifascistas democratas são perseguidos?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

No que respeita ao acto legislativo referido pelo senhor deputado, o Conselho não tomou posição, nem a questão aqui colocada é abordada em qualquer instrumento jurídico adoptado pelo Conselho, uma vez que a mesma se inscreve no âmbito da competência nacional dos Estados-Membros.

Neste contexto, porém, gostaria de referir o primeiro Dia de Recordação das Vítimas de regimes totalitários e autoritários, em que tive a honra de estar presente, no dia 23 de Agosto deste ano. Essa comemoração realizou-se em toda a Europa na sequência de uma iniciativa do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa, a fim de prestar homenagem aos milhões de pessoas que morreram em nome do nazismo e do comunismo.

O Dia de Recordação é também uma excelente ocasião para homenagear todas as pessoas corajosas que continuam a arriscar a vida na luta contra a ditadura e a opressão, em defesa da liberdade e da democracia, aqui bem perto de nós e noutras partes do mundo.

Os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito são valores fundamentais para a União Europeia e para os seus Estados-Membros. Neste contexto, gostaria de referir o trabalho impressionante realizado pelo Parlamento Europeu no apoio a movimentos de defesa da democracia e a defensores dos direitos humanos em países totalitários de todo o mundo.

Tendo em conta o empenhamento da União nos valores que partilhamos, escusado será dizer que é de esperar que qualquer legislação adoptada por Estados-Membros seja conforme tanto ao direito primário como ao direito derivado da União e da Comunidade e bem assim à Carta dos Direitos Fundamentais.

*
* *

Pergunta nº 14 de Tadeusz Zwiefka (H-0290/09)

Assunto: Resultados da segunda reunião do subcomité UE-Egipto sobre "Questões Políticas: Direitos Humanos e Democracia - Questões Internacionais e Regionais" de 7-8 Julho de 2009 relativamente ao canal "Al-Manar TV"

A emissão do canal terrorista, proibido "Al-Manar TV" para a Europa pelo operador de satélite egípcio Nilesat continua a violar directamente o Plano de Acção UE-Egipto e constitui uma ameaça de radicalização para a segurança europeia. Na sua resposta à pergunta H-0011/09, a Comissão indica que o subcomité UE-Egipto sobre questões políticas é o "mecanismo adequado" para suscitar a questão da emissão da "Al-Manar TV" pelo Nilesat. O Conselho inscreveu a questão da emissão da "Al-Manar TV" pelo Nilesat na ordem do dia da segunda reunião do subcomité UE-Egipto sobre "Questões Políticas: Direitos Humanos e Democracia - Questões Internacionais e Regionais" de 7-8 Julho de 2009? O Conselho pode descrever os compromissos assumidos pelo Egipto para parar a emissão da "Al-Manar TV" no Nilesat?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

Agradeço ao senhor deputado a sua pergunta acerca do prestador egípcio de serviços por satélite Nilesat, cujas emissões do canal de televisão libanês "Al-Manar TV" chegam ao território da União Europeia. O Conselho compreende a preocupação do senhor deputado pelo facto de alguns dos materiais transmitidos pela estação referida poderem ser considerados equivalentes ao incitamento ao ódio.

O diálogo é o melhor método que existe para se conseguir melhorar de forma duradoura questões relacionadas com xenofobia, intolerância e ódio sectário. É por isso animador constatar que mais de 80 países, entre os quais o Egipto, o Líbano, os Estados do Golfo e a maior parte dos Estados-Membros da UE, aderiram à Aliança das Civilizações das Nações Unidas, cuja principal missão é impedir conflitos devidos a preconceitos e incompreensões culturais ou religiosas. Vários programas da Aliança das Civilizações da ONU incidem sobre literacia e ética dos meios de comunicação social.

Deste modo, o Conselho considera que o diálogo com o Egipto é a forma mais eficaz de incentivar o Governo egípcio a progredir no domínio dos direitos humanos. O diálogo concretiza-se por intermédio da estrutura institucional de subcomissões e do diálogo político e proporciona uma oportunidade para troca de opiniões sobre uma diversidade de questões.

O Conselho já tinha tratado das preocupações específicas colocadas pelo senhor deputado na sua declaração relativa ao 5º Conselho de associação UE-Egipto, em que afirmou que a UE incentiva o Egipto a prosseguir os seus esforços destinados a combater a discriminação em todos os domínios e a promover a tolerância em matérias relacionadas com cultura, religião e crenças e minorias. Neste contexto, a UE está preocupada com o conteúdo discriminatório de algumas das transmissões do canal televisivo Al-Manar distribuídas pelo satélite egípcio Nilesat. A UE condena qualquer defesa de manifestações de ódio nacional, racial ou religioso que constitua um incitamento à discriminação, hostilidade ou violência.

Na Subcomissão dos Assuntos Políticos UE-Egipto, cuja segunda reunião decorreu no Cairo em 7 e 8 de Julho de 2009, a questão das transmissões do canal "Al-Manar TV" foi levantada por parte da UE no quadro das questões relacionadas com a luta contra o racismo, a xenofobia e a intolerância, incluindo o compromisso constante do Plano de Acção conjunto UE-Egipto de reforçar o papel dos meios de comunicação social na luta contra a xenofobia e a discriminação em razão da crença religiosa ou da cultura e de incentivar os meios de comunicação social a assumirem as suas responsabilidades e este respeito.

O Egipto absteve-se de responder com base no facto de o Al-Manar constituir um caso individual, não tendo assumido também o compromisso de tratar do caso. A reacção do Egipto não deve, porém, impedir-nos de prosseguir o diálogo. O senhor deputado pode ficar tranquilo, pois o Conselho continuará a acompanhar

atentamente esta questão e está disposto a abordá-la noutra ocasião no âmbito do diálogo político que a UE mantém regularmente com o Egipto.

*
* *

Pergunta nº 15 de Ryszard Czarnecki (H-0292/09)

Assunto: Situação no Paquistão

No momento actual, o poder político no Paquistão é oficialmente exercido por um governo de carácter civil. Entende o Conselho que esse poder civil controla plenamente a situação no país, ou entende que, à semelhança do que aconteceu no passado, o verdadeiro poder político está nas mãos do exército paquistanês?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

As eleições gerais de Fevereiro de 2008 trouxeram a democracia de volta ao Paquistão. O Conselho reconhece que isso constitui um importante progresso para este país. O reforço da democracia e da estabilidade continua a ser o principal objectivo da UE na sua cooperação com o Paquistão.

Escusado será dizer que o controlo das forças armadas pelo governo civil constitui um pré-requisito para o funcionamento da democracia no Paquistão. Os governos eleitos devem exercer sempre o controlo sobre o aparelho militar em condições de total transparência. Este é um fundamento da política da União.

O processo de democratização no Paquistão encontra-se ainda numa fase inicial. A UE, juntamente com o resto da comunidade internacional, tem de continuar a apoiar o governo nos seus esforços com vista ao reforço das instituições e das estruturas democráticas. A primeira Cimeira UE-Paquistão, realizada em 17 de Junho de 2009, representou um passo importante na construção de uma parceria mais forte entre a União Europeia e o Paquistão para apoiar o poder civil e democrático naquele país. A UE vai fazer uso do seu diálogo estratégico com o Paquistão para continuar a promover este objectivo.

*
* *

Pergunta nº 16 de Hans-Peter Martin (H-0295/09)

Assunto: Iniciativas da Presidência sueca do Conselho em prol da transparência

Na Decisão do Conselho, de 15 de Setembro de 2006, que adopta o Regulamento Interno do Conselho (JO L 285 de 16.10.2006, p. 47), o Conselho Europeu declara ser importante que os cidadãos “possam adquirir uma visão em primeira mão das suas actividades, nomeadamente através de uma maior abertura e transparência” e “em especial quando delibera sobre actos legislativos no âmbito do processo de co-decisão”.

De acordo com a análise das ordens do dia das reuniões dos Conselhos de Ministros, a apreciação pública de pontos da ordem do dia diminui em todos os Conselhos de Ministros entre 2007 e 2008 (exceptuando os Conselhos “Educação, Juventude e Cultura e “Agricultura e Pescas”). Em 2008, no Conselho “Ambiente”, apenas 4 de 33 pontos da ordem do dia foram tratados publicamente, o que corresponde a um decréscimo de dois dígitos em relação a 2007. No tão importante Conselho “Assuntos Gerais e Relações Externas”, apenas um de 130 pontos da ordem do dia foi tratado publicamente em 2008.

Em que domínios prevê a Presidência sueca iniciativas concretas para finalmente dar expressão concreta à Decisão do Conselho de 15 de Setembro de 2006 e à famosa tradição sueca de transparência?

Advoga a Presidência sueca igualmente que as reuniões do Conselho Europeu, incluindo os almoços de trabalho habituais no Conselho, sejam finalmente abertas ao público?

Que iniciativas concretas adoptará a Presidência sueca para que, nas reuniões do Conselho, os pontos da ordem do dia sejam tratados publicamente?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

A Presidência gostaria de recordar que a modificação do artigo 8.º do Regulamento Interno do Conselho, a que a pergunta do senhor deputado faz referência, veio aumentar consideravelmente o número de deliberações públicas e de debates públicos nos últimos três anos, em comparação com o anterior período de quatro anos durante o qual o acesso ao processo decisório do Conselho se regia pelos princípios estabelecidos pelo Conselho Europeu de Sevilha (o chamado "regime de Sevilha").

Deste modo, desde 1 de Julho de 2006, foram tratados a nível ministerial em sessões do Conselho abertas ao público um total de 788 assuntos. Esse aumento foi particularmente significativo no que se refere ao número de itens legislativos da categoria "B": ao todo, o número de itens legislativos "B" analisados em público pelo Conselho desde 1 de Julho de 2006 duplicou em comparação com o período decorrido entre Julho de 2002 e Junho de 2006. Além disso, realizou-se um total de 128 debates públicos, incluindo 118 debates sobre questões importantes que afectam os interesses da União Europeia e dos seus cidadãos entre Julho de 2006 e Junho de 2009, ao passo que durante o período anterior apenas se realizaram 33 debates desse tipo.

Dito isto, a Presidência gostaria de recordar que o número de assuntos inscritos na agenda do Conselho para deliberação pública ou debate público poderá variar de um ano para o outro, dependendo nomeadamente do número de assuntos em procedimento de co-decisão a ser analisados e/ou adoptados pelo Conselho num determinado ano.

Assim, em 2007, foi inscrito na agenda do Conselho para deliberação pública um total de 153 assuntos em procedimento de co-decisão, ao passo que o número correspondente para 2008 foi de 229. Em 2009, o Conselho tratou até agora em público de 148 assuntos em procedimento de co-decisão.

O número de debates públicos realizados nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento Interno do Conselho também pode variar, dependendo do número de questões identificadas por cada Presidência como adequadas para debate público.

No que respeita aos trabalhos do Conselho Europeu, deve recordar-se que as regras de transparência não são aplicáveis ao Conselho Europeu.

A Presidência sueca partilha da opinião do senhor deputado sobre a importância de haver maior transparência no trabalho da União. Esta é uma parte importantíssima do trabalho destinado a aumentar a confiança dos cidadãos na UE e nas nossas instituições comuns.

Pela sua parte, a Presidência tenciona pôr totalmente em vigor as disposições pertinentes em matéria de transparência, definidas nos n.ºs 1 a 4 do artigo 8.º do Regulamento Interno do Conselho. Em princípio, todas as deliberações sobre actos legislativos a adoptar em conformidade com o processo de co-decisão serão abertas ao público, de acordo com o disposto no Regulamento Interno do Conselho.

Paralelamente a isso, o Conselho prosseguirá os esforços empreendidos desde Julho de 2006 com vista a continuar a melhorar a qualidade da transmissão na Internet das sessões públicas do Conselho. Este serviço, que é periodicamente actualizado e ampliado, oferece acesso em directo e a pedido a debates e deliberações públicos, bem como a outros eventos públicos.

Em termos qualitativos, a transmissão de vídeo do Conselho visa assegurar que os utilizadores tenham acesso fácil e significativo aos debates em que estão interessados.

Além do mais, desde a criação do EBS (Europa por Satélite) Plus em finais de 2008, há agora mais espaço disponível para retransmissão das deliberações e dos debates públicos do Conselho.

O Tratado de Lisboa concentra agora mais a atenção na questão da abertura e da transparência, o que, segundo se espera, contribuirá para que tanto o Conselho como outras instituições avancem no seu trabalho em prol de mais transparência. Além disso, se, e quando, o Tratado de Lisboa entrar em vigor, as reuniões do Conselho serão sistematicamente abertas ao público quando estiver em apreço um projecto de acto legislativo ou aquando da votação de um projecto desse tipo, independentemente do procedimento legislativo aplicável.

*

* *

Pergunta nº 17 de Czesław Adam Siekierski (H-0298/09)**Assunto: Programa de distribuição de alimentos para os cidadãos mais necessitados da Comunidade**

Em Março deste ano, o Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre o apoio especial aos cidadãos mais necessitados da Comunidade, que prevê um programa de distribuição gratuita de alimentos. Acreditei que a aprovação do referido parecer por uma esmagadora maioria no Parlamento convenceria a Presidência checa a retomar os debates e a encontrar um compromisso razoável no seio do Conselho. Infelizmente, minhas expectativas revelaram-se infundadas. Preocupa-me o facto de a Suécia, que actualmente preside ao Conselho, não ter feito qualquer menção no sentido de se retomar o projecto, apesar de nada a impedir. Será que o Conselho pretende retomar a discussão em torno deste programa, que se reveste de grande importância para milhões de cidadãos comunitários?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

Desde 1987, a legislação comunitária permite o fornecimento de alimentos das existências de intervenção a instituições de caridade para serem distribuídos aos cidadãos mais carenciados da Comunidade.

Em 2008, a Comissão apresentou uma proposta de revisão da legislação, que se tornou necessária devido ao aumento dos preços de certos alimentos e à diminuição das existências.

No semestre da Presidência francesa, o Conselho realizou um debate político sobre esta proposta, mas não foi possível assegurar uma maioria qualificada a favor da mesma.

Diversas delegações rejeitaram o próprio princípio do regime de auxílio, que insistiram ser matéria da competência de cada um dos Estados-Membros.

*
* *

Pergunta nº 18 de Silvia-Adriana Țicău (H-0300/09)**Assunto: Incentivo a uma economia eficaz no plano energético**

Entre as prioridades que a Presidência sueca da União Europeia inscreveu no programa do seu mandato, de Julho a Dezembro de 2009, figuram o relançamento da economia, o crescimento do emprego e a redução das emissões de gases com efeito de estufa, objectivos estes que têm implicações concretas na vida diária de todos os cidadãos europeus.

A melhoria da eficácia energética e o recurso às energias renováveis poderão conduzir, nos próximos anos, à criação de vários milhões de postos de trabalho e lançar as bases de um crescimento económico sustentável, conferindo uma posição de vantagem à União Europeia em matéria de concorrência. Tendo presentes estas perspectivas, pode a Presidência do Conselho indicar quais são as iniciativas concretas que pretende levar a cabo para incentivar os Estados-Membros a elaborarem medidas susceptíveis de estimular os investimentos na eficácia energética e na utilização de energias renováveis, e igualmente de molde a criar novos postos de trabalho, promover a inovação e garantir um desenvolvimento económico sustentável?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

A eficiência energética já foi identificada como prioridade para a política energética europeia no Plano de Acção da Política Energética que o Conselho Europeu adoptou em Março de 2007 e no qual foi estabelecido o objectivo da poupança de 20% de energia até 2020.

O Programa do Conselho para 18 meses adoptado em Junho de 2008 sublinha que as Presidências, respeitando a opção dos Estados-Membros em matéria de cabaz energético, envidarão esforços com vista a uma economia com baixos níveis de emissões de carbono que seja coerente com a sustentabilidade e tenha uma boa relação custo-eficácia, e que dê um contributo positivo para objectivos de crescimento mais amplos coerentes com

a Estratégia de Lisboa para o Crescimento e o Emprego. Na realidade, a eficiência energética não só exerce um impacto positivo na utilização dos recursos energéticos e na redução das emissões de gases com efeito de estufa como estimula simultaneamente, tal como afirma a senhora deputada ao Parlamento Europeu, evoluções tecnológicas inovadoras, podendo dessa forma reforçar a competitividade da indústria europeia e a criação de emprego. A eficiência energética é, pois, a pedra angular não apenas de uma economia eficiente não só em termos energéticos mas também em termos ecológicos, e contribuirá para que respondamos simultaneamente aos desafios das alterações climáticas, à degradação dos recursos, à crise económica global e à segurança dos aprovisionamentos.

Neste momento encontram-se em cima da mesa do Conselho e do Parlamento Europeu três propostas legislativas de co-decisão ligadas à eficiência energética:

- * a proposta de Directiva relativa à eficiência energética dos edifícios;
- * a proposta de Directiva relativa à rotulagem com a indicação do consumo de energia, e
- * a proposta de Regulamento relativo à eficiência dos pneus em termos de consumo de combustível.

Estas propostas constituem na verdade as principais prioridades para o Conselho neste semestre.

Uma vez aprovadas – o que esperamos que venha a acontecer, com a vossa ajuda, ainda este semestre –, os Estados-Membros poderão introduzir em bases próprias, e também a mais longo prazo, medidas concretas em matéria de eficiência energética nos edifícios e no sector da construção, bem como no vasto domínio dos produtos relacionados com a energia, tanto no sector público como no sector privado. Neste sentido, essas medidas fomentarão os investimentos em tecnologias inovadoras que os Estados-Membros podem apoiar por meio de diversos tipos de incentivos, tanto a nível nacional como a nível europeu.

A implementação de instrumentos de eficiência energética já adoptados a nível comunitário desencadeará também a criação de novos postos de trabalho. É o caso das directivas-quadro relativas à concepção ecológica (Ecodesign) e à rotulagem energética, nas quais estão em preparação importantes medidas de execução (relativas à iluminação, motores eléctricos, etc.).

É também o caso das energias renováveis, no âmbito das quais o Conselho e o Parlamento aprovaram, em 4 de Maio de 2009, a Directiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis.

No que respeita a incentivos, estão disponíveis instrumentos comunitários para financiar projectos no domínio da eficiência energética, como o Regulamento n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que foi revisto para afectar 8 mil milhões de euros a investimentos na eficiência energética e em energias renováveis nas habitações. No contexto do Plano de Relançamento da Economia Europeia, onde a ênfase recai sobre "investimentos inteligentes" através de propostas pormenorizadas para parcerias entre os sectores público e privado, serão utilizados financiamentos comunitários, do BEI e nacionais. Nesta perspectiva, o Conselho Europeu deu o seu apoio a uma intervenção acrescida do BEI, nomeadamente para pequenas e médias empresas, para energias renováveis e transportes limpos, bem como à simplificação de procedimentos e a uma aplicação mais rápida de programas financiados pelo Fundo de Coesão, pelos Fundos Estruturais e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural com vista a reforçar em especial o investimento em eficiência energética.

*
* *

Pergunta n.º 19 de Kinga Gál (H-0302/09)

Assunto: Livre circulação de representantes oficiais de um Estado-Membro

A União Europeia criou uma área de livre circulação dos cidadãos.

O Conselho entende que é lícito – seja por que motivo for – recusar a entrada de um representante oficial, como um Chefe de Estado, por exemplo, de um dado Estado-Membro no território de outro Estado-Membro?

Será que o Conselho não concorda que a recusa da entrada de um representante oficial de um Estado-Membro – nomeadamente um Chefe de Estado – no território de outro Estado-Membro com base na Directiva relativa à livre circulação dos cidadãos da UE ou em qualquer outro fundamento legal põe seriamente em causa os valores europeus?

Resposta

(EN) A presente resposta, que foi elaborada pela Presidência e não vincula o Conselho nem os seus membros, não foi apresentada oralmente durante o período de perguntas dirigidas ao Conselho no período de sessões do Parlamento Europeu de Setembro de 2009, em Estrasburgo.

Como a senhora deputada correctamente afirma, a livre circulação de pessoas é uma componente de base do mercado interno e da União enquanto espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Constitui um direito de todos os cidadãos da UE, consagrado pelo n.º 1 do artigo 18.º do Tratado CE, sujeito às limitações e condições estabelecidas neste Tratado e por medidas adoptadas para o pôr em vigor.

Decorre do Tratado CE e do artigo 27.º da Directiva 2004/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias no território dos Estados-Membros⁽⁶⁾ que quaisquer limitações a esse direito só podem justificar-se por razões de ordem pública, de segurança pública ou de saúde pública. A aplicação deste tipo de limitações está sujeita ao controlo do Tribunal de Justiça.

No que respeita ao aspecto específico referido pela senhora deputada relativo à circulação de Chefes de Estado, os acordos referentes às deslocações dessas entidades, atendendo às medidas específicas de segurança e salvaguarda necessárias, serão da exclusiva competência dos Estados-Membros interessados, não cabendo por isso ao Conselho emitir uma opinião. A questão nunca foi discutida pelo Conselho.

No entanto, a Presidência congratula-se com a reunião bilateral entre os Primeiros-Ministros da Hungria e da Eslováquia que se realizou em 10 de Setembro e considera que a declaração comum que foi publicada relativamente à reunião constitui um sinal positivo. Essa declaração parece fornecer uma boa base para uma solução que elimine as tensões bilaterais existentes entre os dois países.

*
* *

PERGUNTAS À COMISSÃO**Pergunta n.º 30 de Pat the Cope Gallagher (H-0283/09)****Assunto: Promoção de tecnologias mais ecológicas**

Que iniciativas estão a ser actualmente empreendidas pela UE para promover uma utilização reforçada de tecnologias mais modernas e mais ecológicas no intuito de se cumprirem os objectivos da União Europeia em matéria de alterações climáticas?

Resposta

(EN) Diversas iniciativas em matéria de políticas promovem o desenvolvimento e a utilização alargada de tecnologias mais limpas. Delas fazem parte as seguintes:

- O Plano de Acção para as Tecnologias Ambientais (ETAP) está implementado desde 2004, com acções que vão da incidência em Programas de Investigação e Desenvolvimento (I&D) até à revisão de orientações em matéria de Auxílios Estatais, passando pela criação de Plataformas de Tecnologia, a mobilização de instrumentos financeiros e concursos públicos. Antes do fim de 2009 será proposto um Livro Verde sobre o futuro do ETAP.

- O Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias Energéticas (Plano SET), adoptado em 2007 como parte do programa da UE sobre Alterações Climáticas e Energia, está especificamente direccionado para acelerar o desenvolvimento e a aceitação pelo mercado de tecnologias com baixo teor de carbono. Os instrumentos são Iniciativas Industriais Europeias em tecnologias como as das energias renováveis e da Captura e Armazenamento de Carbono (CAC), a Aliança Europeia para a Investigação no domínio da Energia e o aumento da cooperação internacional;

- A Iniciativa "Mercados-Piloto", também adoptada em 2007, visa aumentar o mercado para produtos e serviços inovadores em seis áreas prioritárias, incluindo a construção sustentável, energias renováveis e

⁽⁶⁾ JO L 158 de 30.4.2004, p.77.

reciclagem, com acções do lado da procura relacionadas com regulamentos, concursos públicos e normalização;

- O Plano de Acção para um Consumo e Produção Sustentáveis e uma Política Industrial Sustentável (SCP-SIP), adoptado em 2008, pretende igualmente promover a eco-inovação a fim de desenvolver produtos mais amigos do ambiente e processos de produção mais racionalizados. As metas voluntárias relativas a Contratos Públicos Ecológicos (50% até 2010) contribuirão para uma absorção acrescida das tecnologias ambientais e para a expansão das eco-indústrias.

Estas iniciativas políticas são igualmente apoiadas por instrumentos comunitários de financiamento, como o 7.º Programa-Quadro de I&D, o novo Programa de Competitividade e Inovação e os Fundos da Política de Coesão.

Calcula-se que cerca de um terço do orçamento do 7.º Programa-Quadro apoia projectos de investigação relativos a tecnologias limpas ou ambientais em todos os sectores. Esses investimentos promovem também a participação do sector privado, através de iniciativas tecnológicas conjuntas orientadas para objectivos específicos ou outras formas de Parcerias Público-Privadas.

O quadro comunitário sobre Auxílios Estatais na sua versão revista facilita o apoio financeiro dos Estados-Membros ao desenvolvimento e à aceitação pelo mercado de tecnologias mais limpas, utilizando disposições conexas contidas nas Orientações Comunitárias sobre Investigação, Desenvolvimento e Inovação, nas Orientações a Favor do Ambiente e na Isenção Geral por Categoria.

Além disso, a Directiva relativa ao Regime de Comércio de Licenças de Emissão na sua versão revista⁽⁷⁾ reserva 300 milhões em licenças de emissão para apoiar a CAC e energias renováveis inovadoras. O Plano de Relançamento da Economia Europeia inclui medidas claras para acelerar a transição para uma economia com baixo teor de carbono e baseada numa utilização eficiente dos recursos, incluindo quase 4 mil milhões de euros para projectos no domínio da energia.

*
* *

Pergunta nº 32 de Cristina Gutiérrez-Cortines (H-0297/09)

Assunto: Impacto dos parques eólicos sobre a biodiversidade, a paisagem e o território

Atendendo a que um dos princípios básicos na União Europeia é a política integrada em matéria de ambiente, parece lógico que o desenvolvimento das energias renováveis seja compatível com a conservação da biodiversidade, que deve abranger território, paisagem, solo, flora e fauna.

Pode a Comissão informar se estão a ser aplicados com rigor e carácter científico os critérios de impacto ambiental no que respeita a impacte dos parques eólicos na biodiversidade e muito particularmente as seus efeitos nas aves de rapina e noutros tipos de aves, bem como nas paisagens naturais, históricas e urbanas de elevada qualidade?

Caso a base legal seja insuficiente, tem a Comissão previsto completar a legislação existente a fim de garantir a compatibilidade dos parques eólicos com a conservação do meio natural e cultural?

Resposta

(EN) O desenvolvimento da energia eólica faz parte do compromisso da Comunidade Europeia de atingir uma quota-parte de 20% de energias renováveis no consumo geral de energia da UE até 2020. Este é um elemento fundamental da estratégia de luta contra as emissões de CO₂ no contexto das alterações climáticas que apoia outros objectivos da política energética e ambiental da União Europeia – por exemplo, em termos da redução da poluição atmosférica, da redução do consumo de água resultante da produção convencional de electricidade, da redução da dependência das importações de energia e do aumento da criação de postos de trabalho.

A Comissão está consciente, porém, da existência de riscos ambientais decorrentes da localização inadequada de parques eólicos. Os desenvolvimentos no domínio da energia eólica deverão concretizar-se de uma forma

(7) Directiva 2003/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro de 2003, relativa à criação de um regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa na Comunidade e que altera a Directiva 96/61/CE do Conselho (texto relevante para efeitos do EEE), JO L 275 de 25.10.2003.

sustentável e equilibrada que não cause danos significativos a áreas sensíveis importantes para a conservação da natureza: Zonas de Protecção Especial (ZPE) designadas ao abrigo da Directiva relativa às Aves⁽⁸⁾ e Sítios de Importância Comunitária (SIC) criados ao abrigo da Directiva Habitats⁽⁹⁾, que formam a rede Natura 2000.

Os parques eólicos também estão incluídos no Anexo II da Directiva relativa à Avaliação do Impacto Ambiental (AIA)⁽¹⁰⁾. Para projectos enumerados no Anexo II, os Estados-Membros devem determinar se é necessária uma avaliação do impacto ambiental, devendo ser levados em conta critérios como as características do projecto, a sua localização e as características do impacto potencial.

Quer isto dizer que é necessária uma AIA se os projectos em questão forem susceptíveis de exercer efeitos importantes no ambiente. A AIA deve ter em conta diferentes factores, tais como a fauna e a flora, mas também os seres humanos, o solo, a paisagem ou o património cultural.

Quaisquer novos projectos susceptíveis de afectar de forma deveras adversa sítios da rede Natura 2000 têm de ser submetidos a uma avaliação ambiental adequada nos termos do artigo 6.º da Directiva Habitats. A Comissão providenciou uma orientação interpretativa e metodológica geral sobre a aplicação desta disposição.

As disposições constantes da Directiva Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)⁽¹¹⁾ também se aplicam a planos públicos no domínio da energia eólica.

A Comissão considera que esta legislação ambiental é suficiente para avaliar de forma adequada os possíveis impactos dos projectos relativos a parques eólicos no ambiente natural e cultural.

O rigor e a qualidade destas avaliações do impacto ambiental são da responsabilidade dos promotores dos projectos, em primeiro lugar, e, em última análise, das autoridades ambientais competentes dos Estados-Membros.

A fim de os ajudar a de melhorar a execução, a Comissão está a elaborar orientações específicas sobre energia eólica e conservação da natureza.

*
* *

Pergunta n.º 33 de Marian Harkin (H-0260/09)

Assunto: Legislação ambiental

Dado que, ao longo dos últimos 30 anos, a Comissão Europeia adoptou uma série considerável e diversificada de medidas ambientais destinadas a melhorar a qualidade do ambiente, e dado que o ambiente poderá ser protegido se os Estados-Membros cumprirem devidamente os compromissos que assumiram a nível europeu, que medidas tenciona a Comissão tomar para que os Estados-Membros continuem a apoiar regimes agroambientais como o Rural Environment Protection Scheme (REPS) irlandês, que visa incentivar os agricultores a realizar as suas actividades agrícolas de forma ecológica e a melhorar o desempenho ambiental das explorações existentes? Neste contexto, considera a Comissão que as decisões no sentido de suspender o apoio aos novos participantes no REPS 4 da Irlanda são contrárias aos objectivos ambientais da UE?

Resposta

(EN) O ordenamento sustentável do território é um objectivo fulcral da política comunitária de desenvolvimento rural. Pelo menos 25% da contribuição total do financiamento do desenvolvimento rural serão atribuídos ao eixo 2 e o apoio agro-ambiental é uma medida fundamental neste contexto. Por isso a

(8) Directiva 79/409/CEE do Conselho, de 2 de Abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens, JO L 103 de 25.4.1979.

(9) Directiva 92/43/CEE do Conselho de 21 de Maio de 1992 relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, JO L 206 de 22.7.1992.

(10) Directiva 85/337/CEE do Conselho relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente, JO L 175 de 5.7.1985. Alterada pela Directiva 97/11/CE de 3 de Março de 1997 (JO L 73 de 14.3.1997) e pela Directiva 2003/35/CE de 26 de Maio de 2003 (JO L 156 de 25.6.2003).

(11) Directiva 2001/42/CE, de 27 de Junho de 2001, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, JO L 197 de 21.7.2001.

Irlanda, como todos os Estados-Membros, tem de continuar a apoiar a exploração agrícola respeitadora do ambiente e a melhoria do desempenho ambiental durante o período de programação de 2007-2013.

A Irlanda apresentou em Julho de 2009 uma proposta que modifica o seu programa de desenvolvimento rural. A Comissão compreende que embora o regime REPS seja encerrado, será substituído por um novo Regime de Opções Agro-ambientais. A Comissão está neste momento a examinar o regime proposto para ver se ele respeita tanto o Plano Estratégico Nacional irlandês como as prioridades da UE, e nos próximos meses comunicará à Irlanda as nossas conclusões.

*
* *

Pergunta nº 34 de Mairead McGuinness (H-0265/09)

Assunto: Referendo sobre o Tratado de Lisboa na Irlanda

Poderá a Comissão expor os motivos pelos quais considera que a Irlanda devia votar “sim” no próximo referendo sobre o Tratado de Lisboa, assim como as implicações de um segundo “não” para a Europa?

Resposta

(EN) A UE cresceu e tem neste momento 27 Estados-Membros e 500 milhões de cidadãos, muito embora a sua actual estruturação institucional fosse concebida para uma União de dimensões muito menores. A Comissão considera que o Tratado de Lisboa tornará a UE mais democrática, eficiente e transparente. Aumentará os poderes do Parlamento e reforçará o papel dos parlamentos nacionais. Dará mais voz aos cidadãos, permitindo-lhes solicitar à Comissão que apresente novas iniciativas políticas.

Em questões de política, o Tratado permitirá que a União, por exemplo, combata com mais eficácia a criminalidade transfronteiras, a imigração ilegal e o tráfico de mulheres e crianças. O Tratado conferirá também à União uma voz mais clara na cena internacional em questões como as alterações climáticas e a luta contra a pobreza a nível mundial.

Se for ratificado, o Tratado de Lisboa possibilitará que todos os Estados-Membros tenham um Comissário, implementando a decisão do Conselho Europeu como parte do conjunto mais lato de garantias juridicamente vinculativas destinadas a dar resposta às preocupações manifestadas no referendo irlandês de 2008.

*
* *

Pergunta nº 35 de Frank Vanhecke (H-0266/09)

Assunto: Regularização de ilegais na Bélgica

O governo belga decidiu há pouco iniciar em 15 de Setembro de 2009 um novo processo maciço de regularização de pessoas em situação ilegal - contrariando acordos europeus celebrados após processos de regularização realizados noutros países.

De facto, já é a segunda vez em poucos anos que a Bélgica procede a uma “única” regularização maciça.

A Comissão foi previamente informada desta intenção do governo belga?

A Comissão considera que desta forma a Bélgica viola os acordos europeus? E os outros Estados-Membros podem tomar medidas para recusar o acesso ao seu território às pessoas cuja situação for regularizada através deste processo?

Resposta

(FR) Em primeiro lugar, a Comissão gostaria de salientar que a questão das regularizações não é regulamentada pelo direito comunitário, mas é da competência jurisdicional dos Estados-Membros. Por consequência, poderão ser concedidas autorizações de residência a pessoas em situação ilegal por decisão dos Estados-Membros no âmbito da legislação nacional. Uma autorização de residência emitida por um Estado Schengen equivale a um visto e permite ao seu titular deslocar-se no espaço Schengen. Isto aplica-se igualmente a autorizações de residência emitidas em caso de regularização.

No entanto, do Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo faz parte o compromisso político de todos os Estados-Membros de fazerem uso apenas da regularização caso a caso, e não da regularização generalizada,

nos termos do direito nacional, por motivos humanitários ou económicos. De acordo com as informações disponíveis, o procedimento de regularização belga parece ser consentâneo com esta abordagem.

Tendo em conta o facto de as medidas relativas à migração adoptadas a nível nacional poderem eventualmente ter um impacto que ultrapassa as fronteiras nacionais, o Conselho criou em 2006 o mecanismo de informação mútua (MIM). Este mecanismo permite a partilha de informações sobre medidas nacionais (como sejam as regularizações) que são susceptíveis de exercer um impacto importante em vários Estados-Membros. É de registar que a aplicação do MIM na prática continua a ser uma desilusão, já que os Estados-Membros apenas o utilizam de forma muito limitada. Assim, de futuro, a Comissão integrará o MIM no processo anual de acompanhamento da aplicação do Pacto sobre a Imigração e o Asilo.

A Comissão acompanha atentamente a questão das regularizações. No início de 2009, publicou um estudo externo sobre práticas de regularização nos Estados-Membros, estudo esse que será útil para futuras deliberações desta Instituição. A comunicação sobre o Programa de Estocolmo refere, relativamente à questão das regularizações, a necessidade de melhorar a partilha de informações e a possibilidade de elaborar orientações.

*
* *

Pergunta nº 36 de Seán Kelly (H-0268/09)

Assunto: Programa de protecção do ambiente rural na Irlanda

Qual o montante dos recursos financeiros disponibilizados à Irlanda a título do programa de protecção do ambiente rural? Terá a Comissão recebido alguma comunicação do governo irlandês relativa aos seus planos de implementação do programa REPS 4?

Resposta

(EN) No início do período de programação 2007-2013, a Irlanda optou por afectar 2 mil milhões de euros ao regime REPS, quase metade do seu orçamento total para o programa. O co-financiamento da UE foi de 55%. Para além disso, o Governo irlandês disponibilizou ainda para o regime uma verba adicional de 414 milhões de euros retirados de fundos nacionais.

Em 15 de Julho, a Irlanda comunicou à Comissão a sua decisão de encerrar o regime REPS para novos participantes, apresentando como motivo para tal limitações orçamentais. Ao mesmo tempo, deu conta da sua intenção de substituir o REPS por um novo Regime de Opções Agro-ambientais. A Comissão está neste momento a examinar as modificações propostas e nos próximos meses comunicará à Irlanda as nossas conclusões.

Importa frisar que são os Estados-Membros quem decide a maneira de repartir o respectivo orçamento para os programas de desenvolvimento rural entre as diferentes medidas. A Irlanda fez a sua opção e continuará a investir intensamente em medidas agro-ambientais independentemente do encerramento do REPS.

*
* *

Pergunta nº 37 de Nikolaos Chountis (H-0269/09)

Assunto: Construção de um aterro sanitário na região de Grammatikou, na Ática

Em resposta a uma anterior pergunta (E-0544/09) sobre a construção de aterros sanitários nas regiões de Fyli, Grammatikou e Keratea, a Comissão salientou entre outros que: "o cumprimento de certas condições, (tais como o tratamento dos resíduos de acordo com a Directiva 1999/31/CE) previstas nas decisões e relacionadas com os pagamentos intercalares é considerado ...satisfatório nos três casos..."

Tendo em conta que os habitantes da região de Grammatikou se opõem fortemente à construção do aterro sanitário na região uma vez que não são satisfeitas as condições fixadas na Directiva 1999/31/CE⁽¹²⁾ relativa à deposição de resíduos em aterros, pergunta-se à Comissão:

Que medidas imediatas irá tomar para suspender a construção do aterro sanitário em Grammatikou, dado que não são preenchidas as condições fixadas na Directiva 1999/31/CE?

⁽¹²⁾ JO L 182 de 16.7.1999, p. 1.

Resposta

(FR) A Decisão C(2004)5509 da Comissão que concede ajuda do Fundo de Coesão para o projecto de construção de um aterro sanitário em Grammatikou inclui uma série de condições específicas relacionadas com o pagamento. Essas condições derivam principalmente da Directiva 1999/31/CE⁽¹³⁾ relativa ao tratamento de resíduos e à construção e ao funcionamento de aterros, e têm de ser respeitadas a fim de que a Comissão proceda aos pagamentos. Tal como a Comissão indicou também na sua resposta à pergunta E-0544/09⁽¹⁴⁾ apresentada pelo senhor deputado, esta Instituição considera actualmente insatisfatório o cumprimento dessas condições específicas. Por isso não vai pagar as despesas dos projectos em questão. Se acaso esta situação de incumprimento das condições específicas continuasse a verificar-se, a Comissão reservar-se-ia o direito de suspender os pagamentos com base no n.º 1 do artigo H do Anexo II do Regulamento n.º 1164/94 do Conselho, com as alterações nele introduzidas pelo Regulamento n.º 1265/99⁽¹⁵⁾. Seja como for, a Comissão gostaria de garantir ao senhor deputado que velará por que o direito comunitário, incluindo os requisitos decorrentes da Directiva 1999/31/CE, seja sempre respeitado, qualquer que seja a fonte de financiamento.

*
* *

Pergunta nº 38 de Eleni Theocharous (H-0275/09)

Assunto: Colonização de Chipre

Os relatórios Cuco e Laakso, elaborados pelo Conselho da Europa, qualificam a colonização da zona setentrional, ocupada, de Chipre pela Turquia de crime de guerra e de bomba relógio, o que impede qualquer solução do problema. De acordo com a imprensa turca, Tayyip Erdogan, primeiro-ministro turco, tenciona enviar mais um milhão de colonos para Chipre.

Apoiará a União Europeia, e mais concretamente a Comissão, a ideia de um censo da população, a organizar em toda a ilha pela União Europeia e/ou Conselho da Europa?

Tenciona a União Europeia adoptar medidas - e, em caso afirmativo, indicar quais - contra a Turquia caso esta prossiga a sua política de colonização da parte setentrional, ocupada, de Chipre?

Resposta

(EN) A questão que a senhora deputada levantou relativa aos cidadãos turcos que actualmente residem na parte setentrional de Chipre evidencia a necessidade urgente de se encontrar uma solução rápida para o problema de Chipre, pois essa questão constituirá uma parte essencial da solução.

A Comissão apoia totalmente os esforços dos dirigentes das duas comunidades existentes em Chipre para chegarem a uma solução abrangente sob os auspícios das Nações Unidas.

Será necessário um grande esforço para se chegar a uma solução e a Comissão está confiante em que, no fim, as duas comunidades, sob a orientação da ONU⁽¹⁶⁾ e com o apoio da UE, poderão ser bem sucedidas.

A Comissão espera igualmente que a Turquia apoie com todas as suas forças a solução a que se chegar.

A Comissão acredita convictamente que o período que se aproxima oferece uma janela de oportunidade que não se deve perder.

*
* *

⁽¹³⁾ Directiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de Abril de 1999, relativa à deposição de resíduos em aterros, JO L 182 de 16.7.1999.

⁽¹⁴⁾ <http://www.europarl.europa.eu/QP-WEB>

⁽¹⁵⁾ Regulamento (CE) n.º 1265/1999 do Conselho de 21 de Junho de 1999 que altera o Anexo II do Regulamento (CE) n.º 1164/94 que institui o Fundo de Coesão, JO L 161 de 26.6.1999.

⁽¹⁶⁾ Organização das Nações Unidas.

Pergunta n.º 39 de Proinsias De Rossa (H-0276/09)**Assunto: Transposição na Irlanda do artigo 13.º da Directiva que aplica o princípio da igualdade racial**

Na sequência da sua resposta de 16 de Dezembro de 2008 à minha pergunta P-6503/08, pode a Comissão indicar se intentou uma acção contra as autoridades irlandesas devido à transposição na Irlanda do artigo 13.º da Directiva que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica (2000/43/CE⁽¹⁷⁾), ou de quaisquer disposições idênticas do direito comunitário? Além disso, pode a Comissão descrever o andamento do processo?

Resposta

(EN) A Comissão convida o senhor deputado a consultar a resposta que deu à pergunta prioritária P-6503/08 sobre o mesmo assunto.

A Comissão recorda igualmente que a Directiva 2000/43/CE, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica, não exige que os Estados-Membros ofereçam uma taxa de financiamento específica nem estruturas organizativas aos órgãos que operam na área da igualdade de oportunidades. Na ausência de provas que sugiram que o orçamento disponível não é suficiente para que a Autoridade para a Igualdade desempenhe as suas funções, a Comissão não pode intervir ao abrigo dos termos da Directiva.

Nos comunicados de imprensa da Comissão, na secção "Documentos Conexos" do sítio Web <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=613&langId=en>, pode encontrar-se informação sobre processos por infracção que foram intentados contra as autoridades irlandesas a respeito das directivas antidiscriminação.

*
* *

Pergunta n.º 40 de Athanasios Pafilis (H-0288/09)**Assunto: Medidas agressivas e contrárias aos interesses dos trabalhadores**

As medidas implementadas pela União Europeia e pelos Governos dos Estados-Membros no âmbito das decisões desfavoráveis aos trabalhadores tomadas na cimeira informal de Chefes de Estado da União em 7 de Maio de 2009, em Praga, sobre o emprego, constituem uma agressão violenta aos trabalhadores e visam garantir os lucros dos monopólios.

Os relatórios elaborados pelo Banco Central Europeu (BCE), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) representam a base ideológica dos investimentos de capitais feitos em prol das novas "mudanças estruturais" e da adopção de medidas ainda mais agressivas e drásticas contra os trabalhadores, nomeadamente, a aplicação generalizada de formas de emprego flexíveis, o ataque às convenções colectivas, a redução drástica dos salários e pensões, o aumento da idade de reforma, o aumento da pressão fiscal sobre os assalariados, os reformados e os trabalhadores independentes e a subsequente privatização dos sistemas de saúde, de previdência e de ensino.

A Comissão poderá indicar se as medidas agressivas e antipopulares acima citadas figuram nas orientações sobre as «reformas estruturais permanentes» que negocia e decide conjuntamente com o Governo da Nova Democracia?

Resposta

(EN) A Comissão não considera que as medidas adoptadas pela UE e pelos governos dos Estados-Membros em resposta à crise financeira e económica possam de algum modo ser descritas como uma "agressão violenta aos trabalhadores que visa garantir os lucros dos monopólios". O objectivo imperioso dessas medidas é travar o aumento do desemprego e apoiar uma eventual recuperação, para que as pessoas em toda a UE possam beneficiar o mais rapidamente possível do crescimento.

A Cimeira do Emprego da UE que decorreu em Praga em 7 de Maio não tomou decisões. As dez recomendações publicadas devem ser vistas como um conjunto equilibrado de prioridades políticas para criar novos postos de trabalho, manter as pessoas empregadas e promover a inclusão social activa. Para além disso, os parceiros

⁽¹⁷⁾ JO L 180 de 19.7.2000, p. 22.

sociais e, consequentemente, os sindicatos, estiveram presentes e participaram activamente na Cimeira do Emprego.

A Comissão tem defendido mercados de trabalho mais flexíveis, mas tem sublinhado sempre que estes devem ser acompanhados por mais segurança para o emprego. A Comissão também tem defendido um aumento da idade da reforma que reflecta a maior longevidade dos Europeus e a necessidade de assegurar a sustentabilidade dos regimes de pensões em termos sociais. A fim de garantir a adequação e a sustentabilidade a longo prazo dos respectivos regimes de pensões, todos os Estados-Membros, incluindo a Grécia, se confrontam com o desafio de aumentar a idade em que as pessoas deixem efectivamente de trabalhar e de assegurar o emprego para mais pessoas trabalharem mais tempo. No caso da Grécia, isso poderá implicar o aumento da idade em que se tem direito a receber pensão de reforma nos regimes públicos.

*
* *

Pergunta nº 41 de Tadeusz Zwiefka (H-0291/09)

Assunto: Resultados da segunda reunião do subcomité UE-Egipto sobre "Questões Políticas: Direitos Humanos e Democracia - Questões Internacionais e Regionais" de 7-8 Julho de 2009 relativamente ao canal "Al-Manar TV"

A emissão do canal terrorista proibido "Al-Manar TV" para a Europa pelo operador de satélite egípcio Nilesat continua a violar directamente o Plano de Acção UE-Egipto e constitui uma ameaça de radicalização para a segurança europeia. Na sua resposta à pergunta H-0011/09, a Comissão indica que o subcomité UE-Egipto sobre questões políticas é o "mecanismo adequado" para suscitar a questão da emissão da "Al-Manar TV" pelo Nilesat. A Comissão abordou com o Egipto a questão da emissão da "Al-Manar TV" pelo Nilesat por ocasião da segunda reunião do subcomité UE-Egipto sobre "Questões Políticas: Direitos Humanos e Democracia – Questões Internacionais e Regionais" de 7-8 Julho de 2009? A Comissão pode descrever os compromissos assumidos pelo Egipto para parar a emissão da "Al-Manar TV" no Nilesat?

Resposta

(EN) A Comissão gostaria de agradecer ao senhor deputado a sua pergunta relativa ao recente subcomité UE-Egipto sobre questões políticas e ao prestador egípcio de serviços por satélite Nilesat, que emite o canal de televisão Al-Manar.

A Comissão partilha da preocupação do senhor deputado quanto ao facto de o material emitido pela "Al-Manar TV" poder corresponder ao incitamento ao ódio.

Tanto o Egipto como a UE se comprometem, tal como consta do nosso Plano de Acção conjunto estabelecido em 2007 no quadro da Política Europeia de Segurança, a colaborar na luta contra todas as formas de discriminação, intolerância, racismo e xenofobia, e nomeadamente o ódio ou o discurso difamatório com base na religião, crenças, raça ou origem.... A Comissão compromete-se igualmente a reforçar o papel dos meios de comunicação social na luta contra esses fenómenos.

A segunda reunião do subcomité UE-Egipto sobre questões políticas, que se realizou no Cairo em Julho, foi mais um passo na via do aprofundamento das relações políticas com o Egipto e da construção da confiança no processo do diálogo político.

Durante a reunião, a Comissão abordou efectivamente a questão da emissão do canal televisivo Al-Manar pelo Nilesat, tendo expressado preocupação com o conteúdo do canal, que viola a legislação comunitária contrária aos discursos de incitamento ao ódio e fragiliza os esforços da UE e do Egipto com vista a promover a paz e a segurança na região.

Nessa ocasião, o Egipto não fez comentários nem assumiu qualquer compromisso no sentido de pôr fim à emissão da "Al-Manar TV" pelo NileSat.

A Comissão continuará a prestar grande atenção a esta questão, podendo eventualmente abordá-la noutra altura no âmbito do diálogo político que a UE trava periodicamente com o Egipto.

*
* *

Pergunta nº 42 de Ryszard Czarnecki (H-0293/09)**Assunto: Violação do Direito comunitário pelos clubes desportivos**

Como reage (se é que reage) a Comissão Europeia à violação do Direito comunitário sobre a igualdade de tratamento entre cidadãos de diferentes Estados-Membros da UE no contexto da recusa da entrada de cidadãos polacos, e também holandeses, com bilhetes válidos para o jogo de qualificação da Liga Europeia entre o Brondby e o Legia Varsóvia, por parte das autoridades dinamarquesas? Estamos perante uma prática discriminatória. Também foram impedidas de assistir à partida pessoas que possuíam um documento de identificação belga (bilhete de identidade). Da mesma forma, na semana passada, os dirigentes do clube belga FC Brugge recusaram, por seu turno, a venda de bilhetes aos funcionários polacos da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu que queriam assistir ao jogo entre o Club Brugge e o Lech Poznan (27.08.2009). Trata-se também de um exemplo de discriminação de facto, com base no país de origem. Quererá isto dizer que as regras ditadas por cada um dos clubes desportivos, por exemplo, na Dinamarca e na Bélgica, são mais importantes do que na União Europeia?

Resposta

(EN) No que se refere à alegada recusa da entrada imposta pelas autoridades dinamarquesas a cidadãos de nacionalidade polaca e neerlandesa que possuíam bilhetes válidos para o jogo da Liga dos Campeões entre o Brondby e o Legia Varsóvia, a Comissão gostaria que ficasse esclarecido se a recusa disse respeito à entrada no país ou no estádio, bem como se foi realmente imposta pelas autoridades do país ou pelos próprios organizadores do desafio. Também seria muito útil saber quais as razões invocadas pelas autoridades ou pelos organizadores do desafio para não autorizarem que as pessoas em causa assistissem ao mesmo.

Neste contexto, é de notar que da jurisprudência constante do Tribunal de Justiça Europeu⁽¹⁸⁾ decorre que o artigo 49.º do Tratado CE, que garante a livre prestação de serviços em toda a União Europeia, inclui também a liberdade de os beneficiários dos serviços recorrerem a outro Estado-Membro para aí lhes ser prestado um serviço sem restrições que os impeçam de o fazer, a menos que essas restrições se possam justificar por motivos imperiosos de interesse geral, como a segurança ou a ordem pública, e sejam proporcionadas. Este princípio também está consagrado no artigo 20.º da Directiva 2006/123/CE relativa aos serviços⁽¹⁹⁾ (que deve ser transposta pelos Estados-Membros até 28 de Dezembro de 2009), segundo o qual os Estados-Membros devem assegurar

i) que o destinatário dos serviços não seja submetido a requisitos discriminatórios em razão da sua nacionalidade ou do seu lugar de residência

e

ii) que as condições gerais de acesso a um serviço que são postas à disposição do grande público pelo prestador não incluam condições discriminatórias baseadas na nacionalidade ou no lugar de residência do destinatário, sem que tal afecte a possibilidade de se preverem diferenças no que diz respeito às condições de acesso e que sejam directamente justificadas por critérios objectivos.

No que respeita ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da UE, a Directiva 2004/38/CE⁽²⁰⁾ confere aos Estados-Membros o direito de negar aos cidadãos da UE a entrada no território unicamente por razões de ordem pública, de segurança pública ou de saúde pública. As medidas restritivas devem obedecer ao princípio da proporcionalidade e têm de assentar exclusivamente na conduta pessoal do cidadão da UE em questão, a qual tem de representar uma ameaça verdadeira, actual e suficientemente grave que afecte um dos interesses fundamentais da sociedade.

Do que acima ficou exposto não decorre, portanto, que uma recusa da entrada constitua necessariamente uma discriminação ilegal ou uma restrição injustificada nos termos do direito comunitário. Vale a pena referir que de acordo com os Regulamentos da União das Associações Europeias de Futebol (UEFA) relativos

(18) TJE 186/87 Cowan v Trésor Publique, C-45/93 Comissão v Espanha.

(19) Directiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno, JO L 376 de 27.12.2006.

(20) Directiva 2004/38/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias no território dos Estados-Membros, JO L 158 de 30.4.2004.

à Liga dos Campeões, é o clube da casa o responsável pela manutenção da ordem e da segurança antes, durante e depois do jogo.

Daí resulta que, para se poder julgar se o alegado comportamento das autoridades dinamarquesas ou do organizador do desafio constituiu uma violação do direito comunitário, seria necessário um conhecimento mais preciso das circunstâncias deste caso específico.

Quanto à alegada recusa do Club Brugge de vender bilhetes a cidadãos polacos, funcionários das Instituições europeias, para o jogo entre o Club Brugge e o Lech Poznan, aplica-se de modo semelhante o raciocínio acima exposto no que respeita a não discriminação e restrição ilegal da livre prestação de serviços. Uma vez mais, seriam necessários mais pormenores para se avaliar a conformidade do alegado comportamento com o direito comunitário.

*
* *

Pergunta nº 43 de Antonio Cancian (H-0294/09)

Assunto: Violência contra cristãos no Paquistão

No passado mês de Agosto, verificou-se uma escalada da violência contra os cristãos no Punjab – Paquistão – perpetrada por fundamentalistas islâmicos. Ora, as autoridades locais são tolerantes com os extremistas que invocam o artigo 295.º da lei penal do Paquistão, conhecida como “lei sobre a blasfémia”. A comunidade internacional e a comunidade católica condenaram o ataque insano contra a comunidade cristã e solicitam a abolição desta lei cruel. Pergunta-se à Comissão o que pretende fazer relativamente ao acordo de cooperação com o Paquistão (2004/870/CE⁽²¹⁾) no que diz respeito à cláusula democrática, a fim de proteger os direitos humanos das minorias religiosas.

Resposta

(EN) A Comissão tem conhecimento dos incidentes de Gojra e a violência aí exercida contra os cristãos só pode ser descrita como chocante. Gostaria, porém, de referir, à partida, que não são apenas os cristãos, mas também outras minorias, como os Shias e os Ahmadis, que são vítimas de violência extremista no Paquistão.

A Comissão abordou repetidamente a questão das minorias religiosas durante Comissões Conjuntas e como parte do diálogo da “troika” e continuará a abordar este assunto junto do Paquistão em todas as oportunidades que surgirem, como parte do diálogo sobre os direitos humanos.

As autoridades paquistanesas têm pleno conhecimento de que atrocidades como as que foram cometidas em Gojra não só causam enorme sofrimento pessoal como mancham a imagem do Paquistão. A Comissão foi informada de que o governo tomou medidas em resposta aos incidentes, incluindo o pagamento de indemnizações por perda de bens e a constituição de uma comissão de inquérito. Vai acompanhar atentamente a situação, nomeadamente os progressos feitos no que respeita a levar os culpados a julgamento.

A Comissão também tem levantado repetidamente junto do Governo paquistanês a questão da legislação em matéria de blasfémias como parte do diálogo sobre os direitos humanos e julga saber que, em termos absolutos, a maioria dos acusados ao abrigo dessa legislação são muçulmanos. No entanto, está consciente de que a legislação em matéria de blasfémias foi frequentemente aplicada contra minorias religiosas, tendo-lhe sido dado a entender que foram utilizadas acusações falsas como instrumento para resolver litígios particulares ou para fins de benefícios pessoais.

Os incidentes de Gojra deram origem a apelos renovados no seio da sociedade civil do Paquistão no sentido da reforma ou da revogação da legislação em matéria de blasfémias. A Comissão congratular-se-ia com esse tipo de iniciativas e transmitirá esta mensagem ao Governo paquistanês.

O artigo 1.º do Acordo de Cooperação entre a Comunidade Europeia e a República Islâmica do Paquistão em matéria de Parceria e Desenvolvimento refere-se ao respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos como um elemento essencial desse Acordo. Por ocasião da Cimeira de 17 de Junho de 2009, tanto a UE como o Paquistão sublinharam a importância de se travar um diálogo aberto e construtivo em fóruns sobre direitos humanos. O Acordo de Cooperação constitui a base desse diálogo e a Comissão está

⁽²¹⁾ JO L 378 de 23.12.2004, p. 2/22.

convencida de que o caminho a seguir é continuar a chamar o Paquistão a participar na discussão de questões relativas aos direitos humanos.

*
* *

Pergunta n.º 44 de Hans-Peter Martin (H-0296/09)

Assunto: Alterações resultantes do Tratado de Lisboa

No caso da entrada em vigor (tardia) do Tratado de Lisboa, os Comissários em exercício beneficiarão de direitos de pensão mais elevados ou de outras prestações pecuniárias adicionais?

Resposta

(FR) O Tratado de Lisboa não modificou o regime de pensões para os Comissários, que se baseia no Regulamento n.º 422/67/CEE de 25 de Julho de 1967⁽²²⁾.

Em conformidade com este Regulamento, um Comissário adquire direitos à pensão ao longo do exercício das suas funções. Portanto, se o seu mandato for prolongado, os seus direitos aumentarão até ao fim efectivo do mesmo.

De modo semelhante, nos termos do mesmo regulamento, o subsídio temporário a que os Comissários têm direito nos três anos que se seguem ao fim do seu mandato pode sofrer um aumento para determinados Comissários que, devido ao prolongamento do mandato, atingem o tempo necessário para passarem para uma categoria que lhes confere mais direitos (n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento).

*
* *

⁽²²⁾ Regulamento n.º 422/67/CEE, 5/67/Euratom do Conselho, de 25 de Julho de 1967, que fixa o regime pecuniário do Presidente e dos membros da Comissão, do Presidente, dos Juizes, dos Advogados-Gerais e do escrivão do Tribunal de Justiça, JO 187 de 8.8.1967.